



Invertir en la población rural

## **Republica Federativa do Brasil - Estado da Paraíba**

---

### **Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE)**

#### **Missão de Revisão de Meio Termo**

Relatório principal y apêndices

Datas da Missão:	28 Novembro - 21 Dezembro 2016
Data do documento:	Janeiro 2017
N.º do projecto:	1487-BR
N.º do relatório:	4377-BR

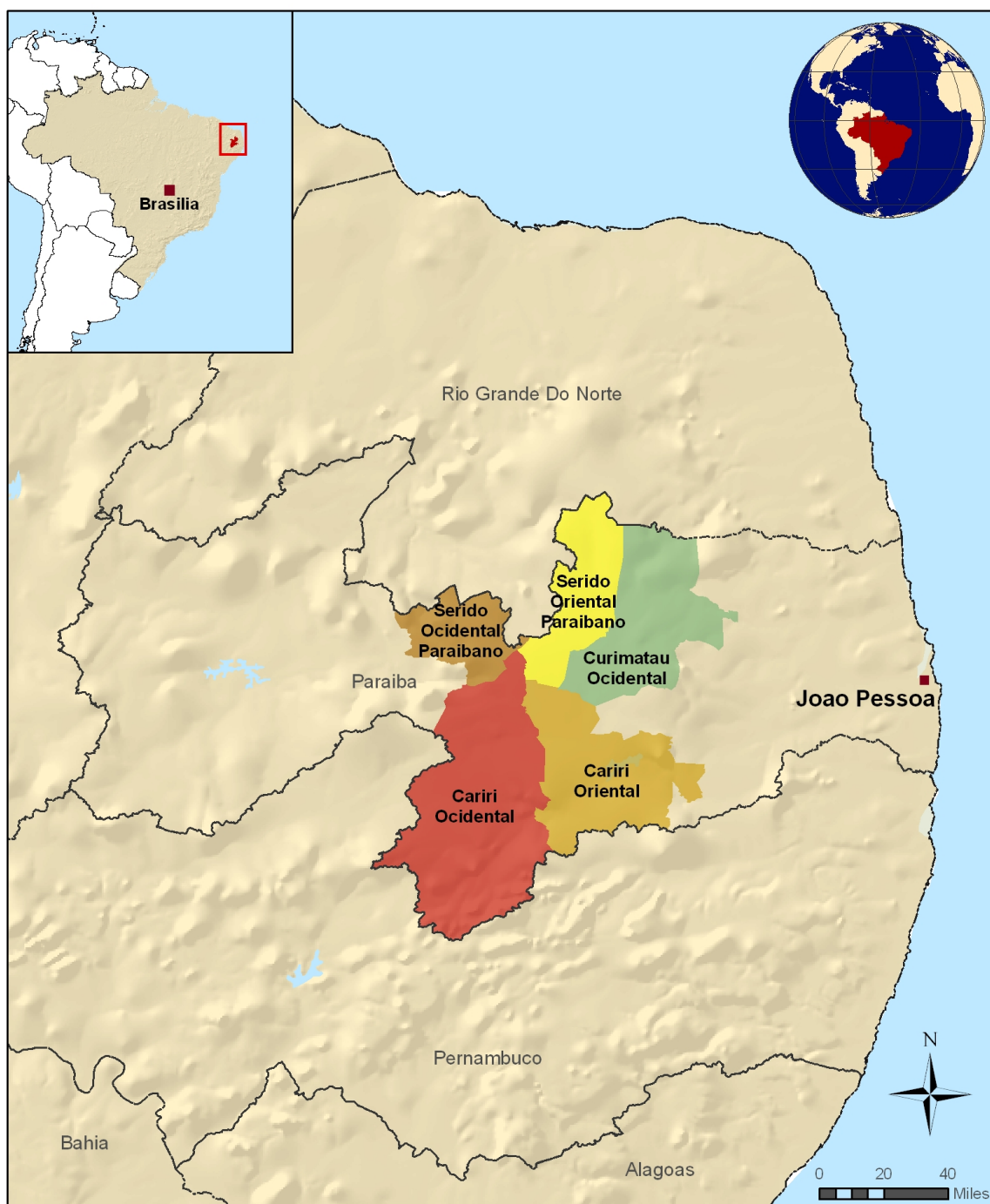
## Índice

<b>Acrónimos y siglas</b>	<b>i</b>
<b>Mapa da área do projeto</b>	<b>i</b>
<b>Memorando</b>	<b>2</b>
Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings	31
Apêndice 2: Marco lógico - dados de identificação do programa	34
Apêndice 3: Programa de trabalho acordado entre a SEDAP e o FIDA	36
Apêndice 4: Avanço de indicadores respeito do POA (2016)	38
Apêndice 5: Aspectos financeiros: execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria	42
Apêndice 6: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 18/12/2016	50
Apêndice 7: Gestión del Conocimiento: aprendizaje e innovación	55
Apêndice 8: Componentes Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	59
Apêndice 9: Acesso a Mercados e Comercialização	66
Apêndice 10: Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia	68
Apêndice 11: Programação detalhada	71
Apêndice 12: Visita de campo de diagnóstico para mensuração do avanço do projeto na ponta	77
Apêndice 13: Informações gerais para projetos de unidades de beneficiamento de alimentos	92

## Acrónimos y siglas

ASA	Articulação do Semiárido
AT	Assistência Técnica
CAR	Cadastros Ambientais Rural
CGE	Controladoria Geral do Estado
DRMH	Departamento dos Recursos Minerários e Hidrogeologia da Paraíba
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IDS	Desenvolvimento Rural Sustentável
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
M&A	Monitoramento e Avaliação
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIP	Manual de Implementação do Projeto
ML	Marco Lógico
OD	Orçamento Democrático
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PP	Projeto Produtivo
PROCASE	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RTP	Relatórios Técnicos de Progresso
SAF	Sistemas Agro Florestais
SECOM	Secretária de Comunicação Institucional
SEDAP	Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UGP	Unidade Gestora do Projeto
URGPs	Unidades Regionais do Projeto

## Mapa da área do projeto



The designations employed and the presentation of the material in this map do not imply the expression of any opinion whatsoever on the part of IFAD concerning the delimitation of the frontiers or boundaries, or the authorities thereof.

IFAD Map compiled by IFAD





Invertir en la población rural

## Memorando

República Federativa do Brasil - Estado da Paraíba

Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE)

### EMPRÉSTIMOS I-798-BR

Missão de Revisão de Meio Termo: 28 novembro – 21 dezembro 2017

#### A. Introdução

1. Entre os dias 28 de novembro e 21 de dezembro de 2016 o FIDA efetuou a missão de Revisão de Meio Termo ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE)<sup>1</sup>. Durante a permanência na Paraíba, a missão se reuniu com Governador do Estado, Sr. Ricardo Coutinho e o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca (SEDAP), Sr. Romulo Montenegro, responsável pela Unidade Gestora do Projeto. Considerando que se trata de uma missão de supervisão e planejamento, diversos órgãos do Governo do Estado da administração financeira, orçamentária e de colaboração com a implementação do Projeto estiveram presentes durante os trabalhos. A missão se reuniu com o Secretário de Planejamento, Sr. Waldson Souza, a Secretária de Estado de Finanças, Sra. Amanda Araújo, o Secretário da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), Sr. João Vicente Machado, a Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Sra. Gilberta Santos Soares, a Secretária Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, Sra. Ana Paula de Souza Almeida, a Secretária da Juventude, Esporte e Lazer, Sra. Priscila Gomes, o Gerente do Programa de Ajuste Fiscal da Controladoria Geral do Estado (CGE), Sr. Sabino Filho, o Gerente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER estadual), Sr. José Sales Alves Wanderley Júnior, o Diretor do Departamento dos Recursos Minerários e Hidrogeologia da Paraíba (DRMH e ex. CDRM), Sr. Marcelo Sampaio Falcão, o Coordenador do Programa de Orçamento Democrático do Estado, Sr. Gilvanildo Pereira. Diversos representantes da Sociedade Civil também foram chamados para avaliar os resultados até agora bem como possíveis rearranjos de cooperação para os últimos dois anos do Projeto: *inter alia*, o Coordenador do Programa Um Milhão de Cisternas, da Articulação do Semiárido (ASA), Sr. Rafael Santos Neves e o Representante do Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Rural Sustentável (IDS), Sr. Valdivan Almeida. A missão foi acompanhada de perto por toda a equipe da Unidade Gestora do Projeto (UGP) e os técnicos das Unidades Regionais do Projeto (URGP), incluindo o Coordenador Geral Sr. Hélio Barbosa. O FIDA agradece a disponibilidade, cooperação e engajamento da equipe do Projeto e parceiros dedicados ao longo de toda a missão de revisão de meio-termo.

2. A missão iniciou os trabalhos fiduciários na semana do dia 28 de novembro, e se reuniu com o Secretário da SEDAP, de Planejamento, de Finanças, e com a coordenação e equipe de gerência financeira do Projeto. Em seguimento, no dia 7 de dezembro, iniciou-se a missão avançada de diagnóstico no campo. Entre os dias 7 e 9 de dezembro foram feitas visitas de campo às comunidades e assentamentos com Projetos Produtivos em execução ou em fase de elaboração, além dos grupos que estão recebendo os investimentos do Plano Emergencial de enfrentamento aos efeitos da estiagem: Comunidade Caiana, Assentamento Quixudi e Cardeiro em Soledade, Comunidade Pedra Redonda em

---

<sup>1</sup>A missão do FIDA foi composta por Leonardo Bichara Rocha, Oficial de Programas para o País; Dario Rimedio, Oficial de Finanças para a América Latina, Cintia Guzman, Oficial de Programas para Argentina, Uruguai e Paraguai, Danilo Pisani, Especialista em apoio à implementação (que realizou a missão fiduciária), Diogo Nascimento, Especialista em Aquisições, Rodrigo Dias, Especialista em Monitoramento e Avaliação, Pablo Sidersky, Especialista em Assessoria Técnica e Assentamentos, Giulia Pedone, Especialista em Focalização, Gênero, Raça e Juventude, Emmanuel Bayle, Especialista em Investimentos Produtivos e Acesso a Mercados, Pedro Meloni, especialista em Planos de Negócios e Comercialização. Os últimos cinco especialistas compuseram a equipe que realizou a missão avançada de diagnóstico de campo.

Pocinhos, Assentamento São Domingos em Cubati, Assentamento Paulo Freire em Algodão de Jandaíra, Assentamento Oziel Pereira em Remígio, Comunidade Saco de Goitis em Santa Luzia, Comunidade Carneira Veríssimo em Junco do Seridó, Comunidade de Imbé em Nova Floresta, Comunidade Bom Sucesso em Sossego, Assentamento (PNCF) Sítio Juá em Taperoá, Comunidade Quilombola Suçuarana (que também reúne as comunidades de Areias de Verão e Vila Teimosa) em Livramento, Comunidade Cardoso em São José dos Cordeiros. Após uma reunião de apresentação dos resultados no campo no dia 12 pela manhã, no período da tarde a missão assistiu às apresentações do Projeto sobre os principais avanços e planejamento das atividades para os cinco componentes durante o período de sua implementação. Nos dias 13 e 14, foram feitas visitas finais a campo, incluindo as Unidades Regionais do Projeto (URGPs) de Cuité e Sumé, e para as seguintes comunidades/assentamentos: Comunidade de Cacimbinha e Coopertigre em São João do Tigre, Anginho em Monteiro, Comunidade Cabeça de Boi em Prata, Comunidade Bom Jesus em Junco do Seridó e Assentamento Novo Campo em Barra de São Miguel. Ao final das visitas a campo, realizou-se uma reunião de nivelamento em Campina Grande com as seguintes entidades parceiras: Departamento dos Recursos Minerários e Hidrogeologia da Paraíba (DRMH e ex. CDRM), com o Diretor Superintendente da SUDEMA (Superintendência de Administração do Meio Ambiente), o Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), além da Secretaria Executiva da Juventude e Secretaria Executiva do Orçamento Democrático. Nos dias 15 e 16 de dezembro, houve reuniões temáticas da missão com os coordenadores dos componentes da UGP, os funcionários das URGPs, e os respectivos técnicos responsáveis pela sua implementação. Ao mesmo tempo, em João Pessoa, a missão teve reuniões com as Secretárias de Finanças, Economia Solidária e da Mulher e da Diversidade Humana. No dia 19 de dezembro a missão passou a manhã em reunião de planejamento com o Secretário da SEDAP, sendo que no dia 20 a missão foi recebida pelo Governador do Estado. A assinatura do Memorando desta missão de Revisão de Meio-Termo deu-se no dia 21 de dezembro de 2016, e foi antecedida por uma reunião com entidades parceiras do Projeto.

## **B. Avaliação geral da implementação do projeto**

3. Em que pesem os vários avanços obtidos na implementação do Projeto na ponta desde a última missão de supervisão, o Projeto PROCASE chega ao final de seu quarto ano de execução com uma evolução no cumprimento das metas físicas e financeiras bastante aquém do esperado. O Projeto, que tem como meta contemplar cerca de 11.000 famílias com aproximadamente 200 projetos produtivos, até agora aprovou 92 projetos produtivos por meio de três Editais (2013/2014/2015), dos quais apenas 35 foram ou estão sendo executados após o repasse dos montantes aos beneficiários. Além dos 57 projetos produtivos aprovados e conveniados e que aguardam repasse de recursos, outros 40 serão selecionados pelo Edital de 2016, a serem conveniados e desembolsados, contabilizando um total de 97 projetos produtivos. Há que se reconhecer que, até agora, o processo de seleção dos grupos a serem beneficiados, elaboração dos projetos produtivos, focalização com a inclusão de grupos vulneráveis e prioritários, como mulheres, jovens e quilombolas, demandou tempo e atenção por parte do Projeto, mas não foi acompanhado de Assessoria Técnica satisfatória. O Projeto também passou uma boa parte do ano executando uma parte do Plano Estadual Emergencial de enfrentamento aos Efeitos da Estiagem – Viva Água, que teve uma avaliação positiva, com a meta atender a 560 grupos de agricultores familiares com instalações de barragens subterrâneas com poços amazonas, poços tubulares profundos e kits de irrigação fotovoltaicos. Porém, de nada adianta avançar na aprovação e seleção dos Projetos Produtivos, bem como a instalação de grande parte da infraestrutura dos Projetos do Plano Emergencial, se a execução do Projeto na Ponta encontra-se seriamente comprometida pela falta de recursos de contrapartida do Governo do Estado, sendo este o principal entrave na execução do PROCASE neste momento. A frágil alocação de recursos de contrapartida para a Assessoria Técnica aos beneficiários compromete não somente a elaboração de novos projetos produtivos, mas também o acompanhamento dos projetos aprovados. Até o momento, apenas os Projetos do Plano Emergencial foram contemplados com serviços de Assessoria Técnica, mas esta expira este mês de dezembro e necessita fortemente de nova contratação.

4. Assim, o Projeto termina o ano de 2016 em uma situação crítica em termos do volume de recursos financeiros de contrapartida disponibilizados pelo Governo do Estado da Paraíba. O Projeto chega ao final de seu quarto ano de execução com uma execução financeira de apenas USD 7,1 milhões, sendo que o montante previsto no Acordo de Empréstimo, incluindo fontes FIDA e Governo do Estado, é superior a USD 37 milhões. Isso coloca o Projeto na categoria problema. Esta missão de Revisão de Meio-Termo

considera, assim, que para que o Projeto cumpra o seu objetivo de atingir as metas previstas no Acordo de Empréstimo, é urgente que um mínimo de recursos de contrapartida do Estado da Paraíba na ordem de USD 3 milhões para 2017 sejam disponibilizados.

5. Os recursos de contrapartida são necessários para que sejam corrigidos os seguintes problemas estruturais;

i) Assessoria Técnica aos 92 projetos produtivos aprovados entre 2013 e 2015 e aos novos 40 selecionados pelo Edital 2016, além de seleção e elaboração dos novos projetos produtivos;

ii) Projetos socioambientais no âmbito do Componente 3 do Projeto;

iii) Execução e acompanhamento dos projetos do Plano Emergencial, que se encontram apenas parcialmente licitados;

## **C. Progresso na implementação do Projeto**

### **C.1. Aspectos institucionais**

6. A estrutura institucional do PROCASE inclui um Comitê Diretor do Projeto (CDP), que funciona principalmente como fórum de debates e reflexão estratégica do projeto. O Plenário do CDP é presidido pelo titular da SEDAP e composto por mais 28 membros. Inclui representantes de diversos órgãos governamentais (tais como as Secretarias de Planejamento e de Recursos Hídricos e Meio Ambiente), representantes de Ministérios do Governo Federal, assim como diversos representantes da sociedade civil (tais como os representantes de cinco Territórios que se encontram na área de intervenção do Projeto e representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG-PB), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado da Paraíba (FETRAF), Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), e Movimento dos Sem Terra (MST). A Missão foi informada que este Comitê está se reunindo uma vez por ano (embora o regimento fale em duas reuniões anuais): a última reunião realizada foi em dezembro de 2015, havendo uma reunião agendada para o dia 27/12/2016. Conforme relato da coordenação do PROCASE, na reunião do CDP tem havido uma discussão ampla sobre temas como o método de trabalho, o papel do Projeto no Plano Emergencial, os logros alcançados. É também o CDP que aprova o POA. A Missão de Supervisão do FIDA de maio de 2015 tinha identificado que o fórum constituído pelo CDP não vinha sendo utilizado a contento. A presente Missão constata com satisfação que a situação evoluiu um pouco e que o Comitê Diretor começou a desempenhar um papel na discussão de temas estratégicos e já serviu para promover uma maior aproximação do PROCASE com diversos órgãos.

7. O Comitê Executivo de Gestão dos Investimentos Produtivos (CEGIP) é o órgão responsável pela aprovação dos PPs para investimentos produtivos, após revisão técnica da UGP. Este Comitê é também presidido pelo titular da SEDAP. Ele conta ainda com um representante da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA), da EMATER, de várias Secretarias de Estado, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Está previsto que este Comitê se reúna três vezes por ano, e foi o que aconteceu em 2015. Como o seu objetivo é bem específico – analisar e provar PPs – não faz muito sentido ele se reunir quando não há pauta. Isto aconteceu em 2016, quando ele se reuniu apenas uma vez.

8. Parcerias - O PROCASE tem feito esforços importantes na busca de estabelecer parcerias, procurando somar aportes. A lista de 'parceiros' é longa. Pretende-se aqui fazer o registro das mais importantes. A coordenação do Projeto destacou a colaboração com o Orçamento Democrático (que é uma secretaria executiva, parte da Secretaria de Estado de Planejamento), com os Colegiados Territoriais e com diversos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esta colaboração tem sido útil na identificação e a escolha dos grupos, comunidades e assentamentos que têm o perfil e, ao mesmo tempo, interesse em trabalhar com o PROCASE.

9. Dentre os parceiros previstos originalmente no desenho do PROCASE, aquele que tem hoje maior proximidade é a EMEPA - órgão estadual de pesquisa. Esta entidade tem fornecido diversos materiais,

tais como: mudas, raquetes (sementes) de palma resistente à cochonilha, e alguns kits de irrigação. Outro parceiro que é entidade de pesquisa é o INSA (Instituto Nacional do Semiárido) que tem fornecido raquetes de palma e outros materiais, além de ser instrumental para a capacitação de técnicos e agricultores/as, principalmente naquilo que se refere ao trabalho do Plano Emergencial.

10. Outros parceiros do PROCASE são: a DRMH (antiga CDRM), que identificou, elaborou os PPs e está acompanhando dois grupos de mulheres que trabalham com bijuterias confeccionadas com rejeitos de mineração e a SUDEMA, com a qual o PROCASE está realizando várias iniciativas conjuntas (tais como o inventário de vegetação da caatinga e a capacitação de jovens para elaboração dos Cadastros Ambientais Rural (CAR). O escritório do Projeto da cidade de Sumé está localizado nas dependências do campus avançado da Universidade Federal de Campina Grande. Também está em preparação um Termo de Cooperação com a Universidade Estadual da Paraíba, com vistas à realização de um curso de agroecologia para jovens.

11. O Projeto de Cooperação Técnica (PCT) entre o Governo do Estado da Paraíba (SEDAP) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em vigência desde 2013, constituiu-se num instrumento fundamental para a gestão do projeto.

12. Sobre a estratégia de intervenção do PROCASE. A ação do PROCASE junto às famílias beneficiárias está centrada basicamente na realização de investimentos nas comunidades / assentamentos visando criar ou reforçar oportunidades de produção. Esta ação é conduzida principalmente pelos Componentes 2 e 3 (que contam com 80% do orçamento do Projeto).

13. Inicialmente o único instrumento que definia quais eram estes investimentos era o Plano de Negócios ou Plano Produtivo. Em 2015 o PROCASE aderiu ao Plano Emergencial de enfrentamento aos efeitos da estiagem, do Governo do Estado. Com isso, o Projeto passou a implantar também um pequeno conjunto padrão de investimentos que inclui uma obra hídrica (barragem subterrânea com cacimbão ou poço tubular) e uma área de 1 hectare de palma irrigada com o kit fotovoltaico.

14. A estratégia de intervenção do Projeto segue dois eixos – os Projetos Produtivos e o Plano Emergencial. No caso dos investimentos serem por meio de um Projeto Produtivo, torna-se necessária a realização de três etapas sequenciais e interligadas: i) identificar e selecionar os grupos com os quais irá trabalhar o Projeto; ii) elaborar e aprovar o Projeto Produtivo (PP); iii) implementar os PPs e acompanhar o início do funcionamento do negócio. Idealmente, o trabalho das etapas ii e iii deveriam ser conduzidos pela mesma entidade / equipe técnica, na medida em que, com isso, terá maior familiaridade e também um maior compromisso com o PP. No caso do PROCASE, seguem-se as etapas do roteiro, mas é a própria equipe que elabora o PP, e estão em vias de contratação as entidades que deverão acompanhar a implementação e o arranque do PP.

15. Já no caso do Plano Emergencial, não há necessidade da etapa ii, já que o investimento está previamente formatado. Entretanto, a etapa da implementação do Plano Emergencial tem se mostrado bastante complexa. Esta implementação tem sido realizada por empresas contratadas pela UGP. Assim foram contratados o Exército Brasileiro para a perfuração de poços, empresa de construção para as barragens subterrâneas, fornecedores de palma e de kits de irrigação e instalação do sistema. A entrada em funcionamento destes investimentos é o desafio grande, que tem sido enfrentado pelo PROCASE com a contratação de uma entidade de AT.

16. Manual de Implementação do Projeto (MIP). A versão do MIP que atualmente está em vigência data do primeiro ano de implementação do PROCASE: 2013. Na atualidade, muitas coisas que nele se encontram estão defasadas. Assim, por exemplo, a estratégia de atuação do PROCASE que retratamos nos parágrafos anteriores não corresponde àquilo que está escrito sobre o tema no MIP. Outro exemplo se refere ao fluxo dos investimentos produtivos, com a tramitação por meio do Orçamento Democrático (OD), que também acarreta em revisão importante do Manual. Muitos outros temas também precisam ser revistos. Por isso, a missão recomenda que seja feita uma nova atualização deste instrumento, considerando inclusive a iminência da contratação de entidades de AT, que irão precisar de um documento de referência.

## **C.2. Planejamento, Monitoramento e avaliação (M&A) e Alinhamento com o POA**

17. Monitoramento e Avaliação (M&A) do Projeto PROCASE - Em relação aos dados de monitoramento dos avanços físicos do Projeto, a missão reconhece que houve avanços no sistema interno da UGP de gerenciamento de informações, o qual apresenta o cadastramento parcial dos beneficiários e o tipo de benefício obtido. Isso comprometeu em parte a qualidade do cadastramento dos avanços no sistema de M&A do FIDA. Com a perspectiva de contratação de empresas de assistência técnica e a seleção de beneficiários através de novos editais, recomenda-se a adoção de um sistema cadastral de beneficiários, a ser utilizado pelos entes envolvidos, com vistas a proporcionar o pleno gerenciamento destas informações. Cabe ressaltar que o Projeto deve conduzir a escolha do sistema capaz de atender completamente sua demanda, sendo este obtido com licença livre ou proprietária.

18. A missão constatou que a informação de beneficiários atendidos não é comum entre os Componentes do Projeto. Ressalta-se que a falta de universalização destes dados deva ser superada de forma urgente, a fim de compor um padrão mínimo para alimentar o sistema de M&A e de comunicação do Projeto.

19. O quadro profissional do Componente de Monitoramento e Avaliação é composto por um Gerente, com dedicação integral, e uma bolsista, em regime de dedicação parcial (30 horas).

20. A missão do FIDA recomenda que o Componente de M&A tenha pró-atividade e auxilie o Projeto no planejamento das futuras ações, com base nos resultados obtidos até o presente momento, e em relação às metas previstas no documento de Desenho Final. Cabe ressaltar que este planejamento deverá estar alinhado com os demais Componentes, com vistas a atender a questões financeiras, focalização, gênero, entre outras.

21. Revisão do Marco Lógico (ML) – A missão reconhece que vários indicadores do Marco Lógico do Projeto não refletem os resultados obtidos pelos Componentes. No atual cenário de definição dos próximos dois anos de implementação, sugere-se que a revisão do ML seja realizada pelo Projeto tendo como referência os acordos e recomendações definidos durante a presente missão. Uma proposta do ML atualizado deverá ser entregue ao FIDA até 31 de janeiro de 2017, anexada ao Relatório Técnico de Progresso. Além disso, e seguindo orientações recém definidas pelo FIDA, sugere-se que o ML seja apresentado de forma mais focada nos principais resultados, de forma a reduzir o número de indicadores. Esta revisão torna-se oportuna uma vez que a implementação do Projeto sofreu vários ajustes desde sua concepção inicial (Desenho do Projeto).

22. No Marco Lógico revisado devem constar minimamente a inserção de indicadores e sub-indicadores que mensurem o Plano Emergencial, as atividades desempenhadas e previstas, grupos de gênero, etnia e jovens e indicadores para capacitações. Essas atualizações deverão se refletir numa nova versão do MIP.

23. O Projeto deverá também prever uma metodologia para a mensuração dos indicadores de impacto.

24. Sistema de M&A do FIDA – A missão recomenda que o sistema de M&A do FIDA permaneça atualizado com as metas anuais (inclusive as metas para 2017, assim que o POA for aprovado), e com os avanços dos indicadores do projeto, e que mantenha um banco de dados existente com os dados desagregados dos avanços realizados, como por exemplo o número de mulheres, jovens, quilombolas beneficiados pelo Projeto, bem como sua distribuição por atividade (se Projetos Produtivos, Plano Emergencial, Unidades de Aprendizagem, Assistência Técnica e/ou Capacitação, Intercâmbios, entre outros). Ressalta-se a importância de se aplicar um processo de controle das capacitações, armazenando as informações segundo os grupos de atendimento, (por exemplo, tipo de curso, horas aplicadas e etc.).

25. Fluxograma e funcionograma - Com o momento atual do avanço e operacionalização dos Projetos Produtivos e do Plano Emergencial previstos para serem implementados em curto prazo, é fundamental que a equipe de M&A defina um plano gerencial de fluxo de informações, onde estarão definidas as atribuições da UGP, escritórios locais e regional, empresas de assistência técnica e outras entidades, que deve constar no MIP atualizado. É importante também que a equipe de M&A participe das atividades estratégicas em campo e que faça um acompanhamento sistemático aos escritórios locais, além de acompanhar as ações estratégicas do projeto, como eventos e capacitações.

26. Reuniões com a equipe - Com o objetivo de disseminar os avanços dos indicadores de monitoramento perante a equipe principal do PROCASE, a missão sugere que sejam realizadas as seguintes tarefas:

disponibilização periódica dos relatórios automáticos provenientes do sistema de M&A do FIDA, aos coordenadores dos componentes, ao coordenador geral e às URGPs; reunião com os mesmos entes, com periodicidade a ser definida pelo Projeto, onde a equipe de M&A terá o papel de fornecer as informações acerca da evolução do Projeto e proposição de ações com vistas ao atendimento das metas globais do desenho.

27. Avaliação do PROCASE, segundo os beneficiários – Foi realizada no dia 03 de dezembro de 2016, em Sumé, a 2ª oficina de avaliação do Projeto, com o objetivo de obter um *feedback* da atuação do Projeto, segundo a ótica do beneficiário. Este evento contou com a participação de 110 beneficiários, dos Componentes e dos principais profissionais do Projeto. A missão ressalta que uma avaliação deste porte deverá ser planejada e conduzida por profissionais especializados, com definição da metodologia para a escolha das famílias participantes e a para a execução das atividades, para que se obtenha resultados representativos para o universo de beneficiários. Esta avaliação deverá inclusive aferir a qualidade do serviço de assistência técnica, conforme proposto no Desenho Final do Projeto.

28. POA 2016 e 2017 codificados com os indicadores do marco lógico - A missão identificou que o Projeto realizou a correlação dos códigos presentes nos indicadores do marco lógico com POA 2016. A mesma metodologia foi aplicada na construção do POA 2017. A missão destaca que o POA deve seguir sendo construído de forma colaborativa com os Componentes e toda atividade proposta deverá estar relacionada com um indicador do marco lógico. Recomenda-se que as atividades previstas apresentem valores desagregados temporalmente, de preferência mensal. Ressalta-se também a realização dos cadastramentos das metas previstas pelo POA 2017 no sistema de M&A do FIDA, assim que este documento esteja aprovado.

29. Relatório Técnico de Progresso - Os Relatórios Técnicos de Progresso (RTP) semestrais deverão ser conduzidos pela equipe de M&A, a qual terá o papel de fornecer insumos aos coordenadores dos Componentes para a sua elaboração. As informações serão provenientes não somente do sistema de M&A do FIDA, como também do banco de dados interno, o qual possui informações desagregadas dos avanços do projeto. Caberá à equipe de M&A consolidar os textos analíticos produzidos pelos Componentes e realizar uma análise crítica apontando fragilidades, forças, ameaças e oportunidades do período analisado e que, de forma conjunta com os Componentes, desenvolvam uma proposta com um breve plano de ação para o semestre seguinte. Desta forma, o RTP será um documento não apenas descritivo, mas também norteador das futuras ações do PROCASE. A missão destaca que o próximo RTP deverá ser entregue até o dia 31 de janeiro de 2017, seguindo estas orientações.

30. Linha de Base - A missão recebeu o relatório final da linha de base e reconhece que os dados tabulares das informações obtidas em campo estão inseridos em sua totalidade no sistema de M&A do FIDA. Foram realizadas 849 entrevistas, sendo 422 classificadas como “tratamento” e 427 como “controle”. A empresa entregou o relatório final para análise do Projeto, onde este é constituído por uma análise detalhada da população da área do Projeto (tratamento) e do entorno (controle). O Projeto informa que a empresa que realizou o trabalho fará uma apresentação com os resultados finais ainda no primeiro trimestre de 2017.

31. M&A e Gestão de Conhecimento e Comunicação de Resultados – Há no Projeto um jornalista atuando como assessor de comunicação e realizando atividades de difusão dos principais acontecimentos nos meios digitais de comunicação, como o *web site* e o *Facebook*. Fica acordado que o M&A irá articular com este profissional, fazendo com que o mesmo atue também como um assessor de Monitoramento e Avaliação, recebendo insumos para transformar os resultados do Projeto em material informativo de comunicação. Recomenda-se que este material não fique restrito apenas a textos e imagens, e desenvolva por exemplo, vídeos de curta duração (depoimentos dos beneficiários sobre a aplicação do Projeto, sobre melhorias na qualidade de vida, etc.) como já está sendo realizado.

32. Fortalecimento institucional: parcerias com entidades governamentais – A missão recomenda que o Componente de M&A se articule mais com a Secretaria de Planejamento e Monitoramento, pois esta reúne informações reportadas pelas diferentes secretarias do estado, como previsto no documento de Desenho Final do Projeto.

33. Recomenda-se também uma aproximação com institutos de renome na área de Sistema de Informação Geográfica (SIG), afim de apoiar o projeto no planejamento em ações territoriais, através das

especializações das informações. Sugere-se a AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba e/ou IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual, como possíveis entidades parceiras.

### C.3. Infraestrutura

34. Equipe do Projeto - O Projeto conta com um total de 44 membros da equipe, sendo 28 localizados nas unidades centrais (UGP) de João Pessoa e Campina Grande e 16 membros nas unidades regionais dos 05 Territórios abrangidos pelo PROCASE. Do total, 38% são mulheres. Feita exceção dos 07 servidores do Estado, todos os outros membros da equipe do Projeto (31 consultores mais 06 bolsistas) estão contratados através do Convênio de Cooperação Técnica entre a SEDAP/PROCASE e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA). Além disso, o Projeto conta com um apoio de 12 funcionários do IDS, contratados para exercer Assessoria Técnica junto aos beneficiários na execução do Plano Emergencial.

35. Com relação à composição do organograma do Projeto, faz necessário formalizar urgentemente a nomeação formal de 01 Gerente para o Componente II de Desenvolvimento Produtivo e de 01 Gerente para o Componente III de Gestão dos Recursos Naturais e Estratégia Ambiental, conforme definido no relatório de desenho de Projeto. Considerando a importância destes Componentes, em particular do Componente II que concentra 80% dos recursos do Projeto, torna-se urgente e prioritário assegurar a formalização destas nomeações (ponto já mencionado nas missões anteriores do FIDA, inclusive na última supervisão).

36. Observa-se também a presença de 01 consultoria técnica na área de Licitações e Contratos e 03 consultorias de assistência na mesma, acompanhando a Presidência da Comissão Especial de Licitação do PROCASE, não previstos originariamente na estrutura da equipe do Projeto, assim como de outros consultores com funções não explicitadas na versão original do desenho do Projeto. A missão sugere definir as funções específicas destes consultores, para que respondam aos requerimentos do Projeto, e atualizar o organograma institucional do mesmo a partir desta reconfiguração. A tabela a seguir resume a distribuição da equipe do Projeto por local de trabalho e por estatuto.

Tabela 01: Distribuição da Equipe do Projeto

UGP/ UGRPs	Servidores do Estado	Consultores	Bolsistas	TOTAL
UGP João Pessoa	7	14	2	23
UGP Campina Grande		4	1	5
UGRP Cariri Ocidental		3	1	4
UGRP Cariri Oriental		3	1	4
UGRP Curimataú		2	1	3
URGP Médio Sertão		2		2
URGP Seridó		2		2
IICA-Brasília		1		1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>31</b>	<b>6</b>	<b>44</b>

37. Conforme recomendado na última missão de supervisão a equipe do PROCASE foi reforçada e é suficiente para implementar o Projeto. Remanejamentos internos com redefinições e redistribuições de atribuições serão as respostas a serem aportadas em caso de necessidade. O trabalho de assessoria técnica em campo deve ser realizado por entidades de AT contratadas o mais brevemente possível (MIP – item 4.5.2/TRs de consultores UGRPs).

38. A missão realça que permanecem ausentes algumas ferramentas de planejamento e acompanhamento de base para as atividades, dificultando assim a compilação de dados confiáveis para realizar o seguimento dos avanços do Projeto. Além da revisão do MIP e adequação dos indicadores do ML, será necessário que cada componente defina suas orientações estratégicas para os dois últimos anos do Projeto.

39. Houve uma mudança entre as cinco **Unidades Regionais de Gestão do Projeto (URGPS)** estabelecidas inicialmente: a URGP que estava em Barra de Santa Rosa (território do Curimataú) foi transferida para Cuité. As demais permanecem onde estavam: Campina Grande (território do Cariri Oriental), Juazeirinho (território do Seridó), São Mamede (território do Médio Sertão), Cuité (território do Curimataú) e Sumé (território do Cariri Ocidental).

40. De ponto de vista dos veículos e dos equipamentos, o Projeto procedeu às aquisições previstas, sendo supridas assim as necessidades para poder funcionar em boas condições.

#### **C.4. Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia**

41. Focalização- O PROCASE pretende beneficiar diretamente 18.500 famílias rurais pobres localizadas nos 5 Territórios de abrangência do Projeto. Delas, até dezembro de 2016, o Projeto conseguiu atingir 4.276 famílias (23% do total), como segue: 2.148 famílias (50,3%) foram beneficiadas com Projeto Produtivo (PP) e 2.128 famílias (49,7%) exclusivamente com Plano Emergencial. O Projeto focaliza em mulheres, jovens e quilombolas como seus grupos prioritários. As visitas de campo realizadas durante a missão e a análise dos critérios de seleção de comunidades confirmaram que o público beneficiário selecionado está dentro do perfil definido.

42. Processo de seleção de beneficiários/as- A partir de maio de 2015, com o lançamento do terceiro Edital PROCASE, o Projeto adotou uma nova metodologia para mobilizar as comunidades e suas organizações, captar propostas de projetos e selecionar os grupos de beneficiários/as a serem apoiados pelo PROCASE. Esta metodologia, altamente participativa, utilizou a ferramenta do Orçamento Democrático (OD), a partir de chamada pública, com o objetivo de ampliar a participação dos/as beneficiários/as, com particular atenção aos grupos prioritários do Projeto.

43. Como resultado, houve um incremento significativo no número de PP aprovados – de 35 projetos nos Editais de 2013/2014 para 57 projetos aprovados no Edital de 2015 (sobre um total de 323 propostas), e 212 novas propostas foram apresentadas no Edital de 2016. O foco nos grupos prioritários do Projeto resultou também em um aumento de número de propostas encaminhadas por grupos de mulheres e de quilombolas (14% e 3% os PP aprovados em 2014 versus 26% e 5% para grupos de mulheres e de quilombolas aprovados em 2015, respectivamente). O Edital de 2016, lançado em abril, foi dirigido especificamente para mulheres, jovens e quilombolas recebendo um total de 41% de propostas apresentadas por grupos de mulheres, 3% por grupos quilombolas e, pela primeira vez, 16% por grupos de jovens (formalizados ou não), mais 40% por grupos mistos. Destas propostas, o Projeto visa selecionar aproximadamente 40 que deverão ser convertidas em PP e conveniadas em 2017.

44. A mudança da metodologia para captação das propostas tem demonstrando ser uma ferramenta valiosa para aproximar o PROCASE ao público alvo, incrementar a participação dos grupos prioritários nas atividades do Projeto, reduzir a desigualdade de acesso a oportunidades para os grupos sociais mais vulneráveis e fortalecer a participação das organizações sociais dos Territórios nas definições das prioridades do PROCASE.

45. Estratégia de gênero- A missão do FIDA reconheceu avanços significativos no desenho e implementação de ações específicas dirigidas aos grupos prioritários e a centralidade das questões de gênero, juventude e raça para a equipe do Projeto, seguindo as recomendações da Missão temática de outubro de 2015. A equidade de gênero dentro da equipe do PROCASE se reflete nos indicadores de composição da mesma (38% mulheres tendo como meta 40%).

46. Em agosto de 2016, a Assessoria de Gênero, Geração, Raça e Etnia desenhou um Referencial Metodológico para dar suporte às atividades de capacitação em gestão de grupos apoiados pelo PROCASE, com destaque para os grupos de mulheres, de jovens e de quilombolas. Esta ferramenta teórico-metodológica foi construída a partir das aprendizagens resultantes das vivências práticas e das reflexões com as equipes. A missão reconhece o esforço da Assessoria para transversalizar o enfoque de gênero com a equipe do Projeto, realizando um processo de formulação e de reflexão crítica com as pessoas das equipes locais, antes e após cada intervenção realizada com os grupos locais. Porém, observa-se uma fragilidade no planejamento e na definição de uma estratégia institucional que incorpore estas questões de forma programática, com conteúdo, objetivos e metas claras: o risco é que as



atividades realizadas, tanto com a equipe do Projeto como com as comunidades beneficiárias e grupos de mulheres, fiquem como ações pontuais, relevantes, porém isoladas.

47. Atividades com grupos de mulheres e quilombolas - Além das várias atividades de capacitação com grupos de mulheres e quilombolas entre 2015 e 2016, um trabalho mais articulado foi realizado com grupos de mulheres rendeiras, através do Programa SEMEAR do FIDA. Neste contexto, realizou-se um processo de capacitação de mulheres rendeiras, 02 eventos de intercâmbio de saberes e experiências, uma feira de conhecimentos e uma reunião de encerramento de ciclo do processo. Cabe assinalar que parte deste processo foi iniciado e articulado pelo SEMEAR.

48. A partir das considerações anteriores, a missão releva a urgência de desenvolver um plano de trabalho programático para os próximos dois anos do Projeto, que oriente as intervenções a serem realizadas com os grupos prioritários em visão de mudanças e resultados esperados, e que articule de forma sistemática o diálogo entre os componentes para garantir uma efetiva transversalidade do enfoque de gênero no conjunto das ações do Projeto. Neste contexto, recomenda-se entre outras coisas, seguir com as capacitações de gênero com grupos mistos de beneficiários, como parte das atividades do Componente I e em estreita colaboração com o Componente II; identificar temas chave para as mulheres (e para as mulheres quilombolas) a serem abordados de maneira estruturada; definir metas claras com relação à contribuição que as atividades do Projeto podem aportar para o empoderamento social e econômico das mulheres e dos jovens rurais e avaliar os resultados atingidos, buscando mecanismos que mostrem o grau de envolvimento qualitativo de mulheres, jovens e quilombolas nas atividades do Projeto, em diálogo como a equipe de M&A (observando, por exemplo, o papel das mulheres dentro das associações mistas, sua participação efetiva nas atividades produtivas dos projetos, avanços no empoderamento econômico e etc.). Ao mesmo tempo, recomenda-se alinhar a estratégia de gênero com a gestão do conhecimento, com o objetivo de sistematizar as boas práticas e lições aprendidas com as comunidades e utilizar estes insumos para orientar as intervenções futuras.

49. Neste processo, será relevante contar com o suporte das equipes de Assistência Técnica (AT) e com outros parceiros institucionais. A falta de AT especializada para trabalhar com as mulheres e os outros grupos prioritários têm sido um gargalo importante; esta preocupação é ainda maior agora, sendo que o número de PP de grupos de mulheres e jovens vai aumentar com o último Edital. Recomenda-se que, assim que houver a incorporação dos técnicos que atuarão no sistema de AT dentro da equipe do Projeto - como resultado do Edital lançado em 2016 - se realize um processo de formação dos/das técnicos/as nas temáticas de gênero, raça e juventude.

50. Juventude - Além dos eventos e encontros realizados com jovens, um total de 310 jovens recebeu algum tipo de capacitação como parte de oficinas para o desenvolvimento de PP, atingindo o 26% da meta do Projeto (capacitação de 1.200 jovens). O programa de bolsas de estudo previsto como parte do Componente I para beneficiar jovens ainda não foi ativado por falta de recursos. Estas primeiras experiências de formação têm dado bons resultados, pelo que a missão pode avaliar nas visitas em campo, em quanto ao nível de formação dos/as jovens capacitados/as; alguns jovens também começaram a trabalhar para as comunidades vizinhas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com resultados positivos em termos de aumento da renda. Porém, estes avanços não têm sido sistematizados, o que a missão recomenda que seja feito.

51. A missão acordou que a Estratégia de Gênero, Juventude e Raça seja finalizada até 15 de março de 2017.

52. Parcerias institucionais - Com relação ao trabalho com os grupos prioritários, o Projeto tem estreitado parcerias institucionais interessantes com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e com a Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer. Ambas têm participado ativamente no desenho do Edital de 2016 e colaborarão com o PROCASE na avaliação e seleção das propostas. As Secretarias também têm participado em encontros e eventos organizados pelo Projeto com mulheres, jovens e comunidades quilombolas. Não obstante, não foi possível dar efetividade às ações planejadas com estas Secretarias (por exemplo, a realização de uma Caravana da Cidadania da Mulher nas comunidades beneficiárias dos PP) por falta de recursos.

### **C.5. Desenvolvimento de Capacidades**

53. Segundo o Relatório de Desenho do PROCASE, o principal objetivo do Componente de Desenvolvimento Social e Humano é melhorar as capacidades — pessoais, técnicas e organizacionais — dos produtores rurais, com especial atenção aos jovens, mulheres chefes de domicílios e grupos étnicos (quilombolas). No entanto, ao definir aquilo que deverá ser realizado pelo PROCASE neste domínio, o escopo das ações deste Componente é bem mais modesto. Segundo o texto citado, na essência, “*este componente apoiará os jovens, homens e mulheres, entre 16 e 29 anos, na obtenção de novas habilidades para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais*”. A modéstia das ambições originais deste componente é reafirmada pelo seu peso relativo no orçamento, que se situa em torno de 5% do valor total do Projeto.

54. Entendendo que o desenvolvimento das capacidades das famílias beneficiárias era uma necessidade maior que aquela mencionada no parágrafo anterior, o PROCASE decidiu ampliar a abrangência da sua ação neste âmbito. A Gerência deste Componente trabalhou com um leque mais amplo de propostas. Num primeiro momento, a equipe do Componente assumiu diversas tarefas relacionadas com o processo de recepção, aprimoramento e aprovação dos primeiros 35 Projetos Produtivos (PP) que foram conveniados em 2014 e dos 57 projetos aprovados em 2015.

55. As atividades de desenvolvimento do capital humano e social - Em paralelo, o Componente passou a organizar eventos de diversos tipos, que têm como denominador comum o ‘desenvolvimento de capacidades’. Este esforço, iniciado bastante timidamente em 2014, foi se ampliando no tempo, conforme podemos ver na tabela apresentada a seguir.

Tabela 02: Atividades de desenvolvimento do capital humano e social, visando o público de agricultores e técnicos/as

Ano	Nº de eventos	Público dos grupos com PP	Público da área de intervenção PROCASE, sem PP	Outros (agricultoras/es, técnicos/as)	Total de participantes
2014	6	104	15	53	172
2015	14	470	367	48	885
2016	33	787	223	124	1.134
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>1.361</b>	<b>605</b>	<b>225</b>	<b>2.191</b>

56. Análise - Cabe no momento fazer uma análise um pouco mais aprofundada daquilo que foi realizado. Uma primeira constatação é que os eventos realizados abrangem formatos e conteúdos muito diferentes. Por exemplo, os eventos que contaram com maior número de participantes são grandes encontros, como por exemplo, as conferências territoriais de juventude (realizadas em 2015) e o Encontro de Jovens Rurais do Semiárido (que aconteceu em janeiro de 2016). O Encontro das Mulheres do Semiárido, realizado em março de 2015, pertence também a este tipo de evento. Estes encontros trabalham mais as dimensões de mobilização e articulação, ao mesmo tempo amplas e difusas.

57. Outras iniciativas de capacitação tiveram como público os beneficiários de projetos produtivos (cf. Componente 2). Neste caso houve uma quantidade importante de oficinas de gênero, eventos que trataram temas de gestão das associações, e outros que versaram sobre temas técnicos tais como a produção da silagem. Também foram realizados diversos intercâmbios, vários dos quais envolveram os dois grupos de rendeiras do município de São João do Tigre que estão executando PPs do PROCASE. Cabe mencionar que alguns destes eventos – como as capacitações envolvendo o manejo da palma irrigada ou a produção de silagem foram organizados pelos componentes 2 (produtivo) e 3 (ambiental), o que é perfeitamente lógico e coerente. Mas é importante que o Componente 1 incorpore este tipo de atividade de ‘desenvolvimento de capital humano’ como uma das suas tarefas, mesmo que seja imprescindível o aporte dos outros componentes na condução destas iniciativas.

58. Ao analisar a lista das atividades realizadas com, por exemplo, o público dos 35 projetos produtivos da primeira leva (2013/2014), é possível constatar que foram realizadas atividades de capacitação com somente com 14 destes grupos. Em alguns destes casos houve várias atividades deste tipo, enquanto que em outras destas 14 só houve uma. Isso acontece porque as capacitações no âmbito dos 35 projetos atendem as demandas advindas dos desenhos dos projetos produtivos. Projetos que não previam

atividades de capacitação estão inseridos nas atividades voltadas para todos os grupos. Há ainda 21 grupos que não tiveram nenhum evento de capacitação. Isto reforça a necessidade de elaborar e implementar a estratégia global de desenvolvimento de capacidades dos grupos.

59. Esta rápida análise mostra que, apesar do grande volume de atividades realizadas – que aumentou significativamente após a última missão de supervisão realizada em maio de 2015 – permanece o mesmo sentimento, detectado naquele momento, de uma grande dispersão destas iniciativas. Temos assim que as atividades de capacitação realizadas continuam “soltas”, não se configurando em iniciativas mais articuladas e coerentes de capacitação do público atendido. O fato de ser a equipe do Componente (sediado na UGP) que, em muitos casos, conduz/ministra as atividades também é um fator a ser levado em conta, já que isto reduz significativamente o alcance que poderia ter a ação do Componente.

60. O trabalho com jovens - Algumas das iniciativas realizadas merecem ser destacadas pelos resultados alcançados. Trata-se de duas iniciativas de capacitação de jovens. Com efeito, o PROCASE organizou, junto a dois parceiros diferentes, dois tipos de eventos de capacitação de jovens. O primeiro, em parceria com a SUDEMA, capacitou 27 jovens para a elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este curso não somente permitiu aos capacitandos dominar o tema, mas o arranjo feito permitiu que estes jovens pudessem realizar vários CARs graças ao aparelho de GPS que foi emprestado pela SUDEMA para os participantes. Estes jovens estão fazendo estes cadastros em várias das comunidades que foram beneficiadas com PPs pelo PROCASE. O segundo tipo de iniciativa organizada para formação de jovens foi o curso de viveirista, em parceria com a Escola Técnica Redentorista de Campina Grande. Nele foram capacitados 21 jovens. Vários deles já estão produzindo mudas nas suas comunidades, mesmo que seja em escala pequena, dada a situação de seca que está vivendo a região. O PROCASE está buscando viabilizar distribuição de uma forma de bolsa, que deverá permitir que alguns destes jovens possam cuidar dos viveiros que estão sendo instalados em vários dos PPs financiados pelo PROCASE.

61. O Componente espera oferecer mais uma oportunidade de formação para jovens, na forma de um curso de agroecologia para o Semiárido. Esta ideia, já antiga, estava sendo discutida com a entidade do SERTA de Pernambuco. Como esta parceria não foi possível, o PROCASE buscou um novo parceiro. A missão foi informada que as negociações junto ao Centro de Formação João Pedro e Elisabete Teixeira / Universidade Estadual da Paraíba estão bem avançadas, e devem se concretizar num futuro bem próximo. Esta segunda iniciativa pode ser vista como uma sorte de oportunidade de continuação para os que participaram das duas iniciativas mencionadas no parágrafo anterior.

62. A necessidade de uma estratégia para o Componente - Levando em consideração a análise acima apresentada, a Missão da RMT afirma ser prioritária a tarefa de produzir uma ‘estratégia de desenvolvimento de capacidades’ para o PROCASE. Vai ser necessário definir eixos ou vetores, para depois construir, em torno deles, as iniciativas de capacitação. Como exemplo, falaremos aqui do eixo que chamaremos de ‘fortalecimento das capacidades dos dirigentes das organizações locais’. Todos os atores envolvidos coincidem em dizer que é imprescindível capacitar os dirigentes das associações para que possam implementar os PPs e prestarem conta do que foi feito. Acredita-se que a realização deste trabalho possa ser um poderoso instrumento didático a ser utilizado para qualificar as lideranças e dirigentes das comunidades. Neste caso, já se tem claro um público e um objetivo geral, aqui mencionado. Caberá então definir os conteúdos que deverão ser trabalhados, dentre os quais estão a condução de licitações, elementos de registro e prestação de contas, etc. É claro que apenas este conteúdo não basta, sendo necessário definir os demais que sejam considerados necessários para o eixo em questão. Em seguida será necessário definir quem vai ministrar esta formação. Em certos casos deverá ser possível poder contar com os técnicos das entidades de AT que serão contratadas para fazer ajudar nestas tarefas.

63. A execução orçamentária. Considerando os quatro anos de trabalho do PROCASE, a execução orçamentária do Componente 1 (até a data de 30 de novembro de 2016) é de 8,1 % do total. Considerando que falta apenas um terço do tempo de implementação do Projeto, esta cifra é extremamente preocupante.

## **C.6. Desenvolvimento produtivo e sustentabilidade ambiental**

64. Situação geral do Componente - O Componente Produtivo representa 76% do orçamento geral do Projeto e consta com USD 27.294.970. Até o 30/11/16, o nível de execução financeiro do Componente apresenta um nível extremamente baixo, totalizando apenas 17,8% de realização orçamentária, após 48 meses de implementação. O desafio para os próximos 24 meses é extremamente grande, considerando que novos investimentos produtivos devem ser os mais limitados possíveis no último ano do Projeto.

65. Situação dos PPs referentes aos editais 2013/2014 - A seleção dos beneficiários desse componente é realizada por meio de editais. Desde o início do Projeto foram 4.

66. A tabela apresentada a seguir contempla os 35 PPs aprovados pelo PROCASE, nos dois primeiros editais de 2013 e 2014, totalizando R\$ 3,9 milhões e beneficiando 813 famílias. Dos 35 PPs, 6 estão mais avançados e se encontram em fase de conclusão. Nenhum PP foi concluído.

Tabela 3 – Projetos Produtivos PROCASE (2013-2014)

Tipo de Investimento Produtivo	Nº de Projetos	Nº de Famílias	Investimento PROCASEe Contrapartida	
			(R\$)	(%)
Apicultura	2	39	279.477	7,2%
Artesanato	3	85	400.859	10,3%
Caprinocultura	19	419	2.171.627	55,6%
Fruticultura	9	182	763.670	19,5%
Mineração	2	88	291.991	7,5%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>813</b>	<b>3.907.624</b>	<b>100%</b>

67. A tabela abaixo tem a finalidade de apresentar o nível de implementação dos projetos referentes aos editais 2013/2014, por meio do total de recursos orçados e do total que foi efetivamente pago pelos beneficiários, após os processos de licitação. Até o momento apenas 32,43% dos recursos previstos foram utilizados e o restante permanece nas contas das associações. Se considerarmos que parte desses convênios necessitam receber aditivos de valor, em virtude dos preços terem ficado desatualizados, podemos concluir que o nível de implementação é ainda mais baixo. É preciso de uma reação imediata do PROCASE, com relação a este tema, tendo em vista a necessidade de ter que iniciar muito em breve a implementação de todos os projetos dos editais de 2015 e 2016, bem como a conclusão dos PPs de 2013-2014. Diante disso, a missão volta a recomendar que o PROCASE reorganize seu atual quadro de profissionais com as qualificações necessárias para apoiar as comunidades a realizarem os processos de aquisições e prestação de contas dos convênios.

Tabela 4 – Utilização de recursos – editais 2013 e 2014

Região	Total orçado no projeto (R\$)	Total pago pós-licitação	%
Cariri Ocidental	1.148.426,37	333.574,72	29,05%
Curimataú	874.826,36	266.980,71	30,52%
Cariri Oriental	396.163,95	164.455,47	41,51%
Seridó	385.268,82	91.430,32	23,73%
Médio Sertão	664.851,43	268.597,33	40,40%
<b>Total</b>	<b>3.469.536,93</b>	<b>1.125.038,55</b>	<b>32,43%</b>

68. As visitas de campo evidenciaram que os melhores e maiores avanços na implementação desses PPs ocorreu nas comunidades que recebem uma assessoria técnica fornecida por entidades independentes atuando na área do PROCASE há algum tempo. Nesses casos os aportes do Projeto se integram rapidamente nas dinâmicas existentes.

**69. Situação dos PPs referentes ao edital 2015** - A tabela abaixo apresenta os 57 PPs aprovados pelo PROCASE, no edital de 2015. Estes PPs totalizam R\$ 10,6 milhões e irão beneficiar 1.335 famílias. Dos 57 PPs, 45 foram conveniados e os demais serão celebrados no início de 2017, com exceção de 01 que não será conveniado devido a verificação posterior que os estatutos não condizem com o objeto do Edital. Os Convênios assinados aguardam o repasse dos recursos para as entidades até o presente.

Tabela 5 – Projetos Produtivos PROCASE (2015)

Tipo de Investimento Produtivo	Nº de Projetos	Nº de Famílias	Investimento PROCASE e Contrapartida	
			(R\$)	(%)
Algodão	1	20	199.551,79	1,9%
Apicultura	1	20	197.105,08	1,9%
Artesanato	10	248	1.665.828,99	15,7%
Caprinovinocultura	36	874	7.108.705,31	66,9%
Fruticultura	4	90	670.639,60	6,3%
Outros	5	83	778.736,48	7,3%
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>1335</b>	<b>10.620.567,25</b>	<b>100%</b>

70. Foram visitados nove Projetos Produtivos, sendo que destes, um também recebeu Plano Emergencial e outro Unidade de Aprendizagem. Além desses, foram visitados mais quatro Planos Emergenciais e uma Unidade de Aprendizagem. Estes projetos encontram-se em diferentes fases de implementação, entretanto a maior parte mais próximos da fase final. Na segunda etapa da missão de campo foram visitados mais cinco projetos, sendo dois de artesanato de renda renascença, um plano emergencial e os demais de caprinocultura. Mesmo diante de um cenário de estiagem acentuada, foi possível constatar progressos com as intervenções realizadas pelo PROCASE.

71. Os projetos de agroindústrias ou unidades de beneficiamento possuem características próprias e uma sequência de etapas que naturalmente os enquadram como projetos que necessitam de um longo período de tempo até que o grupo beneficiário possa caminhar por conta própria na gestão do negócio. Além do tempo é necessário de pessoas com experiência em diversas áreas do conhecimento para auxiliar o grupo em cada uma das etapas. Atualmente, o PROCASE está envolvido com treze projetos, que possuem alguma relação com unidades de beneficiamento de alimentos<sup>2</sup>. Neste sentido, e diante das limitações da equipe técnica do PROCASE com este tema, o FIDA recomenda que:

- Os projetos que ainda estejam em fase de construção (obras) e/ou aquisição de equipamentos sejam concluídos com a maior brevidade possível;
- O PROCASE elabore um planejamento específico com ações para acompanhamento destes projetos. As informações apresentadas no Anexo 01 podem auxiliar na elaboração deste planejamento;
- O PROCASE avalie a possibilidade das ações definidas no planejamento mencionado no item anterior serem executadas pelas entidades de AT que serão contratadas;
- Não sejam selecionados através do Edital 2016 e seguintes (se houver) propostas que envolvam implantação de agroindústrias ou unidades de beneficiamento de alimentos, devido a complexidade desses projetos e do tempo necessário de implementação.

**72. PPs do edital 2016** - Em abril de 2016 o PROCASE lançou um quarto edital, por meio do Orçamento Democrático Participativo. Ele tem seu foco em jovens, mulheres e quilombolas e pretende selecionar aproximadamente 40 comunidades. O processo de seleção destas comunidades ainda não foi concluído, consequentemente nenhum Projeto Produtivo foi elaborado. O valor total previsto para este edital é de R\$ 4 milhões.

<sup>2</sup>Estes 13 projetos estão relacionados com obras civis para reformas destinadas a adequação de instalações existentes e obras completas, inclusive com aquisição de equipamentos. Envolvem projetos dos editais 2014 e 2015.

73. O fato do projeto atingir a metade de seu prazo de execução e ainda não ter entidades de AT em campo para acompanhar os primeiros PPs, bem como o baixíssimo nível de implementação geral de projetos dos quais alguns elaborados há mais de dois anos, não favorecem o lançamento de um novo edital em 2017. Diante disso, a missão recomenda que o edital de 2016 seja ampliado para atender 50 comunidades e que o teto possa ser de até R\$ 300.000,00 por PP, o que permitirá também trabalhar com grupos de beneficiários maiores. Desta forma, o Projeto evitará que PPs sejam implementados no seu último ano de execução e que tenham pouco tempo de acompanhamento pela AT. A missão também deixa claro que qualquer estratégia para implementar os PPs depende: i) da contratação imediata das entidades de AT que está em curso e para acompanhar os PPs, de 2013 a 2015, e ii) também do lançamento imediato de um novo edital de contratação de entidades de AT, para assumir o Diagnóstico Rápido Participativo, a elaboração e a implementação dos PPs do edital 2016.

74. Com relação à metodologia para elaboração dos PPs - Com o objetivo de melhorar a qualidade dos planos a serem elaborados e reduzir as fragilidades apontadas durante a missão realizada em julho deste ano, a equipe técnica do PROCASE recebeu do FIDA, neste mesmo mês, uma capacitação para elaboração de Planos de Investimento Produtivo. A metodologia ainda não foi empregada, uma vez que do momento da capacitação até a realização da presente missão nenhum plano foi elaborado. A missão recomenda que a metodologia proposta pelo FIDA passe a ser sistematicamente empregada a partir da elaboração dos planos do edital de 2016.

75. Comercialização - Os agricultores e agricultoras beneficiários do PROCASE utilizam as práticas tradicionais para comercializarem sua produção. Através das visitas de campo realizadas ao longo desta missão foi possível identificar que o mais comum é vender em feiras livres no município mais próximos e na própria comunidade ou diretamente aos atravessadores. É importante que o PROCASE intensifique as ações de acesso a mercado, avaliando a viabilidade de estabelecer parcerias que realmente facilitem o acesso ao mercado por parte dos seus beneficiários e beneficiárias. O apoio às Casas da Economia Solidária pode ser uma estratégia interessante e justifica ser avaliada, bem como outras possibilidades como as feiras da agricultura familiar, discutidas em reunião com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, do Governo da Paraíba, durante esta missão.

76. Contribuição dos beneficiários nos projetos produtivos- No desenho original do Projeto, estão previstos USD 3,4 milhões de recursos acessados pelos beneficiários do Projeto ao PRONAF. Até o momento da missão, os beneficiários dos PPs de 2013 e 2014 acessaram a USD 157.157 (equivalente a R\$ 520.142). Isso representa 5% dos USD 3,4 milhões. Este percentual extremamente baixo se explica pelo número limitado de PP em implementação, mas sobretudo pelas condições climáticas e a seca, que pelo quinto ano consecutivo vem impedindo fortemente o desenvolvimento das atividades produtivas. Conforme a evolução da implementação dos PPs e do restabelecimento de condições climáticas mais regulares, espera-se que essa contribuição dos beneficiários aumente. Contudo o alcance integral da meta parece muito pouco provável.

77. A Assessoria Técnica para os Projetos Produtivos - Das duas possibilidades de AT mencionadas e apoiadas durante a última missão de supervisão (com a ATES no assentamento do INCRA e com algumas ONGs que já acompanham comunidades atendidas pelo PROCASE), nenhuma se confirmou. O resultado disto é que os grupos com PPs só tem como recurso neste âmbito de AT as equipes do próprio PROCASE. De fato, estas equipes têm se desdobrado para elaborar os PPs para os 57 grupos selecionados no edital de 2015, além de acompanhar a implementação dos PPs 2013-2014. Mas a realidade tem mostrado que esta equipe não tem como fornecer este serviço pleno de AT que os PPs precisam ter. Isto apenas confirma aquilo que o FIDA tem colocado sobre este assunto em sucessivas missões de apoio e supervisão. Esgotadas as possibilidades de parcerias institucionais que pudessem suprir este serviço, só resta o caminho da contratação de entidades para fazê-lo.

78. A Missão constatou que, finalmente houve avanços nesta questão. O processo seletivo para contratação de prestadoras de “serviços de assistência técnica”, lançado em novembro 2016, deverá estar concluído até os primeiros dias de janeiro de 2017, sendo o momento seguinte aquele da contratação. Não havendo qualquer contratempo maior, estima-se que estas entidades deverão ser contratadas em março de 2017. A Missão constatou que o edital em questão contempla somente o atendimento das comunidades selecionadas nos editais 2013/2014 e 2015. Infelizmente, não foram incluídos no edital os grupos que estão sendo selecionados pelo edital de 2016, visto que o processo de seleção de comunidades ainda está em curso. A elaboração dos PPs 2016 e outros deve ser realizada

por meio da contratação de novas entidades de AT, para que elas possam assumir essa etapa, assim como o acompanhamento da implementação desses PPs, garantindo assim maiores chances de implementação rápida e com melhor qualidade. Neste sentido a missão recomenda que seja iniciado o quanto antes um novo processo de seleção de entidades de AT, além das já previstas pelo Edital de Chamada Pública em curso.

79. Finalmente, cabe registrar que com a contratação de diversas entidades de AT o trabalho das equipes do PROCASE (URGP e UGP) vai mudar de natureza. Caberá então às equipes do Projeto fazer a supervisão das equipes contratadas. Uma vez essas equipes capacitadas sobre a metodologia de trabalho do PROCASE, o passo seguinte será ajudar a montar um planejamento do trabalho da AT junto a cada grupo atendido, já que as necessidades de cada caso serão provavelmente bem diferentes umas das outras.

80. Atividades do Plano Emergencial- Em junho de 2015, o Governo do Estado da Paraíba lançou o Plano Emergencial de Enfrentamento aos efeitos da Estiagem –Viva Água da Paraíba, devido a situação crítica de vários municípios. No mesmo mês, o PROCASE estabeleceu um Plano Emergencial destinado à sua área de intervenção, cujo as metas e resultados estão apresentados a seguir:

Tabela 6: Metas e resultados alcançados com as ações do Plano Emergencial

	<b>Meta (unid.)</b>	<b>Total executado</b>	<b>Pago até 09/12/2016</b>	<b>A ser pago</b>	<b>% realizado</b>
Raquetes de palma resistentes	5.600.000	1.420.000	870.000	550.000	25%
Poços Tubulares profundos	277	233	233	0	84%
Barragens Subterrâneas	280	223	200	23	80%
Kits de irrigação	560	169	169	0	30%

81. Inicialmente previsto para ser implementado até 31/12/2015, ele foi sucessivamente prorrogado até 04/2017, considerando a situação. A implementação desse Plano ocorreu por meio de contratações diretamente realizadas pela UGP, para garantir agilidade no processo. O nível geral de alcance das metas é considerado muito bom. No caso da aquisição das raquetes de palma à qual está atrelada a aquisição de kits de irrigação, a permanência da seca impossibilitou o plantio e, portanto, a instalação dos kits de irrigação.

82. As ações realizadas no âmbito do Plano Emergencial são de grande relevância, buscando suprir as necessidades de acesso a água para os animais e a produção irrigada de forragem, incluindo a produção de sementes para difusão, por meio de campos de palma cercados de um hectare. Uma vez instalados esses campos propiciam o cultivo de outras espécies de plantas forrageiras com aportes de irrigação, tornando esses campos elementos estratégicos de enfrentar futuros períodos de escassez de água. Vale lembrar que a equipe do projeto (UGP e escritórios regionais) se mobilizou na implementação inicial do Plano Emergencial, principalmente até a contratação da assessoria técnica do IDS.

83. A Assessoria Técnica para os grupos atendidos no marco do Plano Emergencial- O Estado de Emergência declarado pelo Governo do Estado permitiu uma simplificação dos processos de contratação. Em dezembro 2015 foi assinado um contrato com o IDS para a prestação do serviço de assessoria técnica exclusivamente dirigida aos grupos atendidos pelo PROCASE, no marco do Plano Emergencial. Devido ao seu caráter 'emergencial', a duração deste instrumento era inicialmente de 180 dias (6 meses), mas ela foi prorrogada por mais 6 meses sendo previsto o encerramento em dezembro de 2016.

84. A equipe técnica do IDS iniciou o trabalho efetivo em campo em fevereiro de 2016. O trabalho desta é acompanhar a implantação de suportes hídricos e dos kits de irrigação e da entrega das raquetes de palma, de responsabilidade de entidades contratadas para tal. Cabe registrar aqui que o tamanho da equipe técnica de campo previsto no contrato é pequena: atualmente cada um dos/as 12 técnicos/as de campo deve trabalhar, em média, com 46 grupos (o que representa aproximadamente 1 técnico/a para cada 250 famílias).

85. Em termos mais amplos, houve atrasos na execução dos serviços na apresentação de produtos por parte da contratada, pendências na documentação da mesma e no pagamento do serviço por parte do PROCASE, o que significou que o trabalho de campo teve de ser interrompido durante aproximadamente três semanas no mês de outubro. Mas, olhando para este trabalho de forma abrangente, é importante registrar neste Memorando que a presença desta equipe em campo tem sido extremamente valiosa. Apesar da sua relativa simplicidade, foram numerosos os problemas a serem superados para poder instalar as unidades do Plano Emergencial.

86. A Missão foi informada que está em discussão a possibilidade de estender este serviço de AT para os grupos do Plano Emergencial para além do mês de dezembro de 2016 por meio de um aditivo de prazo. Isto sendo possível do ponto de vista jurídico, a Missão recomenda que este aditivo seja feito o mais rapidamente possível, considerando que ainda uma parte das metas deve ser implementada como mencionado anteriormente.

87. Frigorífico Abatedouro de Monteiro: no ano de 2006 foi concluída pelo Governo do Estado da Paraíba a implantação do frigorífico abatedouro de caprinos e ovinos no município de Monteiro-PB, com capacidade de abate de até 120 cabeças/dia, entretanto por motivos diversos até o momento o mesmo não entrou em funcionamento. Durante a missão um consultor do FIDA realizou uma visita ao abatedouro, com o objetivo de avaliar a estrutura existente e sua situação atual. Considerando apenas os aspectos relacionados com infraestrutura, identificou-se a necessidade de realizar novos investimentos em obras civis e equipamentos, afim de recompor sua capacidade de entrar em operação. Em reunião realizada entre a equipe da Missão e o Secretário de Estado da SEDAP, foi manifestada a intenção de revitalizar o projeto e com o envolvimento do PROCASE no processo. O FIDA entende que o projeto do abatedouro tem relação direta com as ações do PROCASE direcionadas com o fortalecimento da cadeia da caprinovinocultura (carne e leite) e fica à disposição para participar de outras agendas relacionadas com este projeto a partir dos primeiros meses de 2017.

88. Componente ambiental: Gestão de Recursos Naturais e Combate à Desertificação- Este Componente tem um orçamento total de USD 3.047.510 (que corresponde a 8% do orçamento geral do Projeto). Até o 30/11/2016, o nível de execução orçamentária deste Componente é de 6%, ou seja, extremamente baixo.

89. A coordenação deste componente assume um apoio transversal as atividades do componente produtivo, e a missão recomenda que essa seja a orientação a ser sempre procurada. Várias frentes de trabalho foram implementadas.

90. Cadastro Ambiental Rural (CAR) - O Projeto definiu uma estratégia de capacitar 27 jovens para elaborar o CAR. Até o momento da missão 315 foram feitos em propriedades de famílias beneficiadas pelos PPs. A missão recomenda que seja um eixo de trabalho prioritário do Componente, a ser ampliado durante os próximos dois anos.

91. Licenciamento Ambiental- A coordenação do Componente fez uma revisão sistemática para orientar os investimentos produtivos no intuito de atender a legislação ambiental, principalmente no caso de PPs, para construção de unidade de beneficiamento de alimentos. Foi realizado um Plano de Controle Ambiental. A missão recomenda que essa função continue a ser realizada, desde a elaboração dos próximos PPs, de modo a limitar dificuldades relacionadas com o licenciamento ambiental.

92. Viveiros - Na perspectiva de produzir mudas de frutíferas, espécies forrageiras e de plantas nativas, foram construídos 5 viveiros, sendo que 2 deles estão em funcionamento. Uma turma de 20 jovens foi capacitada para que eles sejam os viveiricultores responsáveis da produção. A produção de mudas e o envolvimento de jovens é uma atividade bastante relevante e que pode se articular com os PPs apoiados pelo Projeto entre outros. A missão questiona, todavia, o formato dos viveiros adaptado pelo Projeto, que são muito complexos, dificultam a manutenção. A continuidade dessa ação poderia se dar através de uma proposta técnica mais simples e adaptada. Contudo, a prioridade é finalizar os viveiros em construção e colocá-los para funcionar.

93. Sistemas Agro Florestais (SAF) - 15 áreas foram elencadas e 2 SAF foram implantados. O SAF é uma atividade que permite divulgar e introduzir novas práticas. Ele tem um potencial importante de fortalecer os sistemas produtivos e pode ser trabalhado com várias perspectivas: produção de frutas,



madeira, pasto apícola, forragem para animais. Para os dois próximos anos, a missão recomenda que a implantação de SAF se realize como unidade de aprendizagem, juntos com o apoio a PP.

94. **Inventário Florestal**- O PROCASE iniciou um trabalho de inventário florestal na perspectiva de definir métodos de reflorestamento e recuperação ambiental. Apesar do tema ser relevante, a Missão recomenda que este tema que se aparenta mais como ações de pesquisa não seja considerado como prioritário, sabendo que existem muitas outras frentes de trabalho que demandam atenção e podem trazer resultados mais impactantes. Além disso é importante mencionar que a disponibilidade de pessoal é muito reduzida, não permitindo sair do foco das atividades prioritárias.

95. Recomenda-se que sejam revisados as metas e indicadores deste Componente, considerando as orientações mencionadas acima. Considerando: i) o nível de avanço geral deste Componente, ii) as fragilidades identificadas nos PPs sobre a ausência de práticas produtivas alinhadas com os princípios de combate à desertificação e gestão sustentável dos recursos naturais, a Missão recomenda que a atuação deste Componente seja focada na busca de uma maior sustentabilidade ambiental e resiliência dos sistemas de produção apoiados pelos PPs (por exemplo proteção e recuperação dos solos).

### **C.7. Gestão do Conhecimento, Comunicação, e Disseminação**

96. A missão considera que se avançou positivamente em ações a serem tomadas para uma maior divulgação do Projeto, através da integração de um consultor especializado em assessoria de comunicação à equipe. Teve melhoras, em termos de uma frequência estável de Boletins Informativos semanais que estão sendo disseminados entre os técnicos e os consultores dos diferentes territórios abrangidos pelo Projeto, e o uso de ferramentas que facilitam o trabalho de comunicação externa; entre elas, a criação de um *website* independente e totalmente exclusivo para PROCASE (<http://www.procasse.pb.gov.br/>), que foi desenvolvido de acordo com o Secretária de Comunicação Institucional (SECOM), para a gestão direta das informações por parte do Projeto, uma ação que não era possível como página do PROCASE do Portal Governo da Paraíba, limitando a disseminação rápida e tempestiva de notícias. Há também uma *Fanpage* melhorada e orientada à divulgação de notícias do Projeto para o público externo. Para garantir a qualidade e foco do material publicado, a manutenção da *FanPage* é realizada exclusivamente pelo especialista em comunicação.

97. Durante as reuniões realizadas com a equipe do Projeto, considerou-se conveniente incluir espaços dedicados no site do Projeto para as mulheres, jovens e outros grupos prioritários, especialmente considerando o foco do Edital PROCASE de 2016. Nesta linha, recomenda-se desenhar seções específicas, inicialmente chamadas PROCASE-Mulheres e PROCASE-Jovem.

98. A missão reconhece que esforços significativos têm sido feitos para aprimorar o acesso às informações do Projeto em vários níveis de audiência, porém eles não são articulados nem integram uma Estratégia de Gestão do Conhecimento definida pelo PROCASE. O documento de desenho do Projeto esboçava claramente os objetivos da mesma Estratégia, em termos de melhor acesso à informação por parte dos beneficiários, com o objetivo de refinar e melhorar suas capacidades, e também promover o avanço da aprendizagem institucional para ajudar a melhorar a formulação de políticas e instrumentos de desenvolvimento rural. Foram estabelecidas também atividades concretas para atingir esses objetivos, que não têm sido realizadas.

99. É urgente e necessário o desenvolvimento de uma Estratégia de Gestão do Conhecimento do PROCASE, devidamente articulada com as atividades de comunicação e divulgação do Projeto, aproveitando das experiências com as rendeiras e com a juventude. Recomenda-se que a Estratégia contemple sua articulação com o novo Programa SEMEAR Internacional do FIDA, cuja vasta experiência faz dele um aliado essencial para a realização da mesma.

100. A missão salienta que a Estratégia deverá oferecer um olhar abrangente e transversal do PROCASE, e considere a instalação da responsabilidade para sua implementação em uma das gerências do Projeto (possivelmente a gerência de Desenvolvimento do Capital Humano e Social) para garantir sua continuidade. Por outro lado, deve-se prever a oferta de cursos de capacitação em gestão do conhecimento para a equipe responsável da mesma, bem como para os membros da equipe a cargo da área de comunicação e do M&A. Como parte desta Estratégia, se recomenda definir: o objetivo e propósito de cada um dos produtos que serão gerados; o público meta, a metodologia para alcançar os

objetivos propostos, os recursos necessários (sejam eles humanos e/ou financeiros), o período aproximado para o desenvolvimento de cada produto e canais de divulgação do mesmo. A missão recomenda que, uma vez concordado qual gerência será responsável pela Estratégia, se designe um ponto focal para assegurar a implementação das atividades e o alcance dos resultados esperados, e que estas ações integrem o POA 2017 e 2018 do PROCASE.

101. Finalmente, a missão considera que esta tarefa é de extrema importância para melhorar a gestão do Projeto, bem como contribuir para outros projetos que fazem parte da Estratégia de País do FIDA e da região. A este respeito, foi acordado o desenho da Estratégia e submissão ao FIDA, para o 10 de março de 2017 ao mais tardar.

### **C.8 Articulação com as Políticas Públicas**

102. O PROCASE conta com o apoio de várias políticas e programas geridos por diferentes entidades públicas para reduzir a pobreza rural e também destinados à agricultura familiar, embora alguns deles que foram registrados durante o desenho do Projeto não estão funcionando atualmente devido à mudança de governo e a problemas orçamentais. Este é o caso da suspensão de contratos pelo INCRA para empresas prestadoras de Assistência Técnica (AT) e extensão rural, órgão federal com o qual o Projeto tinha realizado as negociações para garantir a prestação AT nas áreas de assentamentos onde o PROCASE está trabalhando com projetos produtivos.

103. Especialmente em nível federal, duas grandes políticas de transferência de recursos têm melhorado a qualidade de vida das populações no Nordeste semiárido; o Programa Bolsa Família, que opera através de transferências condicionais, e a Aposentadoria Rural Especial, que garante aos cidadãos rurais em idade de aposentadoria recebam uma aposentadoria equivalente ao salário mínimo. O PROCASE se beneficia do acesso à informação cadastral dos beneficiários que acessam essas políticas, para garantir uma focalização adequada e determinar que se hajam aplicado corretamente os critérios de elegibilidade do Projeto.

104. Quanto às políticas federais voltadas para a agricultura familiar, o PROCASE tem acesso às mesmas, principalmente através do apoio que presta aos grupos-alvo atendidos. De outro modo, não há um acordo operacional explícito que garanta uma atenção especial aos beneficiários do PROCASE por essas políticas públicas. É o caso do acesso a diversas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que são operacionalizadas pelo Bancos do Brasil e do Nordeste, cujos recursos serão contabilizados como contrapartida dos beneficiários do PROCASE (para um total de USD 3.4 milhões) uma vez que os mesmos acessem ao crédito para financiar atividades relacionados à seus projetos produtivos. Até o momento da missão, os beneficiários acessaram a USD 157.157 de crédito, equivalente a 5%. Algo semelhante acontece com os programas de compras públicas da agricultura familiar (PAA e PNAE), que são implementados pelos municípios e prefeituras e aos quais algum beneficiários do Projeto têm acesso. A este respeito, a missão recomenda que, uma vez contratada a AT planejada, o PROCASE enfatize a necessidade de apoio específico em termos de criar e melhorar as capacidades dos beneficiários do Projeto para garantir que cumpram as condições necessárias para um maior acesso às políticas públicas existentes.

105. Existem outras políticas públicas no estado da Paraíba, entre as quais aquelas implementadas pelas Secretarias do Governo do Estado, e com as quais o PROCASE têm uma maior articulação para chegar a abranger especialmente os beneficiários mais vulneráveis (mulheres, jovens, quilombolas). Nesta área cumpre salientar a colaboração com a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e com a Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude Esporte e Lazer, envolvidas ativamente no desenho do Edital 2016 lançado recentemente, na avaliação das propostas e também no apoio ao monitoramento dos planos de negócios durante a fase de implementação. Entre as ações planejadas, mas ainda não efetivadas, da parceria entre o PROCASE e a Secretaria da Mulher, em particular, têm a formação sobre questões relacionadas à violência de gênero para as mulheres beneficiárias dos projetos produtivos, assim como apoio à documentação (tanto individual como associativa) para as mulheres, como uma ferramenta para incrementar a participação da Secretaria nas atividades do Projeto e com seus grupos beneficiários.

106. Além disso, o PROCASE se tornou parte ativa do Plano Emergencial de Enfrentamento à Estiagem no Estado da Paraíba, por meio de ações de construção de barragens subterrâneas, de perfuração, de

instalação de sistemas de irrigação e instalação de parcelas de palmas para consumo animal. Esta política foi implementada para combater o estado de emergência em 170 municípios do Estado afetados pela seca prolongada, promulgada em abril de 2015, uma situação de alarme que também foi reconhecido pelo Governo Federal. É um investimento de mais de R\$ 133 milhões, por meio do Plano Emergencial de Enfrentamento à Estiagem (Programa Viva Água). Desse valor, R\$ 80 milhões correspondem aos recursos do Estado e R\$ 53 milhões são oriundos do Governo Federal. Recomenda-se que o estado redobre os esforços de modo a potencializar maiores sinergias entre os recursos estaduais reservados ao Plano Emergencial e o PROCASE nos municípios de intervenção do Projeto.

#### **D. Aspectos fiduciários**

##### **D.1. Gestão financeira**

107. Os arranjos de gestão financeira do PROCASE avaliados durante a missão indicam a necessidade de uma especial atenção para revalidar os compromissos fiduciários de disponibilidade do orçamento necessário e aporte tempestivo e suficiente de recursos de contrapartida, bem como uma gestão ativa junto às Secretarias de Planejamento e Finanças de modo a evidenciar por meio de ações concretas as prioridades necessárias de suas pastas para a implementação do PROCASE no prazo acordado até 31/12/2018. Os gastos do projeto até 30/11/2016 são de USD 7,1 milhões, 19,2% do valor total do projeto (FIDA e governo) de USD 37,1 milhões (usando o valor histórico em USD), sendo recursos FIDA: USD 4,7 milhões e recursos definidos de Contrapartida: USD 2,4 milhões, faltando executar USD 30 milhões.

108. Avaliação do Risco Fiduciário. A Avaliação foi realizada observando a “Nota de Orientação sobre a Supervisão da Gestão Financeira de Projetos” do FIDA de julho de 2012 que objetiva “garantir que o organismo de execução tenha sistemas de gestão financeira e controles suficientemente sólidos para gerir e controlar adequadamente as finanças do projeto e prestar informações sobre elas, a fim de assegurar que utilizem os fundos dos projetos de maneira econômica e eficiente para a finalidade buscada”. A avaliação realizada gerou uma classificação de risco fiduciário médio alto para o projeto, pois encontrou dificuldades que estão relatadas detalhadamente neste Memorando especialmente na disponibilidade de Orçamento, Fundos de Contrapartida e Sistema Contábil do Projeto, embora não tenham comprometido a aplicação correta dos recursos.

109. Organização e equipe: A equipe administrativo-financeira da UGP está disposta em dois núcleos: um administrativo destinado as tarefas de gestão da UGP e junto às Associações de Produtores Rurais liderado pelo Gerente e outro financeiro composta por dois profissionais, que cumprem as tarefas de orçamento, contabilidade, desembolsos, tesouraria. A missão recomenda uma ação de coordenação estratégica das atividades de gestão financeira e planejamento com a definição de responsáveis em cada área. A Missão avalia que a indisponibilidade do Gerente Financeiro em grande parte deste ano contribuiu para que o Projeto não avançasse nos temas de Orçamento e Finanças, na disponibilidade plena do Sistema Contábil, na complementação do Manual de Gestão Financeira e nos óbices identificados pelos Auditores.

110. Orçamento/POA: o Valor total do POA para 2016 é da ordem de R\$ 33 milhões (+/- USD 10 milhões), tendo sido executado apenas 20%. Até o início da Missão 20% dos recursos de orçamento havia sido liberados para o Projeto. A disponibilidade de orçamento coerente com o POA é determinante para que o Projeto consiga cumprir com seus objetivos e é compromisso legal do Governo inclusive conforme o disposto em suas próprias leis, especialmente nas LDO, LOA e no PLOA 2017 (artigos 5.iv; parágrafo único). A missão avalia que a sua indisponibilidade na maior parte de 2016 foi ponto crítico para que o Projeto não pudesse avançar nos compromissos. Para 2017, o valor proposto de apenas R\$ 12.053.000 (R\$ 10.848.000/FIDA e R\$ 1.205.000/GovPB) pelo Governo na Proposta de Lei Orçamentária de 2017 novamente não indica os compromissos fiduciários assumidos no Plano Operativo anual de 2017. Este montante não é suficiente para a adequada implementação do Projeto e, se não for reajustado, pode resultar em um eventual cancelamento de parte do financiamento e das atividades previstas.

111. Fluxo de fundos: Mantém fiáveis, registrados no Sistema do Governo, tramitando em contas específicas Designadas e Operativa. As transferências às Associações de Produtores/Cooperativas são realizadas em seu valor total em bancos públicos e liberadas a medida que prestam constas do uso de recursos. Controles Internos: A Missão anterior solicitou em missões anteriores complementação no que

tange às atribuições da equipe e aos temas de gestão de convênios, aquisições da UGP e das associações, PCT com IICA, prestação de contas ao FIDA, atuação de controle interno da UGP, SEDAP, SAFDS e CGE; governança, gestão e avaliação de desempenho de pessoal contratado, formulários e modelos necessários. Porém, até o momento nenhuma versão foi apresentada ao FIDA. O FIDA reitera esta solicitação para a apresentação o mais breve. Sistema Contábil: O Sistema está parcialmente disponibilizado permitindo a extração dos documentos de prestação de contas ao FIDA para fins de desembolso. Relatórios e Acompanhamento: a exceção do POA 2017, os Relatórios são enviados tempestivamente, contudo sendo elaborados em excel. A missão reitera a necessidade de estes serem extraídos diretamente do Sistema Contábil do Projeto.

## D.2. Desembolsos

112. O FIDA desembolsou em 4 parcelas no valor de USD 6,1 milhões, equivalentes a 24% do valor do financiamento do FIDA e uma parcela em trâmite revisada durante a Missão elaborado em excel, enviado ao FIDA no valor de cerca de USD 1,338 milhão referente aos gastos do projeto em 2016. O valor a executar do projeto até o seu final em 2018 é de USD 17,6 milhões. Grande parte de sua não utilização foi devido à indisponibilidade de previsão de orçamento da fonte do FIDA na Lei Estadual. Diante deste nível de desembolso verifica-se um indicativo que o Projeto não utilizará os recursos a ele destinado nos próximos dois anos, devendo ser considerado uma possível prorrogação ou o cancelamento parcial do empréstimo.

Tabela 7 – Desembolsos

Descrição	Orçamento	MILHÕES de USD	% Des
Desembolsado FIDA	2012-2015	6,1	24%
A desembolsar (Pedido no. 5)	2015-2016	1,3	5%
<b>(A) Subtotal desembolsado</b>		<b>7,4</b>	<b>29%</b>
PLANO EMERG - despesas em 2017	2016	2,0	8%
PPs EDITAL 2015 - despesas em 2017	2016	2,0	8%
AT 2016 – parcela em 2017	2017	0,5	2%
PPs reforço Edital 2013/14	2017	0,5	2%
PPs 2017 advindos da AT 2017	2017	2,0	8%
DEMAIS DESPESAS em 2017	2017	0,6	3%
<b>(B) Subtotal previsto a desembolsar 2017</b>		<b>7,6</b>	<b>31%</b>
<b>Subtotal A+B (até 2017)</b>		<b>15,0</b>	<b>60%</b>
<b>Saldo a Desembolsar para o ano de 2018</b>		<b>10,0</b>	<b>40%</b>

## D.3. Fundos de contrapartida

113. Do valor executado de USD 2,4 milhões, até o presente momento a contrapartida estadual aportada ao projeto foi USD 2 milhões (R\$ 6,6 milhões) entre recursos diretos e indiretos (apenas 16% do total pactuado da contrapartida do governo). Foram utilizados recursos do FIDA no valor aproximado de USD 700 mil para pré-financiar a contrapartida. Esta medida temporal para responder à falta de contrapartida disponível deve ser resolvida o quanto antes já que os gastos do Governo não podem ser financiados com recursos FIDA.

114. Do valor dos recursos de contrapartida previstos para 2016 de R\$ 6,3 milhões apenas R\$ 1,8 milhão foi executado. Para 2017 os valores previstos não estão compatíveis com o previsto na LOA. O FIDA manifesta grande preocupação quanto à indisponibilidade da contrapartida, que poderá afetar fortemente o progresso do PROCASE e solicita especial atenção da SEDAP e da UGP para a obtenção dos recursos necessários junto à SEPLAN. Até o momento não foram contabilizados a contrapartida dos beneficiários e dos recursos por estes acessados ao PRONAF.

115. A Missão do FIDA se reuniu com Secretários da SEPLAG e SEFIN, que novamente expressaram o compromisso de disponibilizar todo Orçamento de Contrapartida Estadual na ordem de R\$ 6 milhões e parcelas de recursos financeiros oportunamente, necessários à continuidade do Projeto. A UGP estima que são necessários imediatamente recursos financeiros na ordem de R\$ 800 mil para equilíbrio do uso dos recursos FIDA, e de pelo menos, R\$ 500 mil em parcelas mensais (janeiro a dezembro) para a demais atividades. Este valor, entretanto, não é suficiente para que a UGP continue a implementar as atividades previstas no Projeto.

116. A Missão do FIDA, baseando-se em informação proporcionada pelo Projeto, estimou que, para atingir os objetivos do Projeto, será necessário um montante mínimo de USD 3 milhões de recursos de contrapartida para 2017. Adicionalmente, o FIDA recomenda que, se possível, o Governo revisasse o Orçamento de modo a incrementar a contribuição de contrapartida aos níveis previstos no Acordo de Empréstimo para alcançar o cumprimento das metas de forma exitosa. Na tabela, são indicados os gastos necessários por componente para os últimos dois anos do Projeto, discriminados em fundos de contrapartida do Governo e fundos FIDA, para que o Projeto atinja o mínimo dentre as metas previstas.

Tabela 8 – Previsão de gasto mínimo para 2017 e 2018

Componente		Total/2 anos R\$
Componente produtivo	50 Projetos Produtivos (30 do Edital 2016 e 20 de um novo edital 2017)	15 000 000
	AT	18 000 000
Componente Fortalecimento capacidades	Cursos e outras atividades	7 000 000
Componente Meio Ambiente	Meio Ambiente	4 000 000
Gestão de projeto	Gastos com pessoal e gestão	12 000 000
<b>Total</b>		<b>56 000 000</b>
		<b>USD</b>
<b>Total USD (TAXA 3,3)</b>		<b>16 919 963</b>
Parte FIDA (aproximadamente 67%)		11 336 375
Parte Gov. PB (aproximadamente 33%)		5 583 588

117. Em reunião com o secretário da SEDAP, no dia 19 de dezembro, foi solicitada a elaboração de uma proposta para recomposição imediata para os fundos de contrapartida do Projeto. Em sua resposta, o secretário solicitou que: “no ano de 2016 fossem consideradas como compensação de contrapartidas pelo Estado da Paraíba todos os valores investidos nos programas direcionados aos agricultores familiares dos territórios cobertos pelo PROCASE, quais sejam: O Programa de doação e distribuição de Sementes Seleccionadas de milho, sorgo e Feijão; Programa de Doação de Forragem do Milho; Programa de Venda Subsidiada de Silagem de Milho e Protéico de Farelo de Soja e Torta de Algodão e, ainda, o Seguro Safra, o valor correspondente a contrapartida do Estado da Paraíba. Requereu, outrossim, o Secretário da SEDAP, que no exercício de 2017, igualmente, todos os programas já mencionados, bem como, outros que venham a ser realizados pelo Governo do Estado na área compreendida pelo PROCASE possam ser utilizados para fins de contrapartida, indiferente, da origem da ação a ser realizada com os recursos do FIDA/PROCASE; Solicitou ainda que as contrapartidas pudessem ser somente implementadas pelo Estado a partir de julho de 2017 após uma nova visita de meio termo com a finalidade de aquilatar junto com o Estado da Paraíba a real situação financeira e a capacidade de atender as contrapartidas estabelecidas no termo de Cooperação.”

118. Para gastos ocorridos no passado, O FIDA analisará o seu reconhecimento como contrapartida, entretanto, estes não podem ser usados agora para manter o *paripassu* dos desembolsos futuros. Para gastos ocorridos no futuro, somente serão reconhecidos os que estejam plenamente de acordo com os percentuais para cada categoria de gasto, e que respeitem os critérios de elegibilidade segundo o convênio.

119. Por fim, o Secretário da SEDAP solicitou que: “sejam autorizados novos desembolsos que tenham sido e ou que venham ser solicitados ao FIDA mesmo que não tenha havido a implementação da contrapartida correspondente; Requer que as contrapartidas dos contratos produtivos das Associações e Cooperativas assinados e publicados nos anos 2016 e 2017 sejam com recurso integrais do FIDA sem contrapartida do Estado da Paraíba.” O FIDA informa que esta alternativa não está de acordo com o estabelecido no convênio e que recursos fonte FIDA não podem ser utilizados para pré-financiar gastos que deveriam ser financiados com recursos de contrapartida.

#### **D.4. Cumprimento das cláusulas do convênio de empréstimo**

120. As cláusulas contratuais foram em sua maioria cumpridas ou encontram-se em cumprimento. Houve avanço em relação as pendências constatadas nas missões anteriores, porém, algumas cláusulas ainda não foram cumpridas, tais como: i) atualização do MIP, que permanece vigendo em versão que não espelha os atuais anseios do Projeto; ii) designação da equipe-chave, que apesar de ter profissionais exercendo as principais atribuições previstas, ainda não possui uma designação formal para algumas posições centrais conforme estabelecido no contrato de empréstimo (e.g. os gerentes dos componentes 2, 3 e financeiro); iii) realização das reuniões ordinárias do Comitê Executivo no número mínimo previsto; iv) contratação do software contábil para a gestão financeira; v) disponibilidade em quantidade e oportunidade da contrapartida e orçamento; e vi) não envio do POA.. A missão solicita atenção para pontos dos dispositivos legais acordados que deverão ser integralmente atendidos.

#### **D.5. Aquisições e contratações**

121. As licitações do Projeto são instruídas pela UGP e conduzidas pela equipe de aquisições atrelada à Gerência Administrativa do PROCASE. A equipe de aquisições detém satisfatório conhecimento das normas do FIDA e da legislação brasileira aplicável e tem o apoio do Gerente Administrativo e da Comissão Especial de Licitação do PROCASE. A UGP conta também com um profissional para atuar como Coordenador de enlace entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o PROCASE, nas aquisições e contratações realizadas no âmbito do PCT/IICA. As normas de aquisições estão disponíveis no Manual Financeiro do Projeto e são de conhecimento dos agentes responsáveis.

- (a) Equipe técnica: A equipe responsável pela área de aquisições do PROCASE é formada por quatro consultores, sendo: dois técnicos, e dois assistentes; todos na área de licitações e contratos. Atualmente, três dos quatro consultores foram designados para acompanhar 92 projetos produtivos conveniados – divididos em 05 territórios, referentes aos editais de chamamento para projetos produtivos (PP's) 2013, 2014 e 2015. Tendo em vista a recente celebração de 45 convênios (número que pode chegar a 57 convênios), e considerando o lançamento do edital/2016 e o planejamento de um eventual edital/2017, vislumbra-se uma sobrecarga de metas físicas/financeiras inerentes à execução dos convênios que poderá tornar o acompanhamento das aquisições junto aos beneficiários inexecutável, posto que todas as metas deverão ser cumpridas até o final de 2018, data de conclusão do Projeto. Nesse sentido, a missão recomenda que as novas entidades de AT a serem contratadas tempestivamente exerçam atividades de acompanhamento mais profundo junto aos processos de aquisições dos beneficiários.
- (b) Processos de licitação: Foram proferidas algumas sugestões e recomendações para o aprimoramento dos processos de aquisição em geral, bem como oferecidos alguns esclarecimentos sobre pontos específicos levantados pela equipe da UGP. Quanto aos fluxos processuais, recomendamos a adoção de medidas para garantir que as rotinas já estabelecidas sejam respeitadas e envolvam a participação da equipe de aquisições como unidade de informação e orientação dos processos de aquisição do Projeto, ressalvadas as questões que envolvam aspectos jurídicos-formais que deverão sempre ter a participação da assessoria

jurídica do PROCASE. Foi apresentado um documento contendo o fluxograma das rotinas de aquisição que está sendo submetido a ajustes para formatação final e divulgação interna.

(b.1) *Quanto aos processos conduzidos pela UGP e IICA:* Foram solicitados o inteiro teor de alguns processos já concluídos e sujeitos a revisão posterior que será realizada remotamente (análise *on desk*) em momento oportuno já que o Projeto dispõe de cópias eletrônicas do acervo de processos de aquisições. Vale lembrar que o acompanhamento e supervisão do FIDA devem incidir não apenas sobre a observância das normas vigentes, mas também sobre o emprego das melhores técnicas e procedimentos, além da qualidade da documentação e organização do processo propriamente dito. Nesse sentido e, considerando a natureza da RMT, a missão priorizou os aspectos de reorientação do Projeto, deixando preparadas e encaminhadas as medidas necessárias à revisão amostral de conformidade dos processos (supervisão) cujo relatório será encaminhado em momento posterior como complemento à missão.

(b.2) *Quanto aos processos conduzidos pelas associações/cooperativas conveniadas:* Os consultores técnicos destacados para fazer o acompanhamento das licitações no âmbito dos convênios tem procurado desempenhar as atividades com dedicação, entretanto, as ações de capacitação e acompanhamento devem ser desenvolvidas de maneira regular e com maior frequência, tendo em vista as condições especiais de atenção que demandam os beneficiários. O trabalho das equipes de apoio em licitações deve envolver, sempre que possível, atividades relativas à abertura da conta bancária, realização da licitação/contratação, até a prestação de contas das associações/cooperativas beneficiárias, disponibilizando minutas de documentos (chamamentos, contratos, atas, etc.) que contribuam para a adequada formalização dos processos de aquisição deflagrados por aquelas entidades. Foi apresentada à missão uma cartilha de licitações elaborada para orientar as comissões de licitação no âmbito das associações e cooperativas a conduzirem o procedimento licitatório. De acordo com o que foi apurado em campo, ainda não existe clareza por parte dos beneficiários acerca dos procedimentos adotados ou mesmo do conteúdo da cartilha. A missão recomenda uma revisão da cartilha para que a abordagem do tema seja feita de forma ainda mais simplificada, inclusive com adaptação da terminologia adotada, se necessário. A equipe do PROCASE acordou compartilhar minuta revisada para conhecimento e eventuais contribuições.

(b.3) *Associações/cooperativas e documentos de licitação:* A missão recomenda fortemente que as ações de capacitação e acompanhamento das licitações realizadas junto aos beneficiários evite qualquer tipo de mecanização dos procedimentos e procure o viés da humanização das atividades. Na visita a campo ficou claro que os responsáveis pelas comissões de licitação junto às associações e cooperativas ainda realizam os procedimentos de forma automática sem o necessário entendimento do processo em que estão envolvidos. A equipe de apoio do PROCASE deve estimular o empoderamento do conhecimento por parte dos representantes que devem enxergar as ações, os documentos e os resultados como frutos do seu trabalho e parte do seu acervo de bens. Tal enfoque visa permitir que os destinatários das capacitações adquiram autonomia e condições de dar continuidade aos trabalhos no futuro. Também recomendamos que a UGP, com auxílio das equipes jurídica e de aquisições, elabore um instrumento simplificado para registrar a guarda e a responsabilidade dos documentos originais que são retirados das associações/cooperativas para fins de prestação de contas pelo Projeto. Os documentos originais pertencem aos beneficiários e como tal devem ser tratados. Quanto aos documentos de licitação, verificamos que os mesmos podem ser simplificados dada a natureza das aquisições e contratações realizadas junto aos beneficiários. Tal ocorre com os instrumentos de inauguração do procedimento licitatório (shopping) que podem ter as redundâncias reduzidas considerando, inclusive, a reunião das principais informações em um número menor de documentos.

- (c) *Quanto às aquisições programadas:* Entre os principais processos em andamento na UGP está a chamada pública para contratação da assistência técnica (AT), que se encontra em fase de recebimento das propostas e tem previsão de conclusão até abril/2017; e a contratação da empresa que prestará serviços de auditoria independente cujo processo já está em fase final. Caso novas contratações venham a ser programadas em decorrência da reorientação proposta na RMT, recomendamos que a equipe de aquisições preste total apoio para que o planejamento indique prazos realistas e adequados para a razoável duração dos processos.

122. Revisão do Plano de Aquisições e Contratações: Foi recomendada a revisão do PAC/2017 para que tenha em seu conteúdo datas de programação mais realistas e factíveis. As aquisições e contratações previstas no instrumento deverão ser planejadas em consonância com o POA, e as ações previstas devem estar descritas de forma clara e objetiva, com a indicação correta das respectivas quantidades conforme a unidade adotada no descritivo. A equipe de aquisições do Projeto se compromete a enviar uma proposta de revisão após coletar as informações ajustadas junto aos diferentes componentes do Projeto.

123. Convênios. No que diz respeito aos convênios selecionados, até esta data temos a seguinte situação: i) o edital/2013 (chamada pública) resultou na celebração de 05 (cinco) convênios referentes a Projetos Produtivos com associações/cooperativas beneficiárias, porém todos firmados no ano de 2014; ii) o edital/2014, resultou na celebração de mais 30 (trinta) convênios, todos celebrados no mesmo ano; iii) o edital/2015 (chamada pública) selecionou 57 (cinquenta e sete) PPs, dos quais 45 (quarenta e cinco) foram conveniados no ano corrente. Dos 12 restantes, temos que 03 não foram conveniados por pendências relativas às Certidões Negativas de Débito (CND) das respectivas associações/cooperativas; 02 em virtude de problemas (inatividade) no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; 06 (seis) em decorrência de vedações impostas pela lei eleitoral segundo entendimento e orientação da PGE/PB; e 1 PP que foi eliminado em verificação posterior que constatou falta de aderência com o escopo do PROCASE. Cabe lembrar que os casos enquadrados na vedação eleitoral deverão ter suas análises retomadas desde logo com vistas a celebração de novos convênios a partir de janeiro/2017. O edital/2016, com prioridade para grupos de mulheres, jovens e quilombolas, só terá convênios celebrados no exercício de 2017.

- (a) Aditamento dos Convênios. Durante a RMT também foram realizadas discussões a respeito da possibilidade de celebração de Termos Aditivos aos convênios celebrados quando o valor total supera o teto de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) originalmente previstos nos Editais 2013, 2014 e 2015 para execução dos Projetos Produtivos. A missão entende que, desde que seja decorrente de acréscimo não previsto nas quantidades de bens ou serviços necessários ao cumprimento do objeto, é possível o referido aditamento ainda que o valor total do convênio venha a superar o teto indicado no edital. A missão registra, ainda, que os aditamentos que gerarem acréscimo de valor em até 25% (vinte e cinco por cento) do montante originalmente pactuado poderão ser celebrados sem a revisão prévia do FIDA. Os aditamentos que envolverem reformas de edifícios ou equipamentos terão seu limite ampliado para 50% (cinquenta por cento) do valor original do convênio. Em qualquer caso, o FIDA deverá ser informado a respeito dos convênios que serão aditados, a razão do aditamento e os valores acrescidos com as respectivas porcentagens em relação ao valor original. Essa informação poderá ser oferecida por meio de lista consolidada com as informações dos convênios que sofrerão ajustes. Os casos em que o aditamento extrapole os limites aqui definidos deverão ser submetidos a revisão prévia do FIDA devidamente instruído para análise com vistas a Não Objeção.
- (b) Abertura de conta pelos beneficiários: Um dos pontos abordados na reunião realizada com a Secretaria de Finanças do Estado da Paraíba foi sobre os procedimentos para abertura e operacionalização das contas bancárias pelos beneficiários do PROCASE que têm encontrado muitas dificuldades face ao alto grau de autonomia das agências do Banco do Brasil que acabam por não possuir entendimento uniforme acerca dos requisitos necessários. As dificuldades encontradas vão desde demora na atualização do cadastro, até problemas na obtenção da chave “chave J” – requisito sistêmico para criação da senha eletrônica e movimentação da conta. Muito sensível ao tema que tem impedido os beneficiários de realizar os pagamentos aos fornecedores de bens e serviços vencedores das licitações, a Secretária articulou para que o Coordenador do PROCASE trate do assunto diretamente com o responsável pelas superintendências do Banco do Brasil na região.

124. Revisão do Manual de Implementação do Projeto. Durante a missão também foram realizadas discussões a respeito da necessidade de revisão do MIP. A UGP concordou em realizar uma pronta atualização do MIP e submeter a revisão prévia do FIDA.



125. Uso dos rendimentos dos convênios: Dúvida levantada pela UGP diz respeito à possibilidade de utilização dos rendimentos da conta do convênio para aquisição de novos equipamentos para os projetos produtivos. A missão sinaliza como possível desde que sejam utilizados após o cumprimento das metas principais (previamente estabelecidas) e as novas aquisições estejam diretamente atreladas à consecução do objeto/finalidade do convênio. Deverá ser realizado um aditamento do Plano de Trabalho para contemplar às aquisições que serão realizadas com os referidos recursos. O departamento jurídico deve ser acionado para elaboração do instrumento.

#### **D.6. Auditoria**

126. A missão verificou que a auditoria referente às contas de 2015 teve opinião sem ressalvas quanto à elegibilidade das despesas realizadas, movimentação da conta designada e licitações. Contudo emitiu opinião com ressalvas relativas aos Demonstrativos Contábeis e moderadamente satisfatórios quanto ao Controle Internos da UGP. Durante a missão verificamos que os itens apontados no Relatório de Auditoria não obtiveram a atenção necessária para a devida solução. O PROCASE informa que os pontos levantados foram cumpridos, com exceção do sistema, que ainda necessita de ajustes. A missão solicita que sejam enviados ao FIDA a confirmação de envio e recebimento dos Relatórios de Auditoria à CGE para acompanhamento, conforme solicitado em missões anteriores. Ano 2016: O projeto enviou o TDR de auditoria de 2016 ao FIDA e solicitou a contratação direta da firma que realizou a auditoria no ano de 2015, concordada pelo FIDA. A missão ressalta a necessidade do cumprimento do prazo determinado para apresentação do relatório de Auditoria ao FIDA em 30 de junho de 2017.

#### **E. Sustentabilidade**

127. A avaliação da sustentabilidade é bastante limitada, considerando por exemplo que nenhum Projeto Produtivo foi concluído ainda. Contudo, as visitas a campo permitem distinguir duas situações distintas: i) O caso das comunidades que receberam e continuam recebendo (pelo menos minimamente) o apoio de entidades de assessoria técnica. Nesses casos o apoio do PROCASE foi geralmente definido de forma pertinente e vem se integrar numa dinâmica existente. O potencial de sustentabilidade dos investimentos realizados é grande; ii) Nos outros casos, quando as comunidades não tiveram a oportunidade de ser contempladas com o apoio de entidades, o nível atual de sustentabilidade é muito baixo, sabendo também que a elaboração dos Projetos Produtivos não foi realizada nas condições desejáveis, sendo necessário investir esforços na superação dessas debilidades, envolvendo as entidades de AT na identificação e formulação de propostas de ajustes necessários para poder definir o acompanhamento, buscando a sustentabilidade nos seus diversos aspectos.

128. Os investimentos realizados no âmbito do Plano Emergencial, conforme dito acima, apresentam um bom potencial de sustentabilidade. Vários foram concluídos e em funcionamento. Devido ao fato de que são investimentos diretamente orientados para suprir necessidades de acesso a água, o interesse por parte dos beneficiários de mantê-los funcionais é alto. No entanto, convém aumentar o foco na sustentabilidade social, no sentido de que esses investimentos não sejam realizados somente em um local da comunidade, e deverão beneficiar todos os membros cadastrados. Isso vale principalmente para os campos de produção de palma forrageira, que foram concebidos numa perspectiva de distribuição e disseminação de variedades de palmas resistente a cochinha do carimim.

**F - Programa de trabalho acordado entre aSEDAP e o FIDA.**

**Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba**

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Reposição imediata de recursos de contrapartida	Pagamento imediato de USD 300 mil de fundos de contrapartida Estadual	31.12.2016
2	Formalizar Proposta para Execução Integral dos Recursos de contrapartida e restabelecimento do <i>paripassu</i>	Apresentar proposta de utilização de recursos de contrapartida para projetos de barragem e provisão de insumos na área de intervenção do Projeto de modo a garantir a execução integral dos recursos do Projeto e submeter à análise do FIDA	15.01.2017
3	Formalização da equipe-chave do Projeto	Nomear coordenadores do Componente 2 e Componente 3	15.01.2017
4	Atualização do MIP	Realizar atualização do MIP, para adequá-lo à realidade atual do Projeto	15.03.2107
5	Assessoria técnica para os PPs 2016	Elaborar e divulgar um novo edital de Contratação de Assessoria técnica para os PPs	30.01.2017
6	Assessoria técnica para o Plano Emergencial	Prorrogar a contratação da AT do IDS para o Plano Emergencial	10.01.2017
7	Assessoria Técnica	Contratação de AT para PPs, já elaborados e em implementação, por meio do Edital em curso.	16.01.2017
8	Revisão do Marco Lógico	Revisão do ML, tendo como referência os acordos e recomendações definidos durante a presente missão.	31.01.2017
9	Sistema de M&A	Atualizar o sistema de M&A conforme o ML revisado	15.02.2017
10	M&A	Consolidação do banco de dados dos beneficiários e definição de uma metodologia para mensuração dos indicadores de impacto	28.02.2017
11	Estratégia do Componente 1	Elaborar uma estratégia geral para o trabalho a ser realizado pelo Componente 1.	10.03.2017
12	Curso de agroecologia	Finalizar as negociações e assinar os instrumentos necessários para a concretização do curso de agroecologia para jovens.	10.03.2017
13	Focalização: Juventude, Gênero,	Elaborar uma Estratégia de Gênero, Juventude e Raça	10.03.2017

Nº	Atividade	Meta	Prazo
	Raça e Etnia		
14	Gestão do Conhecimento	Estratégia de Gestão do Conhecimento do PROCASE finalizada	10.03.2017
15	Gestão do Conhecimento	Ponto focal para a Gestão do Conhecimento nomeado	31.01.2017

**Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba – Administrativo-Financeiro**

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Fundos financeiros de Contrapartida	- Disponibilizar USD 3 milhões de recursos de contrapartida do Governo da Paraíba para 2017	01.2017
2	Reposição dos fundos pré-financiados pelo FIDA	- Disponibilizar USD 400 mil de recursos de contrapartida para a reposição de fundos pré-financiados pelo FIDA para gastos do Governo	28.01.2017
3	Sistema contábil do projeto	- Disponibilizar sistema contábil do Projeto para emissão de demonstrativos financeiros de acordo com os formulários do FIDA	02.02.2017
4	Manual de Gestão Financeira	- Concluir ajustes e enviar ao FIDA	01.2017
5	Auditoria 2016	- Realizar - Enviar relatório de auditoria ao FIDA	04.2017 06.2017
6	Revisão do Plano de Aquisições – PAC	- Elaborar proposta de revisão do PAC/2017 com indicação de prazos mais realistas; - Submeter o PAC/2017 a revisão prévia do FIDA.	20.01.2017
7	Revisão da Cartilha de Licitações dos beneficiários	- Elaborar proposta de revisão da cartilha de licitações destinada as comissões de licitação que atuam junto aos beneficiários; - Enviar proposta de revisão para N.O do FIDA	25.01.2017
8	Simplificação dos documentos e elaboração do instrumento de guarda e arquivamento	- Revisar os instrumentos de contrato celebrados pelos beneficiários; - Simplificar os documentos de licitação para a modalidade shopping; - Elaborar instrumento de guarda e responsabilidade sobre os documentos originais obtidos junto aos beneficiários.	15.01.2017
9	Atualização do MIP	- Enviar proposta de atualização do MIP para revisão prévia do FIDA.	15.03.2017

## H. Conclusões

129. O Projeto PROCASE chega ao final de seu quarto ano (de um total de seis) com uma execução financeira de apenas USD 7,1 milhões, sendo que o montante previsto no Acordo de Empréstimo, incluindo fontes FIDA e Governo do Estado, é superior a USD 37 milhões. Dessa forma, fica claro que o diagnóstico da implementação aponta para uma situação de emergência, considerando que será praticamente impossível executar os fundos disponíveis do aporte FIDA nas condições atuais, sabendo que o término do Projeto está previsto para dezembro de 2018. O problema principal é a indisponibilidade de recursos de contrapartida, sem os quais o projeto não tem mais como avançar em nenhum de seus componentes:

- i) Os 35 projetos produtivos aprovados e já conveniados pelos editais de 2013/14 não terão recursos para sua conclusão (AT). Os outros 57 de 2015 não disporão de recursos para iniciar sua implementação e acompanhamento;
- ii) O Plano Emergencial não será concluído e não atingirá suas metas;
- iii) Não haverá mais recursos disponíveis para gastos de pessoal e quaisquer atividades futuras ficarão paralisadas;
- iv) Não haverá recursos para contratar a Assessoria Técnica de acompanhamento junto aos beneficiários, que é imprescindível para garantir a sustentabilidade do Projeto, e cujo edital está em curso.

130. Assim, há a necessidade de urgentemente definir o curso a ser tomado nas próximas semanas. Em princípio, haveria duas soluções possíveis:

- i) O Estado da Paraíba garante o aporte de um mínimo de USD 3 milhões de dólares de recursos financeiros de contrapartida para o ano de 2017, o que daria sobrevida provisória ao Projeto. Caso se constatare um alto nível de execução física e financeira, poder-se-ia considerar, a possibilidade de uma extensão de prazo para além de 2018;
- ii) O Estado da Paraíba submete às autoridades competentes no estado e Governo Federal (e.g. Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento) uma solicitação de Emenda ao Acordo de Empréstimo, reduzindo o montante de contrapartida do governo, que pode ou não ser aprovada.

131. Em reunião com a missão do FIDA no dia 20 de dezembro, o Governador do Estado indicou seu comprometimento pessoal com a execução integral dos recursos previstos no Acordo de Empréstimo, descartando a alternativa ii.

132. Entretanto, devido à grave crise fiscal por que passa o Estado e o Governo Federal no momento, o Governador indicou não ser possível garantir com 100% de certeza o aporte dos recursos financeiros mínimos solicitados pelo FIDA, de USD 3 milhões de contrapartida do Estado para 2017.

133. Como alternativa, foi apresentada pelo Governador à missão a seguinte proposta, a ser considerada pelo FIDA: i) USD 1 milhão de recursos financeiros de contrapartida estadual para 2017, aportados para completar atividades na ponta já existentes com os beneficiários, como a finalização dos PPs e contratação de Assessoria Técnica e Planos Emergenciais, com o pagamento imediato de USD 300 mil e o saldo pago em outras três parcelas ao longo do ano; ii) aporte de recursos de contrapartida em investimentos de infraestrutura hídrica, como a construção de barragens garantindo a segurança no acesso a água para beneficiários de municípios na área de intervenção do PROCASE; iii) aporte de recursos de contrapartida em Programas de doação e distribuição de Sementes Selecionadas de milho, sorgo e Feijão; Programa de Doação de Forragem do Milho; Programa de Venda Subsidiada de Silagem de Milho e Protéico de Farelo de Soja e Torta de Algodão e, ainda, o Seguro Safra, no valor correspondente à contrapartida do Estado da Paraíba. Além disso, o Secretário da SEDAP agregou o seguinte item: iv) possível aporte adicional ao restabelecimento da operação do abatedouro de Monteiro, conforme indicado no parágrafo 87.

134. O FIDA solicita que a Coordenação do Projeto apresente uma proposta detalhada e fundamentada das ações relacionadas aos itens ii a iv no parágrafo anterior até 15 de janeiro de 2017, e que analisará o seu

encaixe com as metas e objetivos do Projeto, e que estejam em linha com os procedimentos de desembolso, por meio de uma missão técnica a ser planejada para as semanas seguintes. É importante que esta proposta contenha um cronograma completo de ações que se encaixem com as metas de desembolso do FIDA para o ano.

135. O FIDA reconhece o enorme desafio que tem o Projeto para que cumpra suas metas nos próximos 2 anos, principalmente considerando a situação de risco atual. O FIDA, entretanto, coloca a sua equipe à inteira disposição do Projeto para que as metas de levar desenvolvimento às áreas rurais mais pobres do Estado sejam atingidas. Finalmente, o FIDA agradece ao Governador do Estado, que se dispôs a executar todos os montantes previstos no Projeto em reunião com a missão. A missão também agradece às Secretarias de Planejamento, Finanças, e demais órgãos do Estado, e em especial o Secretário da SEDAP, a equipe do Projeto, incluindo o Coordenador-Geral, por contribuírem de forma tempestiva, pronta e dedicada para o sucesso da missão.

João Pessoa, 21 de dezembro de 2016.

<hr/> —  Rômulo Montenegro Secretário da Agropecuária e da Pesca (SEDAP)	<hr/>  Leonardo Bichara Rocha Oficial de Programas do FIDA para o País
<hr/> —  Dario Rimedio Oficial de Finanças do FIDA para a América Latina	<hr/>  Hélio Silva Barbosa Coordenador Geral do Projeto PROCASE

## Apêndice 1: Resumen del estado del proyecto y ratings

### Basic Facts

Country	Brazil	Project ID	1487 [1100001487]	Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	1000003937
Project	Cariri and Seridó Sustainable Development Project			Top-up Loan/DSF/Grant/ASAP FI No.	
Date of Update	21-Dec-2016				
Supervising Inst.	IFAD				
No. of Supervisions	4	No. of Implementation Support/Follow-up missions	9		
Last Supervision	21-Dec - 2016	Last Implementation Support/Follow-up mission	09-September-2016		

USD million Disb. rate %						
Approval	17-Dec-2009			Total financing	49.69	27
Agreement	17-Oct-2012	Effectiveness lag	34.5	IFAD Total	25.00	30
Entry into force	17-Oct-2012	PAR value	Not at risk	IFAD loan	25.00	30
First disbursement	17-Jan-2013			DSF grant		
MTR		Last amendment		IFAD grant		
Original completion	31-Dec-2018	Last audit	22-July-2016	ASAP grant	0.00	0
Current completion	31-Dec-2018			Domestic Total	24.69	10
Current closing	30-Jun-2019			Beneficiaries	9.19	0
No. of extensions	0			Local Gov	12.10	20
				National Govern	3.40	0
				External Cofinancing Total		

### Project Performance Ratings

B.1 Fiduciary Aspects			Last	Current	B.2 Project implementation progress			Last	Current
1. Quality of financial management	3	3			1. Quality of project management	4	3		
2. Acceptable disbursement rate	3	3			2. Performance of M&E	4	4		
3. Counterpart funds	5	2			3. Coherence between AWPB & implementation	4	3		
4. Compliance with financing covenants	4	4			4. Gender focus	5	5		
5. Compliance with procurement	4	4			5. Poverty focus	5	5		
6. Quality and timeliness of audits	5	4			6. Effectiveness of targeting approach	4	4		
					7. Innovation and learning	4	3		
					8. Climate and environment focus	4	4		
B.3 Outputs and outcomes			Last	Current	B.4 Sustainability			Last	Current
1. Desarrollo de capital humano y social	4	3			1. Institution building (organizations, etc.)	4	4		
2. Desarrollo productivo y acceso a mercados	4	3			2. Empowerment	4	4		
3. Manejo sustentable de recursos naturales	4	3			3. Quality of beneficiary participation	5	5		
4. Desarrollo institucional	4	3			4. Responsiveness of service providers	4	4		

5. Exit strategy (readiness and quality)	4	3
6. Potential for scaling up and replication	5	4

#### B.5 Justification of ratings

The quality of FM has been rated 3 due to weaknesses in internal control and FM decisions: the project's accounting system has not yet been fully implemented; bank reconciliations are not performed on a monthly basis; there is no proper registration and monitoring of fixed assets; there are delays in the registration of financial transactions; and IFAD funds have been used to pre-finance expenditures that should have been financed by the Government of Paraíba's contribution.

The disbursement rate is also moderately unsatisfactory, mainly driven by the unavailability of sufficient counterpart funds. The indicator for Audit has been downgraded from satisfactory to moderately satisfactory (4), due to the late presentation on 22 July 2016 of the audit report for FY 2015. Overall the Audit Report for FY 2015 was acceptable to IFAD.

The project has a central PMU and 5 operational local offices. The PMU has a strong focus on gender, youth and traditional communities. The project has reached 4,276 families (23% of the total target), improving its outreach compared by the previous years, but still low in relation to the overall target, particularly considering that current completion is envisaged for end-2018. The project has built 200 underground dams; installed 169 small scale irrigation kits; installed 233 tubular wells; and it has established 169 forage palm fields. This action has been positively evaluated. The project has approved a total of 92 business plans, out of which 35 have been financed and are under implementation. As a way to accelerate counterpart fund disbursement, the Government has agreed to speed up work on small water infrastructure, to complement the business plans under implementation. The M&E baseline data collection and processing has been concluded in November 2016 and successfully inserted into the new IFAD M&E system.

### Overall Assessment and Risk Profile

	Last	Current
C.1 Physical/financial assets	4	3
C.2 Food security	4	4
C.3 Quality of natural asset improvement and climate resilience	3	4
C.4 Overall <b>implementation progress</b> (Sections B1 and B2)	4	4

#### Rationale for implementation progress rating

The main financial risk is the availability of counterpart funds for 2017, although the State Governor personally committed to fully disburse their share of financing, to meet all goals envisaged at project design, with the possibility of a revision in the water infrastructure sub-projects.

The project is performing strongly in its small water infrastructure activities, with progress with respect to the AWPB reaching over 200% in some areas. The project has built 200 underground dams; installed 169 small scale irrigation kits; installed 233 tubular wells; and it has established 169 forage palm fields. These four activities have led to 560 hectares of land with new water infrastructure, compared to an overall project goal (development objective) at design of only 225 hectares (see indicator 00.00.09, for which 249% of the initial target has been achieved). Other indicators show good results, including: i) the number of business plans that are connected to improved market access (02.02.05), 32 out of a total goal of 36, showing results of 89% of the initial targets; ii) existence of a functioning M&E system (05.01.05); ii) 25 women farmers trained in rural development (04.01.06, 100% of initial goals). However, the overall number of families benefitted by the project (00.00.01) – 4,276 families, remained in 2016 relatively low at only 36% of the AWPB due to low counterpart funding. It has been agreed with the Governor that the project will capitalize on the current positive experience in the field of water access in order to further improve overall project performance during 2017. The implementation progress rating has been kept at 4. The Actions in the context of the Emergency Plan contributed to improve water management, hence producers' resilience to climate change.

C.5 Likelihood of achieving the development objectives (section B3 and B4)	5	4
--	---	---

#### Rationale for development objectives rating

There is a potential risk that the project's development objectives would not be attained, should the project not accelerate its implementation rate. The MTR mission team confirms that the Governor of Paraíba is committed to speeding up project implementation with the necessary counterpart funds and a new mission will visit the state in the first quarter of 2017 to analyse the Government's new financial and operational plan. Although the PMU has demonstrated clarity in its methodological approach, the project coordination needs to strengthen its implementation strategy. The delay in contracting technical assistance services is compromising the achievement of the project's goal and objectives. Considering the remaining time to project's completion, the PMU needs not to delay its attention to implementation measures, as well as to the issue of sustainability and the design of a proper exit strategy.

### C. Risks Short description of major risks for each section and their impact on achievement of development objectives and sustainability

Fiduciary aspects	Should the project not accelerate its implementation rate, there is a potential risk that the project's development objectives will not be attained. However, the Governor of Paraíba formally committed to speeding up project implementation with the necessary counterpart funds. A new mission will visit the state in the first quarter of 2017 to analyse the Government's new financial and operational plan for PROCASE.
Project implementation progress	There are evident factors which represent risk in project implementation. Project PMU should therefore: 1) elaborate a thorough operation plan to make use of all resources available, including counterpart funds, until project completion, and according to the proposal presented by the Governor on strengthening water infrastructure, ensuring coordination with existing government actions on rural

	development; 2) finalize recruitment of technical assistance to see through the implementation of all approved business plans (92), plus another 40 (targeted on women, youth and <i>quilombolas</i> ) which are to be launched by the current public call.
Outputs and outcomes	If technical assistance services are not contracted, business plans and Emergency Plan-related activities will be affected and the chances to achieve the project's expected results and impacts will be severely reduced.
Sustainability	A clearly defined strategy, addressing possible risks and sustainability aspects, needs to be designed and implemented. This implies, inter alia, technical assistance services that are linked to the business plans and the organizations' involvement in project activities. Moreover, the project's PMU should further strengthen its current strategy to incorporate other complementary programmes and projects, implemented by the federal and state government, to its objectives and AWP.

### Proposed Follow-up

Issue / Problem	Recommended Action	Timing	Status
Project reorientation to attain design goals	Follow-up on the proposal to be presented by the State Governor to reorient the project towards strengthening water infrastructure plans	First quarter 2017	To be implemented
Lack of counterpart funds	Ensure availability of counterpart funds necessary to run activities over 2017 and 2018	All year	
Recruit and implement technical assistance services	Guarantee that technical assistance services are provided to business plans, design of new business plans in 2017 and activities under the Emergency Plan	All year	
Revise PIM and Logical Framework	Need to revise PIM and LF in light of the changes in the Project's methodological approach and related implementation mechanisms.	February 2017	

### Additional observations



## Apêndice 2: Marco lógico - dados de identificação do programa

Resumo Descritivo	Código		Nome do indicador	Meios de Verificação	Supostos
<b>META:</b> Desenvolvida a economia rural da região semi-árida da Paraíba e reduzidos os níveis de pobreza das famílias rurais pobres	00.00.01		20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de ativos produtivos	Pesquisa de base do projeto Resultados de meio termo e finais e avaliação de impacto Dados estatísticos nacionais (IBGE)	
	00.00.02		10% redução da prevalência de malnutrição infantil, por gênero (h/a, w/a, wh)*		
<b>OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO</b> Os beneficiários do projeto na região semi-árida da Paraíba tem melhorado de forma sustentável, a renda agrícola e não-agrícola, ativos produtivos, capacidades organizacionais e práticas ambientais	00.00.01		18 500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	Cadastro local de negócios Pesquisa de base do projeto Avaliação de meio termo e final Sistema de informações gerenciais (MIS) Relatórios das agências co-executoras Sistematização da experiências e dos estudos de caso Estudos específicos sobre as atividades econômicas locais Avaliação participativa Dados estatísticos nacionais (IBGE) Sistema de Informações sobre Trabalho Documentos produzidos sobre a política e a estratégia	Secas Acesso a terra e parcerias facilitadas pelo GOB Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo GOB Mercados individuados estável e preparados para absorver incrementos de produção Mantidas as presentes políticas de fortalecimento dos serviços públicos de extensão Problemas para o acesso a terra
	00.00.02		75% das famílias beneficiárias tem crescido a renda agrícola e não-agrícola de 20%		
	00.00.03		10% aumento anual nos volumes e valores dos produtos comercializados suportados pelo projeto		
	00.00.04		Pelo menos 20% de aumento na renda líquida dos pequenos negócios agrícola e não-agrícola suportados pelo projeto		
	00.00.05		80% dos negócios agrícolas e não agrícolas		
	00.00.06		80% do negócios funcionam de maneira rendosa depois de três anos		
	00.00.07		4 300 trabalhos criados pelas atividades econômicas suportadas pelo projeto		
	00.00.08		Instituições de extensão rural podem assistir 15 200 famílias rurais pobres		
	00.00.09		225 hectares de caatinga sob boas praticas de gestão de recursos naturais		
	00.00.10		Pelo menos 80% das organizações de produtores apoiadas pelo projeto participam das reuniões e de instâncias colegiadas municipais e ou regionais.		
<b>COMPONENTE 1</b> Desenvolvimento do capital humano e social - Jovens, homens e mulheres beneficiados por a expansão do acesso a treinamento e à educação profissional para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais	01.01.01		Capacitação de 1200 jovens para desenvolvimento de planos de negócios (RIMS 16.2)	Avaliação de meio termo e final Sistema de informações gerenciais (MIS) Relatórios das agências co-executoras Avaliação participativa	SECTMA não estabelece a parcerias necessária para implementar o programa Programas de formação técnica não respondem às necessidades do mercado do trabalho
	01.01.02		Pelo menos 25% dos jovens do total previsto recebe capacitação para desenvolvimento de planos de negócios		
	01.01.01		4 000 jovens pobres rurais (50% de moças) recebem bolsas de estudo (USD 400 cada) para atender treinamentos técnicos e empresarial		
	01.01.02		1200 jovens (50% de moças) beneficiados pelos incentivos para o desenvolvimento de planos de negócios (USD 400 cada)		
	01.01.02.01		600 moças beneficiadas		
<b>COMPONENTE 2</b> Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados: <b>Resultado 2.1.</b> Os produtores rurais pobres apoiados para aumentar sua produção e produtividade, melhorar a qualidade dos seus produtos e desenvolver a capacidade de comercialização.	02.01.01		11600 agricultores, 1400 pequenos mineiros e 1000 (todos artesãos), organizados em pelo menos 54 associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		
	02.01.01.00		Agricultores organizados em associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		
	02.01.01.01		Pequenos mineiros organizados em associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		
	02.01.01.02		Artesãos organizados em associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		
	02.01.02		Associações e cooperativas de produtores desenvolvem pelo menos 2 cooperativas para proporcionar serviços de marketing e de assistência técnica aos membros		
	02.01.02.00		Associações e Cooperativas acessam serviço de marketing e de assistência técnica		

Resumo Descritivo			Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador		
<b>COMPONENTE 2</b> Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados -  <b>Resultado 2.2.</b> Os pequenos produtores tem acesso à assistência técnica e recursos financeiros para melhorar a produção agrícola e não agrícola	02.02.01	14 000 pequenos produtores (40% de mulheres e 20% de mulheres chefes de família) formadas em técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregados por produção e gênero)		
	02.02.02	32 assessores técnicos supervisionam 200 Agentes de Desenvolvimento Local (50% de mulheres)		
	02.02.02.00	Pelo menos 50% de Agentes de Desenvolvimento Local - ADL recebem supervisão		
	02.02.03	25,8 USD milhões do Fundo de Investimento produtivo são alocados por 11200 pequenos(as) produtores(as) para os planos de investimentos produtivos.		
	02.02.04	11200 pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar crédito a curto prazo (incluso PRONAF)		
	02.02.05	36 negócios agrícolas e não agrícolas apoiados para melhor acesso a mercados		
	02.02.06	Pelo menos 700 rendeiças recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolver negócios		
	02.02.06.00	Pelo menos 35% recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolverem negócios no segundo ano do Projeto		
	02.02.07	1000 Sistemas de Captação de água de chuvas construídos ou reabilitados (RIMS 1.1.7)		
	02.02.08	EMEPa tem proporcionado 1000 embriões selecionados de caprino e ovino e de cabras e ovelhas para receptoras dos embriões, para melhorar para melhorar o padrão genético dos animais		
<b>COMPONENTE 3</b> Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - Promovida a Gestão sustentável dos recursos naturais, incluso técnicas e conhecimentos para apoiar a luta contra a desertificação	03.01.01	450 produtores treinados e financiados para a implantação de 450 SAFs e 30 UEPs		
	03.01.02	Criado um projeto piloto de pagamentos para serviços ambientais para pequenos produtores		
	03.01.03	Pelo menos 80% de funcionários de extensão e agentes de desenvolvimento local formados em técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres)		
	03.01.04	Mais de 10.000 crianças (de famílias rurais na área do projeto) seriam beneficiadas pelos programas de educação do meio ambiente. 150 professores seriam treinados para este fim		
	03.01.04.00	Pelo menos 150 professores(as) da rede pública são treinados para atender a comunidade escolar sobre educação para convivência com o semiárido e conservação ambiental.		
<b>COMPONENTE 4</b> Desenvolvimento Institucional - Instituições rurais preparadas para melhorar as capacidades de formular, desenvolver e executar políticas e projetos de desenvolvimento rural na região semiárida	04.01.01	A equipe das agências parceiras do projeto, os representantes municipais e as organizações dos produtores assistem a 27 reuniões de trabalho e treinamento sobre questões relacionadas às metodologias de desenvolvimento local e territorial, governança local e participação social.	· Avaliação de meio termo e final · Sistema de informações gerenciais (MIS) · Relatórios técnico das agências parceiras · Sistematização das experiências e dos estudos de caso · Documentos produzidos sobre a política e a estratégia · Avaliação participativa	· Mantido o governo local, as políticas participativas e a legislação
	04.01.02	Instituições de assessoria técnica podem assistir as 15 200 famílias beneficiárias		
	04.01.03	Sistematizadas 5 experiências de sucesso de desenvolvimento		
	04.01.04	Organizados 6 workshop		
	04.01.05	Pelo menos 50 representantes dos pequenos produtores treinados sobre temas de desenvolvimento rural		
	04.01.06	Pelo menos 50% de mulheres pequenas produtoras treinadas sobre temas de desenvolvimento rural (Referente ao indicador 04.01.05)		
<b>COMPONENTE 5</b> Gestão do Projeto e Sistema de Monitoramento e Avaliação - Estabelecida uma eficaz Unidade de Gestão do projeto	05.01.01	3 escritórios regionais criados e instalados (URGPs)		
	05.01.02	Satisfatória gestão da supervisão técnica e financeira do projeto		
	05.01.03	Realização de pelo menos 70% das atividades/intervenções planejadas no Plano Anual de trabalho e Orçamento		
	05.01.04	Pelo menos 40% da equipe do projeto são mulheres		
	05.01.05	Sistema de informações gerenciais (MIS) e sistema M&A		

## Apêndice 3: Programa de trabalho acordado entre a SEDAP e o FIDA

### Plano de Trabalho FIDA - Governo da Paraíba

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Reposição imediata de recursos de contrapartida	Pagamento imediato de USD 300 mil de fundos de contrapartida Estadual	31.12.2016
2	Formalizar Proposta para Execução Integral dos Recursos de contrapartida e restabelecimento do <i>paripassu</i>	Apresentar proposta de utilização de recursos de contrapartida para projetos de barragem e provisão de insumos na área de intervenção do Projeto de modo a garantir a execução integral dos recursos do Projeto e submeter à análise do FIDA	15.01.2017
3	Formalização da equipe-chave do Projeto	Nomear coordenadores do Componente 2 e Componente 3	15.01.2017
4	Atualização do MIP	Realizar atualização do MIP, para adequá-lo à realidade atual do Projeto	15.03.2107
5	Assessoria técnica para os PPs 2016	Elaborar e divulgar um novo edital de Contratação de Assessoria técnica para os PPs	30.01.2017
6	Assessoria técnica para o Plano Emergencial	Prorrogar a contratação da AT do IDS para o Plano Emergencial	10.01.2017
7	Assessoria Técnica	Contratação de AT para PPs, já elaborados e em implementação, por meio do Edital em curso.	16.01.2017
8	Revisão do Marco Lógico	Revisão do ML, tendo como referência os acordos e recomendações definidos durante a presente missão.	31.01.2017
9	Sistema de M&A	Atualizar o sistema de M&A conforme o ML revisado	15.02.2017
10	M&A	Consolidação do banco de dados dos beneficiários e definição de uma metodologia para mensuração dos indicadores de impacto	28.02.2017
11	Estratégia do Componente 1	Elaborar uma estratégia geral para o trabalho a ser realizado pelo Componente 1.	10.03.2017
12	Curso de agroecologia	Finalizar as negociações e assinar os instrumentos necessários para a concretização do curso de agroecologia para jovens.	10.03.2017
13	Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia	Elaborar uma Estratégia de Gênero, Juventude e Raça	10.03.2017
14	Gestão do Conhecimento	Estratégia de Gestão do Conhecimento do PROCASE finalizada	10.03.2017

Nº	Atividade	Meta	Prazo
15	Gestão do Conhecimento	Ponto focal para a Gestão do Conhecimento nomeado	31.01.2017

**Plano de Trabalho FIDA-Governo da Paraíba – Administrativo-Financeiro**

Nº	Atividade	Meta	Prazo
1	Fundos financeiros de Contrapartida	- Disponibilizar USD 3 milhões de recursos de contrapartida do Governo da Paraíba para 2017	01.2017
2	Reposição dos fundos pré-financiados pelo FIDA	- Disponibilizar USD 400 mil de recursos de contrapartida para a reposição de fundos pré-financiados pelo FIDA para gastos do Governo	28.01.2017
3	Sistema contábil do projeto	- Disponibilizar sistema contábil do Projeto para emissão de demonstrativos financeiros de acordo com os formulários do FIDA	02.02.2017
4	Manual de Gestão Financeira	- Concluir ajustes e enviar ao FIDA	01.2017
5	Auditoria 2016	- Realizar - Enviar relatório de auditoria ao FIDA	04.2017 06.2017
6	Revisão do Plano de Aquisições – PAC	- Elaborar proposta de revisão do PAC/2017 com indicação de prazos mais realistas; - Submeter o PAC/2017 a revisão prévia do FIDA.	20.01.2017
7	Revisão da Cartilha de Licitações dos beneficiários	- Elaborar proposta de revisão da cartilha de licitações destinada as comissões de licitação que atuam junto aos beneficiários; - Enviar proposta de revisão para N.O do FIDA	25.01.2017
8	Simplificação dos documentos e elaboração do instrumento de guarda e arquivamento	- Revisar os instrumentos de contrato celebrados pelos beneficiários; - Simplificar os documentos de licitação para a modalidade shopping; - Elaborar instrumento de guarda e responsabilidade sobre os documentos originais obtidos junto aos beneficiários.	15.01.2017
9	Atualização do MIP	- Enviar proposta de atualização do MIP para revisão prévia do FIDA.	15.03.2017

## Apêndice 4: Avanço de indicadores respeito do POA (2016)

Resumo Descritivo	Dados do Indicador									Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Efetivo até 2015	Meta POA 2016	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
<b>META:</b> Desenvolvida a economia rural da região semi-árida do Paraíba e reduzidos os níveis de pobreza das famílias rurais pobres	00.00.01	20% das famílias com melhorias no índice de propriedade de ativos produtivos								Pesquisa de base do projeto (Resultados de meio termo e finais e avaliação de impacto) (Dados estatísticos nacionais (IBGE))	
	00.00.02	10% redução da prevalência de malnutrição infantil, por gênero (h/a, w/a, w/h)*									
<b>OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO</b> Os beneficiários do projeto na região semi-árida da Paraíba tem melhorado de forma sustentável, a renda agrícola e não-agrícola, ativos produtivos, capacidades organizacionais e práticas ambientais	00.00.01	18 500 famílias diretamente beneficiadas pelos serviços do projeto	2 148	5 954	2 128	36%	18 500	4 276	23%	Cadastro local de negócios Pesquisa de base do projeto Avaliação de meio termo e finais Sistema de informações gerenciais (MIS) Relatórios das agências co-executoras Sistematização da experiência e dos estudos de caso Estudos específicos sobre as atividades econômicas locais Avaliação participativa Dados estatísticos nacionais (IBGE) Sistema de informações sobre Trabalho Documentos produzidos sobre a política e a estratégia	Secas Acesso a terra e parcerias facilitadas pelo GOB Infra-estruturas básicas e sociais continuam a ser proporcionadas pelo GOB Mercados individualizados estável e preparados para absorver incrementos de produção Mantidas as presentes políticas de fortalecimento dos serviços públicos de extensão Problemas para o acesso a terra
	00.00.02	75% das famílias beneficiárias tem acrescido a renda agrícola e não-agrícola de 20%									
	00.00.03	10% aumento anual nos volumes e valores dos produtos comercializados suportados pelo projeto									
	00.00.04	Pelo menos 20% de aumento na renda líquida dos pequenos negócios agrícola e não-agrícola suportados pelo projeto									
	00.00.05	80% dos negócios agrícolas e não agrícolas									
	00.00.06	80% dos negócios funcionam de maneira rendosa depois de três anos									
	00.00.07	4 300 trabalhos criados pelas atividades econômicas suportadas pelo projeto									
	00.00.08	Instituições de extensão rural podem assistir 15 200 famílias rurais pobres		3 920	2 128	54%	15 200	2 128	14%		
	00.00.09	225 hectares de caatinga sob boas práticas de gestão de recursos naturais		560	560	100%	225	560	249%		
	00.00.10	Pelo menos 80% das organizações de produtores apoiadas pelo projeto participam das reuniões e de instâncias colegiadas municipais e ou regionais.		92	35	38%	92	35	38%		



Resumo Descritivo	Dados do Indicador									Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Efetivo até 2015	Meta POA 2016	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
<b>COMPONENTE 1</b> Desenvolvimento do capital humano e social - Jovens, homens e mulheres beneficiados por a expansão do acesso a treinamento e à educação profissional para o desenvolvimento de negócios agrícolas e não agrícolas e a melhor inserção nos mercados laborais	010101	Capacitação de 1200 jovens para desenvolvimento de planos de negócios (RIMS 16.2)		310	310	100%	1 200	310	26%	Avaliação de meio termo e final do sistema de informações gerenciais (MIS) e retorno das agências co-executoras Avaliação participativa	O SECTMA não estabelece a parceria necessária para implementar o programa Programas de formação técnica não respondem às necessidades do mercado do trabalho
	010102	Pelo menos 25% dos jovens do total previsto recebe capacitação para desenvolvimento de planos de negócios		310	310	100%	310	310	100%		
	010101	4 000 jovens pobres rurais (50% de moças) recebem bolsas de estudo (USD 400 cada) para atender treinamentos técnicos e empresarial									
	010102	1200 jovens (50% de moças) beneficiados pelos incentivos para o desenvolvimento de planos de negócios (USD 400 cada)		100	290	290%	1 200	290	24%		
	010102.01	600 moças beneficiadas		50	130	260%	600	130	22%		
	010103	80% de jovens que desenvolvem planos de negócios podem ascender a financiamentos para implementar os projetos									
<b>COMPONENTE 2</b> Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados: <b>Resultado 2.1.</b> Os produtores rurais pobres apoiados para aumentar sua produção e produtividade, melhorar a qualidade dos seus produtos e desenvolver a capacidade de comercialização.	02.0101	11600 agricultores, 1400 pequenos mineiros e 1000 (todos artesãos), organizados em pelo menos 54 associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		1 300	1 280	98%	14 000	1 280	9%		
	02.010100	Agricultores organizados em associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		1 300	1 280	98%	11 400	1 280	11%		
	02.010101	Pequenos mineiros organizados em associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		80	80	100%	1 400	80	6%		
	02.010102	Artesãos organizados em associações e cooperativas, beneficiados pela assistência técnica e formação para o fortalecimento organizacional		85	85	100%	1 000	85	9%		
	02.0102	Associações e cooperativas de produtores desenvolvem pelo menos 2 cooperativas para proporcionar serviços de marketing e de assistência técnica aos membros									
	02.0102.00	Associações e Cooperativas acessam serviço de marketing e de assistência técnica		35	32	91%	35	32	91%		

Resumo Descritivo	Dados do Indicador									Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Efetivo até 2015	Meta POA 2016	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
<b>COMPONENTE 2</b> Desenvolvimento Produtivo e Inserção Competitiva nos Mercados -  <b>Resultado 2.2.</b> Os pequenos produtores tem acesso à assistência técnica e recursos financeiros para melhorar a produção agrícola e não agrícola	02.02.01	14 000 pequenos produtores (40% de mulheres e 20% de mulheres chefes de família) formadas em técnicas de produção agrícola e não agrícola (desagregados por produção e gênero)		1 300	1 280	98%	14 000	1 280	9%		
	02.02.02	32 assessores técnicos supervisionam 200 Agentes de Desenvolvimento Local (50% de mulheres)									
	02.02.02.00	Pelo menos 50% de Agentes de Desenvolvimento Local - ADL recebem supervisão									
	02.02.03	25,8 USD milhões do Fundo de Investimento produtivo são alocados por 11 200 pequenos(as) produtores(as) para os planos de investimentos produtivos.		4 200	4 200	100%	11 200	4 200	38%		
	02.02.04	11 200 pequenos produtores recebem USD 3.25 milhões para financiar crédito a curto prazo (incluso PRONAF)									
	02.02.05	36 negócios agrícolas e não agrícolas apoiados para melhor acesso a mercados		32	32	100%	36	32	89%		
	02.02.06	Pelo menos 700 rendeliras recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolver negócios	256	256	80	31%	700	336	48%		
	02.02.06.00	Pelo menos 35% recebem assistência técnica e recursos financeiros para desenvolverem negócios no segundo ano do Projeto		245	80	33%	245	80	33%		
	02.02.07	1000 Sistemas de Captação de água de chuvas construídos ou reabilitados (RIMS 1.1.7)		228	228	100%	1 000	228	23%		
	02.02.08	EMEPA tem proporcionado 1000 embriões selecionados de caprino e ovino e de cabras e ovelhas para receptoras dos embriões, para melhorar para melhorar o padrão genético dos animais									
<b>COMPONENTE 3</b> Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e Combate à Desertificação - Promovida a Gestão sustentável dos recursos naturais, incluso técnicas e conhecimentos para apoiar a luta contra a desertificação	03.01.01	450 produtores treinados e financiados para a implantação de 450 SAFs e 30 UEPs		62	62	100%	450	62	14%		
	03.01.02	Criado um projeto piloto de pagamentos para serviços ambientais para pequenos produtores									
	03.01.03	Pelo menos 80% de funcionários de extensão e agentes de desenvolvimento local formados em técnicas de gestão de recursos naturais (50% de mulheres)									
	03.01.04	Mais de 10.000 crianças (de famílias rurais na área do projeto) seriam beneficiadas pelos programas de educação do meio ambiente 150 professores seriam treinados para este fim									
	03.01.04.00	Pelo menos 150 professores(as) da rede pública são treinados para atender a comunidade escolar sobre educação para convivência com o semiárido e conservação ambiental.									

Resumo Descritivo	Dados do Indicador									Meios de Verificação	Supostos
	Código	Nome do indicador	Efetivo até 2015	Meta POA 2016	Efetivo	%	Objetivo Final	Efetivo Acumulado	%		
<b>COMPONENTE 4</b> Desenvolvimento Institucional - Instituições rurais preparadas para melhorar as capacidades de formular, desenvolver e executar políticas e projetos de desenvolvimento rural na região semiárida	04.01.01	A equipe das agências parceiras do projeto, os representantes municipais e as organizações dos produtores assistem a 27 reuniões de trabalho e treinamento sobre questões relacionadas às metodologias de desenvolvimento local e territorial, governança local e participação social.	5	16	16	100%	27	21	78%	· Avaliação de meio termo e final · Sistema de informações gerenciais (MIS) · Relatórios técnico das agências parceiras · Sistematização das experiências e dos estudos de caso · Documentos produzidos sobre a política e a estratégia · Avaliação participativa	· Mantido o governo local, as políticas participativas e a legislação
	04.01.02	Instituições de assessoria técnica podem assistir as 15 200 famílias beneficiárias		4 200	2 128	51%	15 200	2 128	14%		
	04.01.03	Sistematizadas 5 experiências de sucesso de desenvolvimento									
	04.01.04	Organizados 6 workshop									
	04.01.05	Pelo menos 50 representantes dos pequenos produtores treinados sobre temas de desenvolvimento rural		50	50	100%	50	50	100%		
	04.01.06	Pelo menos 50% de mulheres pequenas produtoras treinadas sobre temas de desenvolvimento rural (Referente ao indicador 04.01.05)		25	25	100%	25	25	100%		
<b>COMPONENTE 5</b> Gestão do Projeto e Sistema de Monitoramento e Avaliação - Estabelecida uma eficaz Unidade de Gestão do projeto	05.01.01	3 escritórios regionais criados e instalados (URGP's)		3	5	167%	3	5	167%		
	05.01.02	Satisfatória gestão da supervisão técnica e financeira do projeto		1	1	100%	1	1	100%		
	05.01.03	Realização de pelo menos 70% das atividades/intervenções planejadas no Plano Anual de trabalho e Orçamento		70%	25%	36%	70%	25%	36%		
	05.01.04	Pelo menos 40% da equipe do projeto são mulheres		18	18	100%	18	18	100%		
	05.01.05	Sistema de informações gerenciais (MIS) e sistema M&A		1	1	100%	1	1	100%		



## Apêndice 5: Aspectos financeiros: execução financeira efetiva, por financiador e componente, e desembolsos por categoria

**Tabela 5A:** Execução Financeira por financiador 30/11/2016

Financiador	Aprovado (USD equiv)	Atual (USD equiv)	Desembolsado (USD)	% desembolsado
FIDA	25.000.000	25.000.000	6.108.42	24%
Governo da Paraíba	12.101.000	12.101.000	1.979.26	16%
Total	37.101.000	37.101.000	8.087.69	22%

Fonte: UGP/Procace

**Tabela 5B: Execução Financeira por financiador e componente (USD)**

30/11/2016

Componente	FIDA			Governo da Paraíba			Total		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
1. Desenvolvimento humano e capital social	1.017.260,00	86.688,77	8,5%	1.615.970,00	126.371,20	7,8%	2.633.230,00	213.059,97	8,1%
2. Desenvolvimento Produtivo e inserção no mercado;	19.939.500,00	3.751.109,24	18,8%	7.355.470,00	1.107.526,02	15,1%	27.294.970,00	4.858.635,26	17,8%
3. Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	1.548.610,00	87.015,04	5,6%	1.498.900,00	97.175,49	6,5%	3.047.510,00	184.190,54	6,0%
4. Desenvolvimento Institucional	779.160,00	24,26	0,0%	239.330,00	36,39	0,0%	1.018.490,00	60,65	0,0%
5. Gerenciamento do Projeto	1.715.470,00	755.218,40	44,0%	1.391.330,00	1.128.701,56	81,1%	3.106.800,00	1.883.919,96	60,6%
<b>Total</b>	<b>25.000.000,00</b>	<b>4.680.055,71</b>	<b>18,7%</b>	<b>12.101.000,00</b>	<b>2.459.810,66</b>	<b>20,3%</b>	<b>37.101.000,00</b>	<b>7.139.866,38</b>	<b>19,2%</b>

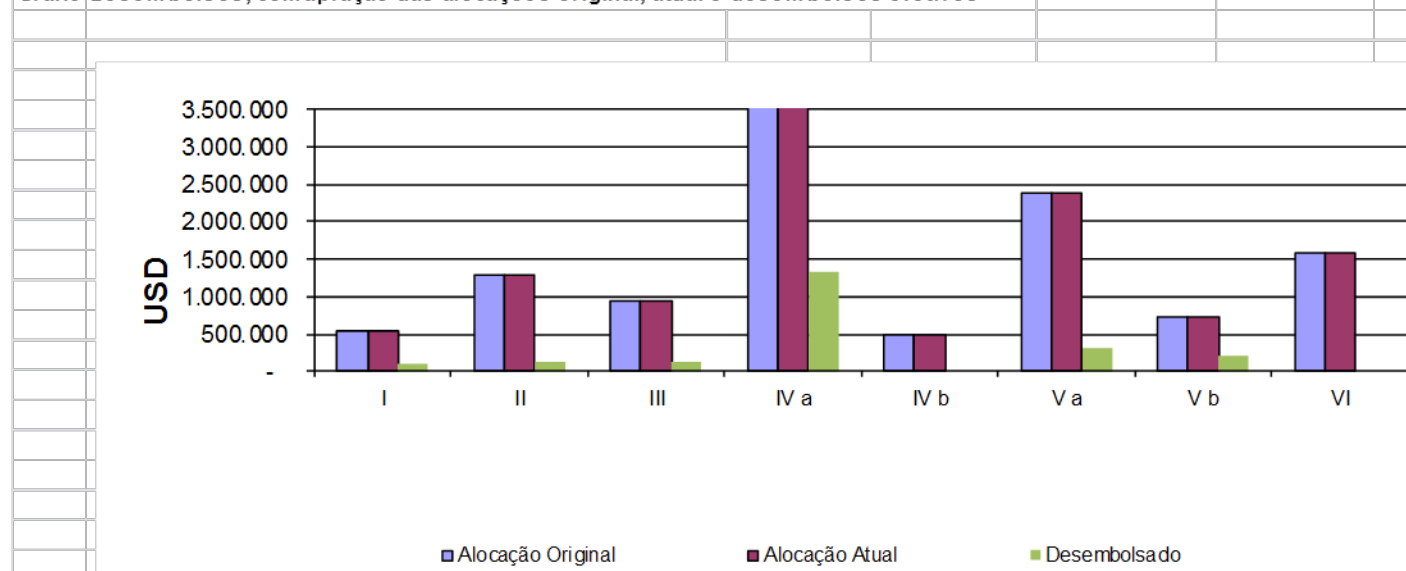
Fonte: UGP/PROCASE

**Tabela 5C: Desembolsos por Categorias (SDR)**

					SDR, em 30
	Descrição da Categoria	Alocação Original	Alocação Atual	Desembolsado	PR Pendente*
I	Equipamentos e Veículos	540.000	540.000	102.159,93	
II	Treinamento - Cursos e Oficinas	1.300.000	1.300.000	127.120,87	39.846
III	Convênios e Contratos para Serviços Técnicos	950.000	950.000	137.238,58	173.481
IV a	Fundos de Investimentos Produtivos	8.100.000	8.100.000	1.325.104,43	576.712
IV b	Fundos de Investimentos Ambientais	500.000	500.000	-	
V a	Custos Recorrentes/Salários UGP, ADLs, Extencionistas	2.380.000	2.380.000	310.429,01	96.669
V b	Custos Recorrentes/Custos Operacionais	720.000	720.000	212.458,40	75.934
VI	Não alocado	1.574.876	1.574.876		
	Depósito Inicial		-	1.942.428	
	<b>Total</b>	<b>16.064.876</b>	<b>16.064.876</b>	<b>4.156.939</b>	<b>962.641</b>

SDR=USD 1,39

**Gráfico: Desembolsos, com a pração das alocações original, atual e desembolsos efetivos**



## Adjunto 1: Sinopsis de la evaluación del riesgo fiduciario del proyecto durante la supervisión - Projeto N.º 798-BR - PROCASE

Organismo de execução: Governo da Paraíba por meio da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP (SAFDS)

	Avaliação dos Riscos E/M/B	Medida corretiva proposta
Risco inerente		n.d.
Riscos controláveis		
1. Organização e dotação de pessoal	B	
2. Orçamentação	B	
3. Fluxo de fundos e disposições sobre desembolsos	(M+)	Flexibilização do paripassu, aumenta do teto da conta

		designada; Ajuste nas categorias onde o FIDA financiaria 100% de Projetos Produtivos e Ambientais
4. Controles internos	B	
5. Contabilidade	M(+)	Conclusão da contratação do software contábil ; Contratação de profissional de TI de média/longa duração
6. Apresentação de relatórios financeiros e acompanhamento	M	Reportes trimestrais
7. Auditoria interna	B	
8. Auditoria externa	B	
Risco fiduciário geral do Projeto	M(+)	
E=elevado, M=médio, B=baixo		

Observações:  
Risco MÉDIO ALTO devido a indisponibilidade de contrapartida; do sistema contábil e relatoria tempestiva. A falta de orçamento para que fosse possível utilizar recursos do FIDA não foi oportunamente utilizada. A ausência de liderança experiente no setor de finanças até setembro/16 apresenta-se como a causa do não avanço do projeto com recursos do FIDA, mesmo diante de dificuldades de contrapartida. A falta de reporte tempestivo da coordenação, sobre dificuldades financeiras também é um fator que contribuiu para a retomada dos avanços do Projeto

Recomenda-se que; o projeto se reporte financeiramente trimestralmente; que seja analisado pelo FMD um ajuste temporário do teto da conta designada; a liberação do paripassu para fins de desembolso e um ajuste no Anexo 2 do Contrato de Empréstimo sobre os percentuais de financiamento por categoria de forma em que o FIDA financie 100% dos investimentos produtivos e ambientais (categorias 4.a e 4.b), e ajustar a Categoria 5, onde está contabilizada a Assessoria Técnica.

Um plano de ação foi elaborado entre FIDA e a UGP para mitigação e avanço desejado do projeto.

## Adjunto 2: Questionário de Avaliação da Gestão Financeira durante a supervisão

País: BRASIL	Número do empréstimo: 798-BR
Nome do Projeto: Projeto de Desenvolvimento sustentável do Cariri e Seridó	PROCASE
Organismo de execução: SEDAP( SAFDS)	GPP: Paolo Silveri
Especialista em Gestão Financeira/Oficial de Finanças encarregado do exame: Danilo Pisani /Dario Rimedio	Data do exame: dezembro 2016

Tema		Qualificação do Risco E/M/B	Questões/ Observações/ Recomendações
A. Riscos inerentes			
B. Riscos controláveis			
1. Organização e dotação de pessoal			
a.	Adequação da estrutura orgânica para satisfazer as necessidades funcionais do projeto	B	Núcleo Financeiro e núcleo administrativo
b.	Existência de descrições claras dos postos de trabalho dos cargos chave do Projeto, incluindo os fiduciários	M	Atualizar MGF –novo ajuste
c.	Adequação do pessoal encarregado da gestão financeira do Projeto (quantidade e competências),conforme as necessidades funcionais do Projeto	B	
d.	Existência e adequação de manuais e diretrizes de atuação destinados ao pessoal	B	
e.	Existência de um sistema de avaliação baseado no desempenho e realização pontual da avaliação do desempenho de todo o pessoal	B	
f.	Adequação da cobertura do seguro médico de todo o pessoal (se procede)	B	A equipe tem seguro médico público
g.	Pagamento pontual das contribuições a seguridade social (se procede)	B	Pessoal contratado pelo IICA necessita fazer suas próprias.
h.	Pessoal corretamente informado da política nacional e do FIDA acerca da anticorrupção e quem contatar a este respeito	B	
2. Planejamento e Orçamento			
a.	Preparação e aprovação pontuais do plano operativo anual (POA)	M	Lei do Estado não esteve coerente em 2016 – Atenção já dada para 2017
b.	Concordância do POA com as categorias de gastos do Apêndice 2 do contrato de financiamento	B	
c.	Se são identificadas as fontes de financiamento e os organismos de execução de cada categoria do POA	B	
d.	Se são identificadas as vinculações entre o POA e o plano de aquisições e contratações (no tocante ao cálculo dos custos e atividades). Há controle entre a estimativa de custos realizada previamente e o efetivo contratado	B	

3. Fluxo de fundos e Desembolso			
a.	Pontualidade no desembolso dos fundos pelas diversas fontes (e do recursos de cofinanciadores, se procede)	B	
b.	Pontualidade no desembolso dos fundos de contrapartida	ELEVADO	Dificuldades de manter paripassu Falta orçamento e financeiro
c.	Eficiência dos canais de financiamento. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos	B	
d.	Eficiência dos canais de financiamento das linhas de crédito. Pontualidade e rastreabilidade dos fluxos de fundos, se procede	M	Há a necessidade de treinamento para gestão financeira pelas associações
e.	Gestão da(s) conta(s) operativa(s), conta(s) designada(s), desembolsos		
	i) Adequação da alocação autorizada para assegurar a fluidez do fluxo de fundos	B	Aumentar a alocação em +USD 1 milhão apoiaria a contrapartida
	ii) Correção dos métodos empregados para fazer os desembolsos	B	
	iii) Adequação do respaldo documental das declarações de gastos, reembolsos, pagamentos diretos e compromissos especiais.	B	
	iv) Preparação pontual e exatidão dos Pedidos de Saque	ELEVADO	Sistema Contábil não concluído
	v) Autorização dos Pedidos de Saque	M	Secretario SEDAP e Coordenador (duas assinaturas conjunta)
	vi) Situação dos fundos retirados da conta designada para cobrir gastos cuja reposição ainda não foi solicitado	M	Utilização temporária para gastos da contrapartida
	vii) Regularidade do monitoramento da(s) conta(s) designada(s)/operativa(s) e as conciliações mensais assinadas pelo gerente financeiro/projeto. Examina-se e avaliam-se as conciliações.	ELEVADO	Não realizadas mensalmente
	viii) Comparação do desembolsado com o POA e análise se a taxa de desembolso é satisfatória tendo em conta o tempo de execução restante. Formular observações, se procede	ELEVADO	O projeto executou pouco em função da indisponibilidade de contrapartida.
	ix) Recuperação dos saldos da(s) conta(s) designada(s) dentro do fechamento do empréstimo	NA	
4. Controle Interno			
a.	Segregação de funções. Estão em diferentes unidades ou em pessoas distintas as seguintes responsabilidades operativas: i) a autorização de uma transação; ii) a execução de uma transação; iii) o registro da transação, e iv) a custódia dos bens objeto da transação	B	No fluxo de pagamentos há a segregação.
b.	A clareza e a adequação dos processos de decisão e a sequência de eventos das funções permite controle na execução do Projeto e reflete-se no manual financeiro (ou seu equivalente)	B	Sistema Governamental protegido
c.	Observância do manual financeiro	B	
d.	Eficácia e eficiência dos controles internos das entradas de fundos não procedentes do FIDA	B	
e.	Adequação da gestão dos contratos (manutenção de registro de	B	O sistema nacional e

	contratos e de formulário de acompanhamento) e de seu arquivo		planilhas atendem esta necessidade.
f.	Eficácia e eficiência dos controles internos dos gastos (ciclo completo: compromisso, pagamento, recepção de bens e serviços, aprovação de pagamentos, qualificação, etc.)	B	A lei nacional regulamenta o ciclo de controle dos gastos.
g.	Documentos justificativos que confirmem a entrega e aceitação dos bens, obras ou serviços contratados	B	Os documentos são analisados; recebidos e atestados pelo recebedor e por mais um servidor
h.	Controles físicos do dinheiro em caixa, documentos e registros. Adequação dos sistemas de arquivo. Se efetuam conciliações mensais da caixa pequeno (suprimento de fundos) e arquivos sorpresivos? Custódia do Caixa pequeno e controle das recurso	B	Há regras nacionais próprias. Recursos depositados sempre em conta bancária
i.	Adequação da gestão eficaz do material (gestão patrimonial)	B	Sistemas nacionais adequados
j.	Pagamento pontual aos provedores e consultores	M	Atrasos em pagamentos de Pessoal por falta de contrapartida e atualização de Contrato
k.	Legitimidade dos gastos com respeito aos convênios de financiamento	B	
l.	Legalidade/legitimidade dos adiantamento de fundos do Projeto e justificação pontual de sua utilização	B	
m.	Cumprimento das Cláusulas sobre gestão financeira do Contrato de Financiamento e da Carta ao Mutuário	M	O sistema contábil específico não está contratado, mas é utilizado o sistema estadual que atende para controle e fluxo, mas não emite relatório pedidos pelo FIDA e falta tempestividade de contrapartida
n.	Adequação da manutenção de registros atualizados dos ativos fixos com os existentes.	B	
o.	Adequação dos controles dos ativos do Projeto, com inclusão de: i) gestão dos veículos e de outros ativos (estão devidamente etiquetados o marcados os ativos, se efetuam regularmente um inventário físico das existências?); ii) gestão de combustíveis (os motoristas possuem um caderno de registro?), e iii) as autorizações de viagens (incluídas as diárias pagas ao pessoal)	B	
p.	Adequação do seguro dos veículos e os ativos (asseguráveis)	NA	Os veículos são alugados
q.	Oficinas/ seminários: i) disponibilidade de lista dos participantes; ii) diárias pagas aos participantes, e iii) recibos dos gastos das oficinas/ seminários	B	
r.	Adequação dos controles e do processo de autorização para o emprego dos fundos (pagamentos, transferências, gestão do caixa/saldo bancário) e outras contas operacionais – conta não designada	B	Definido
s.	Arranjos e controles bancários (conciliação dos estados bancários com as contas financeiras)	B	

t.	Existência de uma unidade de apoio adequada de tecnologia da informação	ELEVADO	Sistema Contábil não concluído. Sem profissional dedicado a suporte de software e hardware
<b>5. Contabilidade</b>			
a.	Regime da contabilidade (caixa, competência) e controle sobre se as normas contábeis estão em consonância com os requisitos do FIDA (por exemplo, NIIF/IPSAS 1, apresentação de demonstrativos financeiros/IPSAS 2 demonstrativo de fluxo).	B	caixa
b.	Adequação e confiabilidade do sistema contábil (Se emprega a contabilidade por partida dobrada?; especificar o software que se utiliza. Se registram os dados orçamentários no sistema contábil? Pode produzir os relatórios financeiros periódicos de forma automática com o software?)	ELEVADO	Sistema nacional abarca estes controles. Sistema contábil para gerar relatórios financeiros não concluído
b.	Manutenção de registros (com inclusão da documentação e do arquivo)	M	Registros realizados em Excel. Registros físicos bem organizados
c.	Manutenção e conciliação do registro dos ativos fixos (controle físico e por amostragem)	M	Não realizado
d.	Documentação e controles adequados dos sistemas de informação, com inclusão dos procedimentos contábeis documentados, a segurança na replicação dos registros financeiros e a integração de todos os subsistemas	ELEVADO	Transferência de dados por meio de relatórios e inserção em excel
e.	Adequação do plano de contas a efeitos da contabilidade do Projeto	M	Plano de contas do estado não é suficiente. Sistema em contratação abarcará o plano de contas adequado
f.	Pontualidade no registro das transações, regularidade da realização e aprovação das conciliações, controles de registros errados	M	Atraso de 30 dias por : Sistema Contábil do Projeto inconcluso e realização em Excel (retrabalho)
g.	Contabilização correta das contribuições de fundos de contrapartida (como impostos e isenções fiscais), assim como daquelas dos beneficiários, e apropriada apresentação de relatórios a respeito.	B	
<b>6. Relatórios financeiros e acompanhamento</b>			
a.	Exaustividade, exatidão, utilidade e pontualidade dos relatórios financeiros	B ELEVADO M	1- Ótimo Sistema governamental. 2- Sistema Contábil não preciso. 3- Contabilidade em Excel
b.	Relatórios periódicos da gestão financeira e sua vinculação com os relatórios de progresso do Projeto - preparação e apresentação ao FIDA nos tempos oportunos	M	excel
c.	Preparação de relatórios que mostrem os ingressos e gastos reais e orçados e a taxa de execução do POA	M	excel
d.	Acompanhamento das recomendações sobre questões fiduciárias de ajudas memórias anteriores	M	Sistema Contábil do Projeto; Contrapartida

e.	Alinhamento razoável entre a taxa de desembolso das categorias de gastos recorrentes frente aos dos investimentos	ELEVADO	Contrapartida, demora em aquisições/contratações e orçamento insuficiente
<b>7. Auditoria interna</b>			
a.	Existência de disposições sobre auditoria interna	B	Auditoria interna do Estado e revisão da Assessora Jurídica
b.	Adequação das disposições sobre auditoria interna (organização - capacidade do pessoal)	M	esporádica
c.	Adequação do escopo do trabalho e da qualidade dos relatórios de auditoria interna	B	
d.	Avaliação das questões dispostas nos relatórios de auditoria	B	
<b>8. Auditoria externa</b>			
a.	Adequação do escopo e do trabalho	B	
b.	Cumprimento dos trabalhos	B	
c.	Pontualidade do relatório de auditoria	B	
d.	Qualidade da Auditoria	B	
e.	Implementação das recomendações de auditoria/e plano de ação acordado para fazê-lo	M	Demora em atender



## Apêndice 6: Cumprimento das cláusulas legais: estado de implementação em 18/12/2016

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Seção B, 7</b>	<b>Conta Operativa.</b> O mutuário deverá abrir a Conta Operativa e a partir daí manter em um banco comercial aceito pelo Fundo, para recebimentos dos fundos do empréstimo e contrapartida	anualmente	cumprido	A Conta operativa foi aberta
<b>Seção B, 8</b>	<b>Contrapartida.</b> Durante o período de execução do projeto, o mutuário deverá prover fundos de contrapartida oriundas de seus próprios recursos em um montante de US\$ 12.101.000.	anualmente	não cumprido	Até 2016 o GOVPB realizou depósito na Conta Operativa equivalentes a USD 1.085.239,07, mais USD 500 308.80, em pagamentos diversos com a UGP utilizando 100% de recursos próprios em um total de USD 1 585 547.87.
<b>Seção C, 1</b>	<b>Agência Líder.</b> A responsabilidade pela execução do projeto foi exercida inicialmente pela Secretaria de Estado da Agropecuária e da Pesca – SEDAP, passando a ser da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido – SEAFDS.	anualmente	Cumprido	A UGP foi estabelecida por meio da Portaria SEDAP134/2012. Alteração de Secretaria em virtude da publicação da Medida Provisória nº 230 de 02 de janeiro de 2015, convertida na Lei nº 10.467 de 26 de maio de 2015.
<b>Seção E, 1</b>	<b>Manual de Implementação/Operações do Projeto.</b> O MIP/MOP não foi desconsiderado, suspenso, cancelado, alterado ou modificado sem a devida anuência do Fundo.	anualmente	Parcialmente cumprido	Em que pese já ter sido elaborado, o MIP necessita de atualização.
<b>Seção E, 2</b>	<b>Condições de Desembolso.</b> As condições específicas para desembolsos foram cumpridas	No início do projeto	Cumprido	
<b>Seção E, 3</b>	<b>Emenda.</b> Nenhuma emenda foi realizada no Contrato de Empréstimo sem a anuência do Garantidor do Empréstimo, incluindo a Data de Conclusão e de Encerramento do Projeto	anualmente	Cumprido	
<b>Anexo 1, II, 1</b>	<b>Agência Executora.</b> A Agência Executora é a SEDAP que preside o Comitê Diretor do Projeto.	anualmente	Parcialmente cumprido	Houve reforma administrativa na estrutura do Estado que transferiu a gestão do Projeto para a SEAFDS. O Secretário da SEDAP, interinamente, também responde pela SEAFDS.
<b>Anexo 1, II, 2</b>	<b>UGP.</b> A UGP foi estabelecida e seu Coordenador foi indicado e os TORs do pessoal-chave foram aprovados pelo Fundo.	anualmente	Cumprido	Ainda restam posições do pessoal-chave a serem formalmente designadas (vide Seção 7.11 das CG).

Seção	Cláusula	Data prevista	Situação/Data do cumprimento	Observações
<b>Anexo 1, II, 3</b>	<b>Comitê Diretor.</b> O Comitê Diretor está estabelecido e é composto pelo definido no MIP. O Comitê revisou o POA respectivo.	anualmente	Parcialmente cumprido	Não houve revisão do POA pelo Comitê Diretor.
<b>Anexo 1, II, 4</b>	<b>Acordos Subsidiários.</b> Os arranjos de implementação com as demais Secretarias de Estado e outros partícipes foram estabelecidos	anualmente	Parcialmente cumprido	Alguns arranjos de implementação não foram concluídos. Estão em processo de construção.
<b>Anexo 1, II, 6</b>	<b>Comitê Executivo do Fundo de Investimentos Produtivos.</b> Foi estabelecido e está operante com reuniões de pelo menos 3 vezes ao ano.	A partir do segundo ano de projeto	Não cumprido	O comitê não realizou o número mínimo de 3 reuniões ordinárias em 2016.
<b>Anexo 1, II, 7</b>	<b>Vinculação ao MIP.</b> O Projeto tem sido executado conforme o MIP. Este está elaborado e possui todas as informações estabelecidas no Acordo.	Início do projeto	Parcialmente cumprido	O MIP está pendente de revisão.
<b>Anexo 1, II, 7</b>	<b>Impostos.</b> Os impostos não são custeados com recursos do financiamento e são cobertos com recursos exclusivos da contrapartida.	anualmente	Cumprido	
<b>Anexo 2, 1</b>	<b>Gastos Admissíveis.</b> Os Gastos Admissíveis tem sido financiados nos montantes, porcentagens e definições conforme indicados no Anexo 2 do contrato de empréstimo	anualmente	Cumprido	
	<b>Condições Gerais</b>		Cumprido	
<b>Seção 4.02, b) das CG</b>	<b>Pré-requisitos de Saque.</b> Nenhum saque será efetuado sem a aprovação do primeiro POA e de todas as condições especificadas no Contrato de Empréstimo	anualmente	Cumprido	
<b>Seção 4.04, b) das CG</b>	<b>Carta de Assinaturas.</b> Envio da Carta de Assinaturas para solicitação de Pedidos de Saque	anualmente	Cumprido	
<b>Seção 4.04, c) das CG</b>	<b>Documentos de justificação.</b> Apresentação dos documentos e meios de comprovação exigida junto aos Pedidos de Saque	anualmente	Cumprido	
<b>Seção 4.04, d) das CG</b>	<b>Conta Designada.</b> O mutuário deverá abrir e a partir daí manter em um banco comercial proposto pelo Mutuário e aceito pelo Fundo.	Início do projeto	Cumprido	

<b>Seção 4.08, a) das CG</b>	Os Gastos Admissíveis têm sido financiados:	anualmente	Cumprido	
	i) sobre custos razoáveis e contratados conforme Diretrizes do FIDA;			
	ii) Durante o período de execução do projeto, salvo os gastos de encerramento que poderão ser efetuados após a data de conclusão e antes da data de encerramento;			
	iii) Por participe do Projeto;			
	iv) Realizada até o montante e a porcentagem indicada no Contrato de Empréstimo;			
<b>Seção 4.08, c) e d) das CG</b>	Os Gastos Admissíveis não têm sido financiados para pagamentos a pessoas ou empresas oriundas de países com restrições definidas em uma decisão do Conselho de Segurança da ONU. ou à empresas ou pessoas cujos bens e serviços foram constituintes de corrupção, fraude ou prática coercitiva ou colusória por parte de representantes do Mutuário ou fornecedoras de países com restrições de uma decisão do Conselho de Segurança da ONU	anualmente	Cumprido	
<b>Seção 7.01, b) (ii) das CG</b>	<b>Plano Operativo Anual.</b> Antes de cada ano do projeto, a UGP deverá, se necessário, apresentar a minuta do POA ao órgão de supervisão designado pelo mutuário para a sua revisão. Após a revisão A UGP deverá apresentar a minuta do POA ao Fundo para comentários. A UGP deverá adotar o POA na forma aceita pelo Fundo.	anualmente	Cumprido	O POA 2017 foi encaminhado para revisão do FIDA em 09/10/2016, que recomendou ajustes ainda não realizados.
<b>Seção 7.05 das CG</b>	<b>Aquisições e contratações</b> em conformidade com as normas adotadas pelo FIDA e a Carta ao Mutuário.	anualmente	Parcialmente cumprido	O FIDA realizou algumas recomendações, entre as quais a de que todas as contratações diretas tenham a não objeção do FIDA, conforme previsto na Carta ao Mutuário.
<b>Seção 7.06 das CG</b>	<b>Uso de bens e serviços.</b> Bens, serviços e instalações são utilizados exclusivamente para os fins do Projeto.	anualmente	Cumprido	
<b>Seção 7.07 das CG</b>	<b>Manutenção.</b> Instalações e obras financiadas com recursos do empréstimo em condições de manutenção aceitáveis	anualmente	Parcialmente cumprido	Algumas instalações visitadas no campo ainda estão pendentes de adequação e manutenção.

<b>Seção 7.08 das CG</b>	<b>Seguros.</b> a) A UGP mantém segurados todos os bens adquiridos e instalações utilizadas contra riscos e em valores compatíveis e b) bens importados contra riscos durante a aquisição, transporte e entrega até o lugar em que este seja utilizado ou instalados	anualmente	Não cumprido	O processo de contratação de seguradora encontra-se em andamento (fase inaugural).
<b>Seção 7.11 das CG</b>	<b>Pessoal-chave do Projeto.</b> O mutuário designará o Diretor e pessoal-chave do Projeto na forma especificada no Contrato de Empréstimo, com qualificações e experiência adequadas aprovadas pelo Fundo, mantê-los durante todo o período de execução do Projeto, e assegurados contra riscos de saúde e acidentes nos termos das práticas da administração pública nacional.	anualmente	Parcialmente cumprido	O pessoal chave da UGP ainda não foi completamente designado.
<b>Seção 8.01 das CG</b>	<b>Registros e documentação.</b> Os registros e documentação são adequados, refletem as operações relativas à execução do Projeto, e são mantidos arquivados em instalações adequadas.	anualmente	Cumprido	
<b>Seção 8.02 a) das CG</b>	<b>Sistema de Gestão de Informações</b> adequado satisfatório e operacional em conformidade com as Diretrizes de Avaliação de Projetos do FIDA	Início do projeto	Cumprido	O sistema foi fornecido pelo Projeto da Bahia.
<b>Seção 8.03 a) das CG</b>	<b>Relatórios de Progresso.</b> O mutuário enviará periodicamente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	Semestralmente	Cumprido	Enviado em 04/10/2016.
<b>Seção 8.03 b) das CG</b>	<b>Revisão de Meio Período.</b> O mutuário junto ao FIDA realizam um revisão de meio período.	No terceiro ano do projeto	Em andamento	Missão RMT Iniciada 28/11/2016.
<b>Seção 8.04 das CG</b>	<b>Relatório de Conclusão do Projeto.</b> O mutuário enviará semestralmente o respectivo relatório com conteúdo adequado.	No sexto ano de projeto	Não se aplica	
<b>Seção 9.01 das CG</b>	<b>Registros Financeiros.</b> Os executores utilizarão contas e registros específicas e adequados para refletir de forma segregada, as operações, recursos e gastos relativos ao Projeto	anualmente	Cumprido	
<b>Seção 9.01 das CG</b>	<b>Demonstrações Financeiras.</b> O mutuário deverá elaborar as demonstrações financeiras das operações, recursos e despesas relativas ao projeto a cada exercício fiscal, apresentando essas demonstrações financeiras ao Fundo no prazo de quatro meses contados do final desse período.	anualmente	Parcialmente cumprido	Enviado em 30/11/2016, após o prazo limite.

<b>Seção 9.03 a) das CG</b>	<b>Auditoria das Contas.</b> O mutuário fará com que as demonstrações financeiras relacionadas ao Projeto sejam auditadas a cada exercício fiscal por Auditores Independentes aceitáveis ao Fundo de acordo com as Diretrizes do FIDA para auditoria de projetos, de uso dos mutuários.	anualmente	Cumprido	Processo de contratação da Auditoria Independente em fase de conclusão.
<b>Seção 9.03 b) das CG</b>	<b>Relatório de Auditoria.</b> O mutuário deverá enviar uma cópia certificada do respectivo relatório ao Fundo e dentro do prazo de seis meses do final de cada exercício fiscal. Submeterá também ao Fundo a resposta à Carta Gerencial emitida pelos auditores, dentro de um mês após recebe-la.	anualmente	Cumprido	2016 - Recebido em 23/06/2017. O próximo relatório de auditoria deverá ser encaminhado ao FIDA até 30/06/2017.
<b>Seção 9.04 a) das CG</b>	<b>Outros Relatórios Financeiros.</b> O mutuário enviará ao Fundo prontamente os demais relatórios que o Fundo razoavelmente solicite sobre qualquer assunto financeiro relacionado ao Projeto	anualmente	Cumprido	A UGP tem enviado as informações solicitadas pelo FIDA.
<b>Seção 10.03 das CG</b>	<b>Avaliações.</b> O Mutuário e cada parte do Projeto deverão facilitar todas as avaliações e análises de Projeto que o Fundo possa eventualmente realizar durante a execução do projeto, e durante dez anos após essa data.	anualmente	Cumprido	A UGP tem colaborado com as supervisões e visitas do FIDA.

## **Apêndice 7: Gestión del Conocimiento: aprendizaje e innovación**

### **I. Introducción**

1. Desde la última misión de supervisión de mayo 2015, se ha venido haciendo hincapié en la necesidad de fortalecer procesos de intercambio entre los proyectos que hacen parte del Programa País del Brasil, aprovechando que se cuenta con el Programa de Gestión del Conocimiento (SEMEAR) como un socio importante para el desarrollo de dichas actividades. A la Revisión de Medio Término del PROCASE, se han emprendido algunas actividades en esta materia pero aún no se ha explotado el valioso potencial con el que se cuenta, para difundir como el Proyecto está incrementando las capacidades de los pobres rurales y las instituciones relevantes del Nordeste para convivir con el Semiárido. En esa línea, el Anexo presenta los principales temas conversados durante la misión, observaciones, recomendaciones y acuerdos con la Unidad de Gestión del Proyecto (UGP) a fin de contribuir a la implementación y mejora de las estrategias, actividades y productos resultantes de la Gestión del Conocimiento del PROCASE. Donde es pertinente, se detallan resultados logrados que provienen de la informaciones brindadas por el equipo del proyecto, documentación del SEMEAR y también de informaciones y entrevistas a PROCASUR.

### **II. Actividades de comunicación y difusión del Proyecto**

2. En materia de comunicación, se ha tenido conocimiento del desarrollo de material de difusión del Proyecto, como parte de las actividades del POA 2016. Se trata una publicación pedagógica que comprende un folder con la descripción de los proyectos productivos apoyados por el PROCASE que están en cartera, cuyo diseño ha sido realizado y finalizado, encontrándose listo para impresión. Sin embargo, de acuerdo al equipo del Proyecto, esta actividad no se ha finalizado por falta de presupuesto para tal efecto y por tanto ha sido pospuesta para 2017. Cabe mencionar que dicha actividad se encontraba separada en dos componentes diferentes en el POA 2016; una parte dedicada a los proyectos desarrollados exclusivamente por grupos de mujeres en el Componente 1 – Desarrollo de Capital Humano y Social y otra parte más general en el Componente 4 – Desarrollo Institucional. Al respecto, la misión recomienda se unifiquen dichas actividades para fines del POA 2017 en un único componente, con la finalidad de generar sinergias y mayor eficiencia en cuanto a actividades, presupuesto y responsable de las mismas.

3. No obstante lo descrito en el párrafo precedente, la misión considera que se ha avanzado positivamente en las acciones que se están tomando para una mayor divulgación del Proyecto, mediante la integración al equipo de un consultor especializado en asesoría de comunicación tanto interna como externa al PROCASE. Se han visto mejoras en términos de una frecuencia estable de Boletines Informativos semanales de noticias que son diseminadas entre los técnicos y consultores de los diferentes territorios que cubre el Proyecto, además del uso de herramientas que facilitan el trabajo de comunicación externa; entre estas se encuentra una página web independiente y totalmente exclusiva para el PROCASE (<http://www.procasse.pb.gov.br/>), que fue desarrollada en acuerdo con la Secretaría de Comunicación Institucional (SECOM), para el manejo directo de las informaciones por parte del Proyecto, acción que no era posible con el Portal del Gobierno de Paraíba dedicada al mismo, constituyéndose en limitante a la difusión tempestiva y oportuna de noticias. Existe también una página Facebook mejorada y orientada a la difusión de noticias del Proyecto al público externo. A fin de asegurar calidad y enfoque del material publicado, su mantenimiento es realizado exclusivamente por el experto en comunicación.

4. Durante las reuniones sostenidas con la misión, se ha visto por conveniente la inclusión de áreas dedicadas en la página web del Proyecto para mujeres, jóvenes y otros grupos prioritarios, especialmente considerando el enfoque que se está dando al Edital de 2016. En esa línea, serán

implementadas secciones específicas, en inicio denominadas PROCASE-Mujeres y PROCASE-Jóvenes.

### **III. Gestión del Conocimiento**

5. La misión reconoce los esfuerzos que se están realizando para mejorar el acceso a la información del Proyecto a varios niveles de audiencia, pero que sin embargo no se encuentran articulados ni son parte de una Estrategia de Gestión de Conocimiento planteada por el PROCASE. El documento de diseño del Proyecto trazaba claramente los objetivos de la misma, en términos de un mejor acceso a la información por parte de los beneficiarios para perfeccionar y mejorar sus capacidades y además promover el avance del aprendizaje institucional para contribuir a mejorar el diseño de políticas e instrumentos de desarrollo rural. Asimismo, se planteaban actividades concretas a realizarse para alcanzar dichos objetivos. Dichas actividades debieran ser organizadas y coordinadas por la Unidad de Gestión del Proyecto (UGP) a fin de que el PROCASE presente a lo largo de su implementación varios productos de conocimiento y lleve adelante otros procesos de aprendizaje. La misión estima que en particular, los productos/resultados que se listan a continuación (mencionados en el documento de diseño) son relevantes y continúan siendo vigentes, por lo que recomienda se evalúe su pertinencia para fines de la Estrategia de Gestión del Conocimiento, a saber: (a) sistemas de gestión de la información ejecutados por SEDAP y Gobierno de Paraíba para supervisar las actividades y logros del proyecto; (b) evaluación de resultados de progresos en procesos productivos, por ejemplo la fabricación de leche en polvo de cabra; y (c) lecciones sobre los resultados del componentes del medio ambiente, entre otros.

6. La anterior coordinación del PROCASE había llevado a cabo actividades iniciales articuladas con el Programa SEMEAR, para exploración e identificación de líneas de estrategia conjunta. Es el caso de las pautas estratégicas realizadas en 2013 para la valorización de activos culturales de la Renda Renascença, para citar un ejemplo. Las actividades realizadas comprendían la búsqueda de estrategias para enfrentar los desafíos de la actividad de la Renda, mediante procesos de reflexión, autocrítica constructiva, aprendizaje e identificación de nuevas oportunidades y propuestas necesarias de conjunto, tanto de las beneficiarias del PROCASE como del Proyecto Dom Helder Camara, para avanzar en la consolidación del arte de la Renda. El trabajo incluye una Memoria que concluye con un análisis propositivo de desafíos y oportunidades para la consolidación territorial, que en líneas generales comprende: la visualización de la Renda como un saber patrimonial y de identidad; aprovechamiento y mejoramiento de oportunidades de acceso a mercados y el desarrollo de estrategias que permitan estimular el interés de los jóvenes para que la tradición y la cultura pueda transmitirse de forma intergeneracional. Sin embargo, los resultados de todo el esfuerzo realizado para sistematizar experiencias, organizar una feria de conocimientos e intercambios entre beneficiarios, no han sido implementados en términos de la adecuación de herramientas para la mejora sustancial de la Renda.

7. Igualmente sucede con el apoyo brindado más recientemente (entre 2015 y 2016) por SEMEAR para el Encuentro de la Juventud Rural del Semiárido, donde los resultados de las actividades emprendidas y las diferentes iniciativas plasmadas en una Carta de la Juventud del Semiárido Brasileiro, no se implementaron principalmente por que no se dio continuidad a las mismas. Este Encuentro fue realizado en Campina Grande con la finalidad de ir “Compartiendo y Construyendo Saberes sobre la Convivencia con el Semiárido” que permitan movilizar la juventud del campo hacia espacios abiertos de participación, que desencadenen en la construcción de políticas específicas de desarrollo territorial. La Carta mencionada propone varias demandas directas de la juventud del Semiárido y la incorporación de las mismas en el Plan Nacional de Juventudes, así como en el Plan Nacional de Juventudes y Sucesión Rural, con la finalidad de garantizar el derecho ciudadano a los jóvenes de permanecer en el campo.

8. De las reuniones mantenidas con la Secretaría de la Juventud, Deportes y Recreación del Gobierno de Paraíba se tiene conocimiento del proceso de conclusión de un Plan Estadual de Juventud Rural. Considerando la prioridad que se establece en el Edital 2016 a los proyectos de jóvenes, la misión recomienda al PROCASE que se lleve adelante un continuo y cercano seguimiento a la conclusión del mencionado Plan.

9. Es urgente y necesario el desarrollo de una Estrategia de Gestión de Conocimiento planteada por el PROCASE y adecuadamente articulada con las actividades de comunicación y difusión del Proyecto. Al mismo tiempo, se requiere una mirada externa, que analice las experiencias, las diversas acciones que implementa el Proyecto como información relevante sobre temas abordados para el desarrollo de la región del semiárido del Nordeste, identifique factores claves en la obtención de resultados, aprendiendo de lo que funciona y de lo que no funciona, y difunda las buenas prácticas, por lo cual la Estrategia debería prever su articulación con el nuevo Programa SEMEAR Internacional, cuya amplia experiencia lo sitúa como un aliado imprescindible para llevar adelante la misma. Asimismo, es trascendental que las diferentes Secretarías del Gobierno de Paraíba estén en conocimiento de la mencionada Estrategia así como del material que sea generado como producto de la misma. Adicionalmente, para fines de intercambio entre los diferentes estados que hacen parte del Programa País en Brasil, se recomienda una amplia difusión a espacios institucionales como ser el Foro de Secretarías de Agricultura Familiar del Nordeste, entre otros.

10. La misión hace hincapié en que la Estrategia deberá brindar una mirada integral y transversal del PROCASE y considerar la necesidad de instalar la responsabilidad de su implementación en una de las gerencias del Proyecto (posiblemente la Gerencia de Desarrollo Humano y Social), para asegurar su continuidad. Por otro lado, la Estrategia deberá contemplar que sean brindados cursos especializados en gestión del conocimiento a los responsables de la misma así como a los involucrados en comunicación y M&E. Asimismo, recomienda definir: el objetivo y propósito de cada uno de los productos que serán generados con la Estrategia; la audiencia, la manera en la cual se alcanzará dicho propósito, los recursos necesarios (sean estos humanos y financieros), periodo tentativo de desarrollo del producto y forma de diseminación del mismo. Para tal efecto un ejemplo ilustrativo se presenta en el Anexo I.

11. Una de las principales dificultades percibidas por el equipo FIDA durante la Revisión de Medio Término es la ausencia de un punto focal para gestión del conocimiento, es decir no hay asignación de responsabilidad clara respecto al tema, para que se lidere y oriente sobre la forma de llevar adelante las buenas prácticas y aprendizajes en el campo, que debería hacerse mediante el apoyo de los técnicos, una vez que estos se hayan apropiado de dichas prácticas. La misión recomienda que una vez se decida la Gerencia responsable de la Estrategia, se designe un punto focal para que se asegure la implementación de los resultados de la misma, y además que se lleve adelante la integración de estas actividades como parte del POA 2017 y 2018 del PROCASE.

12. La misión considera que esta tarea es de suma importancia para mejorar la gestión del Proyecto, así como también para contribuir a los demás proyectos que hacen parte de la Estrategia País y de la región. En esta línea, se acuerda la elaboración dicha Estrategia y su remisión al FIDA no más tarde del 31 de enero de 2017.



## Anexo 7.1: Bitácora Manejo del conocimiento: Aprendizaje e Innovación

Tema	Propósito	Tipo de producto (como será presentado)	Audiencia	Recursos Humanos	Soporte necesario de FIDA	Presupuesto (USD)	Fechas para el desarrollo del producto		Forma de diseminación
							Inicio	Final	
Análisis de oportunidades de mercado y preferencias del consumidor	Comprender el comportamiento de los consumidores, actuales y potenciales de la Renda Renascença	Estudio	Gov Paraíba IFAD Futuros proyectos	Firma consultora local	-	USD 30 000  USD 5 000	June 2017	Sept. 2017	Material impreso  Presentación a los estados que tienen la actividad mediante taller
Manual de buenas prácticas de manejo ambiental	Facilitar mercados caprinos. Compartir buenas prácticas existentes y recomendadas para mejorar la eficiencia	Manual	Gov Paraíba IFAD Gobiernos Estaduales  Beneficiarios	Consultor Local que acompañe actividades de intercambio mediante cooperación con SEMEAR	-				Material impreso Estudios de caso  Curso a productores
Estudios sobre mujeres y jóvenes en la cadena caprina	Caracterización detallada del sector para identificar oportunidades estratégicas para mujeres y jóvenes en las cadenas de valor	Estudio	Gov Paraíba IFAD  Futuros proyectos	Firma consultora	Metodologías de evaluación y caracterización disponibles	USD 30 000			Material Impreso Diseminación en talleres nacionales y estaduales
Estudio por eco-regiones de carga animal por sistema de producción	Promoción del manejo sostenible de recursos naturales	Estudio  Video	Gov Paraíba  Beneficiarios	Firma consultora local	-	USD 30 000			Curso a productores  Talleres
Sistematización de rutas de aprendizaje	Capacitación mediante visitas a experiencias relevantes de acuerdo con las necesidades del Proyecto	Sistematización	Gov Paraíba IFAD Futuros proyectos	Recursos asignados UGP	-				Notas técnicas Intercambios entre Organizaciones de Productores facilitada por UGP

## Apêndice 8: Componentes Produtivo e Sustentabilidade Ambiental

1. Este Anexo é uma versão mais detalhada das informações colocadas no Memorando da Missão de Revisão de Meio Termo a respeito dos Componentes Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental.

### Situação geral do Componente

2. O Componente Produtivo representa 76 % do orçamento geral do Projeto e consta com USD 27.294.970. Até o 30/11/16, o nível de execução financeiro do Componente apresenta um nível extremamente baixo, totalizando apenas 17,8 % de realização orçamentária, após 48 meses de implementação. O desafio para os próximos 24 meses é particularmente elevado, considerando que os investimentos produtivos devem ser os mais limitados possível no último ano do Projeto, não podendo ser acompanhados por muito tempo.

### Situação dos PPs referentes aos editais 2013/2014:

3. A seleção dos beneficiários desse componente é realizada por meio de editais. Desde o início do Projeto, foram 3, um para 2013/2014, um em 2015 e o último em 2016.

4. A tabela apresentada a seguir contempla os 35 PPs aprovados pelo PROCASE, no primeiro edital de 2013 / 2014, totalizando R\$ 3,9 milhões e beneficiando 813 famílias. Dos 35 PPs, 6 estão mais avançados e se encontram em fase de conclusão. Nenhum PP foi concluído.

Tabela 1 – Projetos Produtivos PROCASE (2013-2014)

Tipo de Investimento Produtivo	Nº de Projetos	Nº de Famílias	Investimento Procace e Contrapartida	
			(R\$)	(%)
Apicultura	2	39	279.477	7,2%
Artesanato	3	85	400.859	10,3%
Caprinocultura	19	419	2.171.627	55,6%
Fruticultura	9	182	763.670	19,5%
Mineração	2	88	291.991	7,5%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>813</b>	<b>3.907.624</b>	<b>100%</b>

5. A tabela abaixo tem a finalidade de apresentar o nível de implementação dos projetos referentes ao edital 2013/2014, por meio do total de recursos orçados e do total que foi efetivamente pago pelos beneficiários, após os processos de licitação. Até o momento apenas 32,43% dos recursos previstos foram utilizados e o restante permanece nas contas das associações. Se considerarmos que parte desses convênios necessitam receber aditivos de valor, em virtude dos preços terem ficado desatualizados, podemos concluir que o nível de implementação é ainda mais baixo. É preciso de uma reação imediata do PROCASE, com relação a este tema, tendo em vista a necessidade de ter que iniciar muito em breve a implementação de todos os projetos dos editais de 2015 e 2016, bem como a conclusão dos PPs 2013-2014. Diante disso, a missão volta a recomendar que o PROCASE disponibilize profissionais que possuam as qualificações necessárias para apoiar as comunidades a realizarem os processos de aquisições e prestação de contas dos convênios.

Tabela 2 – Utilização de recursos – editais 2013 e 2014

Região	Total orçado no projeto (R\$)	Total pago pós-licitação	%
Cariri Ocidental	1.148.426,37	333.574,72	29,05%
Curimataú	874.826,36	266.980,71	30,52%
Cariri Oriental	396.163,95	164.455,47	41,51%
Seridó	385.268,82	91.430,32	23,73%
Médio Sertão	664.851,43	268.597,33	40,40%
<b>Total</b>	<b>3.469.536,93</b>	<b>1.125.038,55</b>	<b>32,43%</b>

6. As visitas de campo evidenciaram que os melhores e maiores avanços na implementação desses PPs ocorreu nas comunidades que recebem uma assessoria técnica fornecida por entidades atuando na área do PROCASE há algum tempo. Nesses casos os aportes do Projeto se integram rapidamente nas dinâmicas existentes.

#### Situação dos PPs referentes ao edital 2015:

7. A tabela abaixo apresenta os 57 PPs aprovados pelo PROCASE no edital de 2015. Estes PPs totalizam R\$ 10,6 milhões e irão beneficiar 1.335 famílias. Dos 57 PPs, 47 foram conveniados e os demais serão celebrados no início de 2017. Nenhum convênio assinado teve recursos repassados para as entidades até o presente momento.

Tabela 3 – Projetos Produtivos PROCASE (2015)

Tipo de Investimento Produtivo	Nº de Projetos	Nº de Famílias	Investimento Procace e Contrapartida	
			(R\$)	(%)
Algodão	1	20	199.551,79	1,9%
Apicultura	1	20	197.105,08	1,9%
Artesanato	10	248	1.665.828,99	15,7%
Caprinovinocultura	36	874	7.108.705,31	66,9%
Fruticultura	4	90	670.639,60	6,3%
Outros	5	83	778.736,48	7,3%
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>1335</b>	<b>10.620.567,25</b>	<b>100%</b>

8. Para acompanhar os avanços reais do Projeto foram realizadas três dias de visitas em campo. Estas visitas ocorreram numa primeira fase da missão e contou com uma equipe específica de consultores do FIDA. Na oportunidade foram visitados nove Projetos Produtivos, sendo que destes um também recebeu Plano Emergencial e outro Unidade de Aprendizagem. Além desses, foram visitados mais quatro Planos Emergenciais e uma Unidade de Aprendizagem. Estes projetos encontram-se em diferentes fases de implementação, entretanto a maior parte mais próximos da fase final. Posteriormente, com toda equipe da missão, foram realizados mais dois dias de visitas de campo. Nesta etapa foram visitados mais cinco projetos, sendo dois de artesanato de renda renascença, um plano emergencial e os demais de caprinocultura. Mesmo diante de um cenário de estiagem acentuada foi possível constatar progressos com as intervenções realizadas pelo PROCASE e IDS.

9. A visita realizada na Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Carneira Veríssimo, no município de Junco do Seridó, merece uma análise especial. O objetivo do projeto é implantar uma pequena agroindústria para produção de polpa de frutas congeladas. Além dos problemas identificados durante a missão realizada em julho deste ano, nesta visita foram identificadas várias outras fragilidades, entre as quais merece maior destaque a visão de negócio limitada por parte dos beneficiários. Não foi percebido por eles e até mesmo pela equipe técnica do PROCASE o quanto uma pequena agroindústria exige de conhecimento para que possa lograr êxito.

10. Os projetos de agroindústrias ou unidades de beneficiamento possuem características próprias e uma sequência de etapas que naturalmente os enquadram como projetos que necessitam de um longo período de tempo até que o grupo beneficiário possa caminhar por conta própria na gestão do negócio. Além do tempo é necessário de pessoas com experiência em diversas áreas do conhecimento para auxiliar o grupo em cada uma das etapas. Atualmente, o PROCASE está envolvido com treze projetos que possuem alguma relação com unidades de beneficiamento de alimentos<sup>3</sup>. Neste sentido, e diante das limitações da equipe técnica do PROCASE com este tema, o FIDA recomenda que:

<sup>3</sup> Estes 13 projetos estão relacionados com obras civis para reformas destinadas a adequação de instalações existentes e obras completas, inclusive com aquisição de equipamentos. Envolvem projetos dos editais 2014 e 2015.

- v. Os projetos que ainda estejam em fase de construção (obras) e/ou aquisição de equipamentos sejam concluídos com a maior brevidade possível;
- vi. O PROCASE elabore um planejamento específico com ações para acompanhamento destes projetos. As informações apresentadas nos Anexos 8 e 9 podem auxiliar na elaboração deste planejamento;
- vii. O PROCASE avalie a possibilidade das ações definidas no planejamento mencionado no item anterior serem executadas pelas entidades de AT que serão contratadas;
- viii. Não sejam selecionados através do Edital 2016 e seguintes (se houver), novos projetos que envolvam implantação de agroindústrias ou unidades de beneficiamento de alimentos, devido a complexidade desses projetos e do tempo necessário de implementação.

**11. PPs do edital 2016:** em abril de 2016 o PROCASE lançou um terceiro edital, por meio do Orçamento Democrático Participativo. Ele tem seu foco em jovens, mulheres e quilombolas e pretende selecionar aproximadamente 40 comunidades. O processo de seleção destas comunidades ainda não foi concluído, consequentemente nenhum projeto produtivo foi elaborado. O valor total previsto para este edital é de R\$ 4 milhões.

**12.** O fato do projeto atingir a metade de seu prazo de execução e ainda não ter entidades de AT em campo para acompanhar os primeiros PPs, bem como o baixíssimo nível de implementação geral de projetos dos quais alguns elaborados há mais de dois anos, não favorecem o lançamento de um novo edital em 2017. Diante disso, a missão recomenda que o **edital de 2016 seja ampliado para atender 50 comunidades e que o teto possa ser de até R\$ 300.000,00 por PP**, o que permitirá também trabalhar com grupos de beneficiários maiores. Desta forma, o Projeto evitará que PPs sejam implementados no seu último ano de execução e que tenham pouco tempo de acompanhamento pela AT. A missão também deixa claro que qualquer estratégia para implementar os PPs depende: i) da contratação imediata das entidades de AT que está em curso e para acompanhar os PPs, de 2013 a 2015, e ii) também do lançamento imediato de um novo edital de contratação de entidades de AT, para assumir o Diagnóstico Rápido Participativo, a elaboração e a implementação dos PPs do edital 2016.

**13. Com relação a metodologia para elaboração dos PPs:** Com o objetivo de melhorar a qualidade dos planos a serem elaborados e reduzir as fragilidades apontadas durante a missão realizada em julho deste ano, a equipe técnica do PROCASE recebeu do FIDA, neste mesmo mês, uma capacitação para elaboração de Planos de Investimento Produtivo. A metodologia ainda não foi empregada, uma vez que do momento da capacitação até a realização da presente missão nenhum plano foi elaborado. A missão recomenda que a metodologia proposta pelo FIDA passe a ser sistematicamente empregada a partir da elaboração dos planos do edital de 2016. No caso específico de elaboração de PNs para cooperativas foram disponibilizadas ao PROCASE duas vagas para uma oficina específica sobre o referido tema a ser realizada em fevereiro de 2017.

**14. Comercialização:** os agricultores e agricultoras beneficiários do PROCASE utilizam as práticas tradicionais para comercializarem sua produção. Através das visitas de campo realizadas ao longo desta missão foi possível identificar que o mais comum é vender em feiras livres no município mais próximo e na própria comunidade ou diretamente aos atravessadores. A Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Saco dos Goitis, no município de Santa Luzia é um dos exemplos de empreendimento que já vendeu produtos através do PAA e do PNAE. Para acessarem estes mercados receberam apoio da EMATER. A Associação dos Produtores Rurais, Assentamento Pau Ferro, Caiana, Quixudí, Verdes, Ramada, Ramadinha, Espinheiro, Quebra Queixo e Ana de Oliveira, organizam há três anos, com apoio do PATAC a Feira da Agricultura Familiar, realizada uma vez por mês no município de Soledade. Também no município de Soledade possuem uma bodega para comercialização de seus produtos. No caso do artesanato com renda, a comercialização ocorre através da participação dos grupos em feiras específicas ou diretamente por meio de encomendas. É importante que o PROCASE intensifique as ações de acesso à mercado, avaliando a viabilidade de estabelecer parcerias que realmente facilitem o acesso ao mercado por parte dos seus beneficiários e beneficiárias. O apoio as Casas da Economia Solidária pode ser uma estratégia interessante e justifica ser avaliada, bem como outras possibilidades como as feiras da agricultura familiar, discutidas em reunião com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, do Governo da Paraíba, durante esta missão.

**15. Contribuição dos beneficiários nos projetos produtivos:** No desenho original do Projeto, estão previstos 3,4 milhões USD de recursos acessados pelos beneficiários do Projeto ao PRONAF. Até o momento da missão, os beneficiários dos PP de 2013 e 2014 acessaram a USD 157.157 (equivalente a R\$ 520.142). Isso representa

5% dos USD 3,4 milhões. Este percentual extremamente baixo se explica pelo número limitado de PP em implementação, mas sobretudo pelas condições climáticas e a seca que pelo quinto ano consecutivo vem impedindo fortemente o desenvolvimento das atividades produtivas. Conforme a evolução da implementação dos PP e do restabelecimento de condições climáticas mais regulares, espera-se que essa contribuição dos beneficiários aumente. Contudo o alcance integral da meta parece muito pouco provável.

**16. A Assessoria Técnica para os Projetos Produtivos.** Atualmente existem 35 PPs que estão em plena implantação e mais 57 prontos para iniciar esta fase. Até o final de 2015, o PROCASE tinha a expectativa de que pelo menos uma parte dos grupos com PPs – aqueles firmados com assentamentos da Reforma Agrária – tivessem o acompanhamento garantido pelo programa de ATES (a AT fornecida pelo INCRA). Também esperava-se que seria possível estabelecer acordos com algumas ONGs que já acompanham comunidades atendidas pelo PROCASE para que elas possam fornecer o serviço de AT para estes grupos. Essas possibilidades de AT tinham sido mencionadas e apoiadas durante a última missão de supervisão. Pelas informações colhidas durante a presente RMT, nenhuma destas expectativas se confirmou. No caso dos assentamentos foi firmado um instrumento formal que dava amparo à colaboração entre o PROCASE e as equipes de ATES. Mas dentro do contexto mais geral de crise política e econômica que vive o país, durante o ano 2016 o INCRA suspendeu todo o seu atendimento de AT. Por outro lado, o PROCASE não conseguiu avançar na negociação com as ONGs aqui mencionadas.

**17.** O resultado disto é que os grupos com PPs só tem como recurso neste âmbito de AT as equipes do próprio PROCASE. De fato, estas equipes têm se desdobrado para elaborar os PPs para os 57 grupos selecionados no edital de 2015, além de acompanhar a implementação dos PPs 2013-2014. Mas a realidade tem mostrado que esta equipe não tem como fornecer este serviço pleno de AT que os PPs precisam ter. Isso apenas confirma aquilo que o FIDA tem colocado em sucessivas missões de apoio e supervisão. Esgotadas as possibilidades de parcerias institucionais que pudessem suprir este serviço, só resta o caminho da contratação de entidades para fazê-lo.

**18.** A Missão constatou que, finalmente, houve avanços nesta questão. Em novembro de 2016 foi lançado o primeiro edital de chamada pública do PROCASE para contratação de prestadoras de “serviços de assistência técnica”. A Missão foi informada que este processo seletivo deverá estar concluído em janeiro de 2017, sendo o momento seguinte aquele da contratação. Não havendo qualquer contratempo maior, estima-se que estas entidades deverão ser contratadas em março de 2017. A Missão constatou que o edital em questão contempla somente o atendimento das 92 comunidades que já têm (ou estão prestes a ter) um convênio em execução. Infelizmente, não foram incluídos no edital os grupos que estão sendo selecionados pelo edital de 2016. Isso é uma pena, na medida em que está sendo perdida a oportunidade de fazer, junto a estes grupos, o processo completo, pelo qual a mesma entidade/equipe realiza o diagnóstico inicial e elabora o PP, para depois acompanhar a sua implantação e posta em funcionamento.

**19.** Restam portanto sem cobertura os grupos que serão selecionados pelo edital de 2016 (50). Pela informação repassada pela equipe do PROCASE, os 50 PPs da ‘geração’ de 2016 seriam elaborados pela própria equipe do Projeto. Cabe constatar então que o acompanhamento posterior destes 50 grupos não está coberto, assim como não há previsão concreta de como será a cobertura de qualquer outro grupo que venha a ser selecionado via o edital de 2017. Frente a quantidade de atividades que a equipe do Projeto tem que assumir, ela não dispõe do tempo suficiente para se encarregar dessa elaboração, num prazo que não seja demasiadamente extenso. A elaboração dos PPs 2016 e outros, deve ser realizada por meio da contratação de novas entidades de AT, para que elas possam assumir essa etapa, assim como o acompanhamento da implementação desses PPs, garantindo assim maiores chances de implementação rápida e com melhor qualidade. Neste sentido a missão recomenda que seja iniciado o quanto antes, um novo processo de seleção de entidades de AT.

**20.** Finalmente, cabe registrar que com a contratação de diversas entidades de AT o trabalho das equipes do PROCASE (URGPs e UGP – Comp. 2) vai mudar de natureza. Caberá então às equipes do Projeto fazer a supervisão das equipes contratadas. Uma vez essas equipes capacitadas sobre a metodologia de trabalho do PROCASE, o passo seguinte será ajudar a montar um planejamento do trabalho da AT junto a cada grupo atendido, já que as necessidades de cada caso serão provavelmente bem diferentes umas das outras. Após este momento inicial será necessário fazer um acompanhamento que permita corrigir os rumos do trabalho quando isto for necessário. As equipes PROCASE também deverão ter um papel na articulação destes diversos trabalhos com outros agentes que possam contribuir com as atividades realizadas nas comunidades.

**21. Atividades do Plano Emergencial:** Em junho de 2015, o Governo do Estado da Paraíba lançou o Plano Emergencial de Enfrenta a Seca da Paraíba, devido a situação crítica de vários municípios. No mesmo mês, o PROCASE estabeleceu um Plano Emergencial destinado à sua área de intervenção, cujo as metas e resultados estão apresentados a seguir:

Tabela 4: Metas e resultados alcançados com as ações do Plano Emergencial

	Meta	Concluído até 09/12/2016	Realizado e a ser pago	% realizado
Raquetes de palma resistentes	5.600.000	870.000	1.420.000	41%
Poços Tubulares profundos	277	233	0	84%
Barragens Subterrâneas	280	200	23	80%
Kits de irrigação	560	169	0	30%

Inicialmente previsto para ser implementado até o 31/12/2015, ele foi sucessivamente prorrogado até 04/2017, considerando a situação. A implementação desse Plano ocorreu por meio de contratações diretamente realizadas pela UGP, para garantir agilidade no processo. O nível geral de alcance das metas é considerado muito bom. No caso da aquisição das raquetes de palma à qual está atrelada a aquisição de kits de irrigação, a permanência da seca impossibilitou o plantio o portanto a instalação dos kits de irrigação.

**22.** As ações realizadas no âmbito do Plano Emergencial são de grande relevância, buscando suprir as necessidades de acesso a água para os animais e a produção irrigada de forragem, incluindo a produção de sementes para divulgação, por meio de campos de palma cercados de um hectare. Uma vez instalados esses campos propiciam o cultivo de outras espécies de plantas forrageiras com aportes de irrigação, tornando esses campos elementos estratégicos de enfrentar futuros períodos de escassez de água. Vale lembrar que a equipe do projeto (UGP e escritórios regionais) se mobilizou na implementação inicial do Plano Emergencial, principalmente até a contratação de uma assessoria técnica especialmente dedicada para isso.

**23. A Assessoria Técnica para os grupos atendidos no marco do Plano Emergencial.** O Estado de Emergência declarado pelo Governo do Estado permitiu uma simplificação dos processos de contratação. Em dezembro 2015 foi assinado um contrato com o IDS (Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável) para a prestação do serviço de assessoria técnica exclusivamente dirigida aos grupos atendidos pelo PROCASE, no marco do Plano Emergencial. Este contrato tornou-se efetivo a partir da sua publicação no Diário Oficial no dia 8 de janeiro de 2016. Devido ao seu caráter 'emergencial', a duração deste instrumento era inicialmente de 180 dias (6 meses), mas ela foi prorrogada por mais 6 meses sendo previsto o encerramento em janeiro de 2017.

**24.** A equipe técnica do IDS iniciou o trabalho efetivo em campo em fevereiro de 2016. O trabalho destas teve de acompanhar o ritmo de implantação das infraestruturas hídricas (poços tubulares e barragens subterrâneas com cacimbão) e dos kits de irrigação e da entrega das raquetes de palma, que eram de responsabilidade de entidades contratadas para tal. Cabe registrar aqui que o tamanho da equipe técnica de campo previsto no contrato é relativamente pequena: atualmente cada um dos/as 12 técnicos/as de campo deve trabalhar, em média, com 46 grupos (o que representa aproximadamente 1 técnico/a para cada 250 famílias).

**25.** Os temas concretos que são trabalhados junto às famílias são vários. O primeiro refere-se à montagem da 'engenharia social' de funcionamento dos grupos de beneficiários. Para além disso, esta AT acompanha a implantação e o manejo dos campos de forragem (realizando as capacitações que foram necessárias). Esta tarefa inclui a possível experimentação de 'novidades', tais como o plantio de outras espécies junto à palma. Também será necessário fazer uma orientação sobre o bom uso das áreas das barragens subterrâneas (incluindo nesta questão as matas ciliares e o combate à erosão). Uma quarta tarefa desta AT será de preparar a multiplicação dos campos de palma na comunidade/assentamento, a partir da 'semente' produzida no campo irrigado. Sabe-se que não será possível acompanhar esta multiplicação, já que os campos que estão sendo implantados atualmente levarão mais de seis meses para produzir o primeiro 'corte'. Por isso, a tarefa aqui mencionada é mais uma de sensibilização e de preparação para a primeira etapa desta multiplicação.



**26.** Na nossa visita de campo, pudemos observar diversos casos nos quais esta AT tinha conseguido estabelecer uma boa relação com o grupo atendido e com uma presença regular e uma disposição para trabalhar tinha realizado aportes significativos para o bom andamento do trabalho do Plano Emergencial no local. Também foram identificadas questões nas quais é preciso melhorar. Por exemplo, em certos Territórios careceria de uma maior aproximação da equipe local de AT com a equipe da URGP do PROCASE. Em outros casos, foi visto que havia oportunidades que se apresentavam em alguns locais que poderiam ser melhor aproveitadas. Em termos mais amplos, houve atrasos no pagamento do serviço por parte do PROCASE, o que significou que o trabalho de campo teve de ser interrompido durante aproximadamente três semanas no mês de outubro. Mas, olhando para este trabalho de forma abrangente, é importante registrar neste Memorando que a presença desta equipe em campo tem sido extremamente valiosa. Apesar da sua relativa simplicidade, foram numerosos os problemas a serem superados para poder instalar as unidades do Plano Emergencial.

**27.** A Missão foi informada que está em discussão a possibilidade de estender este serviço de AT para os grupos do Plano Emergencial para além do mês de janeiro de 2017 por meio de um aditivo de prazo. Isto sendo possível do ponto de vista jurídico, a Missão recomenda que este aditivo seja feito o mais rapidamente possível, considerando que ainda uma parte das metas deve ser implementada como mencionado anteriormente.

**28. Componente ambiental:** Gestão de Recursos Naturais e Combate à Desertificação. Este Componente tem um orçamento total de USD 3.047.510 (que corresponde a 8 % do orçamento geral do Projeto). Até o 30/11/2016, o nível de execução orçamentária deste Componente é de 6%, ou seja, extremamente baixo.

**29.** A coordenação deste componente assume um apoio transversal as atividades do componente produtivo, e a missão recomenda que essa seja a orientação a ser sempre procurada. Várias frentes de trabalho foram implementadas.

**30. Cadastro Ambiental Rural (CAR):** O Projeto definiu uma estratégia de capacitar 27 jovens para elaborar o CAR. Até o momento da missão 315 foram feitos em propriedades de famílias beneficiadas pelos PPs. No contexto atual no qual a obtenção do CAR é uma exigência legal, para a qual pequenos agricultores familiares rurais têm dificuldades de atender, a intervenção do Projeto é um legado muito importante e relevante, incluindo o fato que alguns desses jovens estão atuando para elaborar o CAR, tendo assim uma fonte de trabalho e renda. A missão recomenda que seja um eixo de trabalho prioritário do Componente, a ser ampliado durante os próximos dois anos.

**31. Licenciamento Ambiental:** A coordenação do Componente fez uma revisão sistemática para orientar os investimentos produtivos no intuito de atender a legislação ambiental, principalmente no caso de PPs, para construção de unidade de beneficiamento de alimentos. Foi realizado um Plano de Controle Ambiental. A missão recomenda que essa função continue a ser realizada, desde a elaboração dos próximos PPs, de modo a descartar dificuldades que poderiam ser relacionadas com essa questão do licenciamento ambiental.

**32. Viveiros:** Na perspectiva de produzir mudas de frutíferas, espécies forrageiras e de plantas nativas da região, foram construídos 5 viveiros, sendo que 2 deles estão em funcionamento. Uma turma de 20 jovens foi capacitada para que eles sejam os viveiricultores responsáveis da produção. A produção de mudas e o envolvimento de jovens é uma atividade bastante relevante e que pode se articular com os PPs apoiados pelo Projeto entre outros. A missão questiona, todavia, o formato dos viveiros adaptado pelo Projeto, que são muito complexos, dificultam a manutenção em sua cobertura, além de apresentarem durabilidade duvidosa por causa da estrutura física. Alguns viveiros em fase de acabamento já apresentaram sinais de fragilidade e mostram que não são os mais adequados. A continuidade dessa ação poderia se dar através de uma proposta técnica mais simples e adaptada. Contudo, a prioridade é finalizar os viveiros em construção e coloca-los para funcionar.

**33. Sistemas Agro Florestais (SAF):** 15 áreas foram elencadas e 2 SAF foram implantados. O SAF é uma atividade que permite divulgar e introduzir novas práticas. Ele tem um potencial importante de fortalecer os sistemas produtivos e pode ser trabalhado com várias perspectivas: produção de frutas, madeira, pasto apícola, forragem para animais. Para os dois próximos anos, a missão recomenda que a implantação de SAF se realize como unidade de aprendizagem, juntos com o apoio a PP. Além de permitir maior agilidade na implementação, será também uma forma de fortalecer os PPs.

**34. Inventário Florestal:** O PROCASE iniciou um trabalho de inventário florestal na perspectiva de definir métodos de reflorestamento e recuperação ambiental. Apesar do tema ser relevante, a Missão recomenda que

este tema que se aparenta mais como ações de pesquisa, não seja considerado como prioritário, sabendo que existem muitas outras frentes de trabalho que demandam atenção e podem trazer resultados mais impactantes. Além disso é importante mencionar que a disponibilidade de pessoal muito reduzida, não permite sair do foco das atividades prioritárias.

**35.** Sendo que as ações deste Componente Recomenda-se que sejam revisados as metas e indicadores, considerando as orientações mencionadas acima. Considerando: i) o nível de avanço geral deste Componente, ii) as fragilidades identificadas nos PPs sobre a ausência de práticas produtivas alinhadas com os princípios de combate à desertificação e gestão sustentável dos recursos naturais, a Missão recomenda que a atuação deste Componente seja focada na busca de uma maior sustentabilidade ambiental e resiliência dos sistemas de produção apoiados pelos PPs (por exemplo proteção e recuperação dos solos). Isso deverá passar por capacitações e pela atuação das entidades de AT.



## **Apêndice 9: Acesso a Mercados e Comercialização**

1. A construção de estratégias para a comercialização na Agricultura Familiar é um desafio, principalmente considerando que o acesso a mercados é algo complexo e dependente de diferentes fatores. Devido às peculiaridades da produção agrícola, a comercialização é geralmente uma questão problemática para os agricultores familiares. Este documento não tem a intenção de abordar os problemas relacionados com o tema em questão, nem apresentar as possíveis soluções, visto que o acesso a mercado e a comercialização estão sendo tratados por meio de um estudo específico, fruto de uma consultoria contratada pelo FIDA, em parceria com o Programa Semear (FIDA/Semear/AECID)<sup>4</sup>.

2. Neste momento, este documento tem como objetivo realizar algumas recomendações pontuais, oriundas das visitas de campo realizadas durante a Revisão de Meio Termo do projeto, para que a equipe técnica do PROCASE, estruture uma estratégia de intervenção junto ao seu público beneficiário, no que se refere às questões que envolvem acesso a mercado e comercialização. A criação de estratégias individuais e coletivas que possibilitem a melhoria das condições de acesso aos mercados e de agregação de valor à produção primária é um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias beneficiadas pelo PROCASE e foi possível constatar que esses aspectos não estão ainda abordados com toda a atenção requerida, tanto durante a elaboração dos projetos produtivos como na sua implementação.

3. Durante as visitas de campo realizadas ao longo desta Missão foi possível avaliar com os beneficiários e beneficiárias algumas questões relacionadas com o acesso a mercados e comercialização. Verificou-se que o mais comum é venderem a produção em feiras livres no município mais próximo e na própria comunidade ou diretamente aos atravessadores em feiras específicas ou na propriedade rural. O mercado institucional – PAA e PNAE também é explorado, porém de forma bem restrita, talvez pela burocracia e nível de organização exigido. O FIDA não tem a intensão de propor modificações na forma de comercialização utilizada pelos produtores, mas apenas de propor ações para melhorar as condições em que algumas destas formas de comercialização são realizadas. Para isso recomendamos ao PROCASE:

### **No caso das feiras livres:**

- Apoiar os agricultores e agricultoras a explorarem a comercialização de seus produtos nas feiras livres locais e/ou regionais de forma mais efetiva.
- Orientar, quando for o caso, que as entidades beneficiárias coloquem em seus projetos recursos financeiros para aquisição de barracas padronizadas, balanças, fardamento, banners, entre outros itens que facilitem a identificação como produtores da agricultura familiar e consequentemente possibilite o aumento das vendas com preços mais justos tanto para o produtor como para o consumidor.
- Auxiliar os beneficiários e beneficiárias a encontrarem a melhor alternativa para transportarem seus produtos do campo até o local da feira.
- Sugerir e auxiliar na criação de uma comissão de acesso a mercado e comercialização, formada por pelo menos um representante de cada entidade beneficiária, que pertençam a um mesmo município ou região. Esta comissão deve ser capacitada para conhecer todo potencial que a feira livre pode oferecer como espaço para comercialização de seus produtos, para que assim possa se

---

4 A consultoria para produção deste documento – Contextualização, Limites, Desafios, Potencialidades e Estratégias de Acesso a Mercados de Produtos da Agricultura Familiar, no Âmbito de Atuação dos Projetos FIDA no Brasil encontra-se em fase adiantada de produção, entretanto ainda necessita ser concluída para ser disponibilizada ao PROCASE e demais Projetos FIDA no Brasil.

articular com os órgãos municipais, estaduais, ONGs entre outros parceiros em busca de melhores condições para participação nas feiras. Essa comissão poderia também se encarregar de criar espaços nas feiras livres específicos para produção agroecológica (a proposta é que os produtos agroecológicos possam ser comercializados em espaços destacados e diferenciados em determinado lugar das feiras livres).

- Os conhecimentos gerados através destas ações também podem ser utilizados para que os produtores possam explorar o mercado varejista local, tais como mercados, quitandas, restaurantes, lanchonetes, entre outros mercados privados.

#### **No caso do mercado institucional – PAA e PNAE:**

- Auxiliar as entidades beneficiárias a acessarem com maior frequência esta importante possibilidade de comercialização.
- Desenvolver estratégias de capacitação dos agricultores familiares através de suas organizações de modo a elevar sua capacidade de acessar esta política pública e atender sua burocracia.
- Identificar pessoas capazes de detectar as oportunidades para realizar vendas para o PAA e PNAE e organizar os projetos junto com os beneficiários/as (a própria assessoria técnica, técnicos da EMATER, entre outros profissionais do próprio PROCASE poderiam executar este trabalho).

#### **No caso das redes de cooperação solidária:**

- Constituem uma das estratégias eficientes de atuação na Economia Solidária, apoiadas pelo Governo da Paraíba (Secretaria de Desenvolvimento Humano). As Redes, têm feito parcerias locais e globais, permitindo, sobretudo, a redução da volatilidade dos mercados, com a consequente redução de riscos. Desse modo, é possível atingir mercados segmentados, de consumidores de gosto exigente já que a cadeia produtiva age incorporando concomitantemente inovações de qualidade e preços competitivos. É importante que o PROCASE avalie a viabilidade de apoiar as Casas da Economia Solidária, visto que esta pode ser uma estratégia interessante para comercialização dos produtos da agricultura familiar, principalmente os produtos provenientes das unidades de beneficiamento e do artesanato (Rendeiras entre outros).
4. Para além da geração de renda monetária, há os seguintes objetivos que necessitam ser perseguidos:
- Assegurar o abastecimento da própria família com alimentos de boa qualidade em quantidade suficiente, durante todo o ano;
  - Assegurar o manejo e cuidado dos animais;
  - Proteger os recursos naturais e conservar a fertilidade do solo e a biodiversidade;
  - Estabilizar o sistema de produção e minimizar os riscos;
  - Fortalecer as relações sociais e a segurança social.

5. As recomendações propostas demandam tempo e recursos para serem implementadas, portanto é importante que durante a fase de elaboração dos Planos de Investimento Produtivo (PIP) e Planos de Negócio (PN) as questões relacionadas ao acesso a mercado e comercialização sejam mais aprofundadas com os beneficiários e beneficiárias e os recursos previstos para desenvolver ações neste sentido. Sendo que o PROCASE está prestes a contratar entidades para prestar assessoria técnica, é imprescindível que essas entidades possam conhecer e aplicar essas recomendações.

## **Apêndice 10: Focalização: Juventude, Gênero, Raça e Etnia**

1. Metodologia de captação de propostas, seleção de beneficiários e focalização direta. A maior novidade metodológica do PROCASE, introduzida a partir de maio de 2015 com o lançamento do terceiro Edital PROCASE, tem sido o uso da ferramenta do Orçamento Democrático (OD) para a captação de propostas e seleção de beneficiários/as. Esta metodologia, altamente participativa, permitiu o acesso de propostas por comunidades que até então não haviam sido abrangidas pelo Projeto, resultando em uma ampliação da participação dos grupos beneficiários nas atividades do PROCASE, com particular atenção aos grupos prioritários do Projeto.
2. Como resultado, houve um incremento significativo no número de Projetos Produtivos (PP) aprovados, passando de 35 projetos aprovados em 2013/2014 a 57 projetos aprovados em 2015 (sobre um total de 323 propostas), e 212 novas propostas apresentadas em 2016. O foco nos grupos prioritários do Projeto resultou também em um aumento de número de propostas encaminhadas por grupos de mulheres e de quilombolas (14% e 3% entre os PP aprovados em 2014 versus 26% e 5% para grupos de mulheres e de quilombolas entre os PP aprovados em 2015, respectivamente). O Edital de 2016, lançado em abril, foi dirigido especificamente para mulheres, jovens e quilombolas recebendo um total de 41% de propostas apresentadas por grupos de mulheres, 3% por grupos quilombolas e, pela primeira vez, 16% por grupos de jovens (formalizados ou não), mais 40% por grupos mistos. Destas propostas, o Projeto visa selecionar aproximadamente 40 que deverão ser convertidas em PP e conveniadas em 2017.
3. A mudança da metodologia para captação das propostas tem demonstrando ser uma ferramenta valiosa para aproximar o PROCASE ao público alvo, incrementar a participação dos grupos prioritários nas atividades do Projeto, reduzir a desigualdade de acesso a oportunidades para os grupos sociais mais vulneráveis e fortalecer a participação das organizações sociais dos Territórios nas definições das prioridades do PROCASE.
4. Neste quadro, cumpre salientar o papel fundamental da equipe das UGRPs do PROCASE em mobilizar os públicos prioritários do Projeto. Para a seleção das propostas e dos grupos beneficiários, utilizaram-se grades de pontuação conforme critérios que incluem, entre outros, o nível de organização da associação proponente, o foco do público beneficiário direto (jovens, mulheres, quilombolas, assentados), o número de pessoas a serem beneficiadas e o acesso a outro tipo de projeto produtivo não reembolsável – sendo privilegiados aqueles grupos que não foram beneficiados nos últimos cinco anos. A missão do FIDA tem avaliado positivamente a escolha deste critério como estratégia para chegar aos grupos mais vulneráveis e afinar a focalização direta.
5. O total das propostas recebidas no Edital são encaminhadas aos Colegiados Territoriais para que realizem suas respectivas análises, possibilitando maior participação das organizações territoriais na definição das prioridades do PROCASE. Finalmente, os PP são definidos em detalhe através de um diagnóstico rural participativo, liderado pelas equipes das UGRPs do PROCASE e desenvolvido junto com as comunidades. Este momento é particularmente crucial para a identificação dos beneficiários diretos, definição dos resultados dos projetos e desenho das atividades. Neste âmbito, se recomenda que as equipes das UGRPs, junto com a Assessoria de Gênero, Geração e Raça do PROCASE, utilizem o espaço do diagnóstico rural participativo para: (1) definir metas claras com relação à contribuição que as atividades do PP podem aportar para o empoderamento social e econômico dos grupos prioritários (mulheres, jovens rurais); (2) definir junto com o público alvo uma série de indicadores que possam indicar os resultados atingidos, buscando mecanismos que mostrem o grau de envolvimento qualitativo de mulheres e jovens nas atividades dos projetos.
6. Atividades com grupos de mulheres e comunidades quilombolas. Em 2015 e 2016 realizaram-se 02 capacitações de gênero para a equipe do PROCASE; também, de 2014 até dezembro de 2016, realizaram-se 08 oficinas sobre equidade de gênero e raça dirigidas a grupos de mulheres de comunidades e assentamentos beneficiários de PP, sendo uma delas com mulheres quilombolas. Em 2015, o PROCASE organizou um Encontro de Mulheres do Semiárido, abrangendo grupos produtivos de mulheres de toda a área do Projeto. Em 2016 intensificaram-se as atividades com as comunidades quilombolas, receptoras de PP aprovados pelo Edital de 2015: realizaram-se 02 reuniões preparatórias e 02 intercâmbios entre comunidades quilombolas, que contaram com a

participação principalmente de mulheres. Em geral, destaca-se uma participação elevada ou majoritária de mulheres nas oficinas e capacitações realizadas sobre temas produtivos ou de gestão. Um trabalho mais articulado foi realizado com grupos de mulheres rendeiras, graças à parceria com o Programa SEMEAR do FIDA. Neste contexto, realizou-se um processo de capacitação de mulheres rendeiras, 02 eventos de intercâmbio de saberes e experiências, uma feira de conhecimentos e uma reunião de encerramento de ciclo do processo.

7. As visitas de terreno realizadas ao largo da missão mostraram a centralidade dos projetos produtivos para as mulheres rurais; eles representam uma janela de oportunidade importante para as mulheres ocuparem espaços de visibilidade e responsabilidade dentro das associações comunitárias, fortalecer suas competências e autoestima e ganhar respeito dentro e fora de suas comunidades. É comum encontrar mulheres ocupando cargos de responsabilidade dentro das associações de grupos mistos, como tesoureiras, secretárias ou responsáveis para a gestão fiscal. Ao mesmo tempo, a possibilidade de acessar projetos estimulou a criação de grupos de mulheres, estimulando a união e colaboração entre elas. Como várias mulheres entrevistadas ressaltaram, a criação de grupos de mulheres tem se demonstrado uma ferramenta valiosa para “tirar as mulheres de dentro de casa”, se libertarem e conquistarem uma renda autônoma pela primeira vez. Ao mesmo tempo, o associativismo entre as mulheres tem motivado outras mulheres em se juntarem e criar grupos.

8. Apesar dos avanços na identificação e envolvimento dos grupos prioritários nas atividades do Projeto, a falta de Assistência Técnica (AT) especializada para trabalhar com estes grupos tem se demonstrado um gargalo importante no desenvolvimento das ações dos PP. Esta preocupação é ainda maior agora, sendo que o número de PP de grupos de mulheres e jovens vai aumentar com o último Edital de 2016, dedicado a estes grupos. Recomenda-se que, assim que houver a incorporação dos técnicos que atuarão no sistema de AT dentro da equipe do Projeto, se realize um processo de formação dos/das técnicos/as nas temáticas de gênero, raça e juventude.

9. Para suprir a falta de AT especializada, em agosto de 2016 a Assessoria de Gênero, Geração, Raça e Etnia desenhou um Referencial Metodológico para dar suporte às atividades de capacitação em gestão de grupos apoiados pelo PROCASE, com destaque para os grupos de mulheres, de jovens e de quilombolas. Esta ferramenta teórico-metodológica foi construída a partir das aprendizagens resultantes das vivências práticas e das reflexões com as equipes. A missão reconhece o esforço da Assessoria para transversalizar o enfoque de gênero com a equipe do Projeto, realizando um processo de formulação e de reflexão crítica com as pessoas das equipes locais, antes e após cada intervenção realizada com os grupos locais. Porém, observa-se ainda uma fragilidade no planejamento e na definição de uma estratégia institucional que incorpore estas questões de forma programática, com conteúdo, objetivos e metas claras: o risco é que as atividades realizadas, tanto com a equipe do Projeto como com as comunidades beneficiárias e grupos de mulheres, fiquem como ações pontuais, relevantes, porém isoladas.

10. Estratégia de Gênero, Geração e Raça. Em outubro de 2015 o FIDA realizou uma missão de apoio à implementação com foco específico nos temas de gênero, juventude e raça, que se seguiu à missão de supervisão do mês de maio do mesmo ano. A partir das avaliações das duas missões, recomendou-se uma série de medidas a serem realizadas para: (1) atingir um maior número de mulheres, jovens e quilombolas entre os beneficiários diretos do Projeto; (2) reforçar as capacidades da equipe do PROCASE em temas de gênero, geração e raça; (3) definir uma estratégia institucional que incorporasse estas questões, de forma transversal, no conjunto de ações de intervenção; (4) fortalecer o processo de capacitação em gênero com os grupos beneficiários, estreitando as parcerias institucionais com organizações e órgãos do Estado que atuam nas questões de gênero, etnia e raça e; (5) buscar mecanismos que mostrem o grau de envolvimento de mulheres, jovens e quilombolas nas atividades do Projeto, a partir de uma revisão das ferramentas de monitoramento, e fortalecer intercâmbios e criação de redes entre estes grupos.

11. Com relação aos pontos acima mencionados, a missão do FIDA reconheceu avanços significativos no desenho e implementação de ações específicas dirigidas aos grupos prioritários e a centralidade das questões de gênero, juventude e raça para a equipe do Projeto, seguindo as recomendações da Missão temática de outubro de 2015. A equidade de gênero dentro da equipe do PROCASE se reflete nos indicadores de composição da mesma (38% mulheres tendo como meta 40%).

12. Porém, a missão destaca a urgência de desenvolver um plano de trabalho programático para os próximos dois anos do Projeto, que oriente as intervenções a serem realizadas com os grupos prioritários em visão de mudanças e resultados esperados, e que articule de forma sistemática o diálogo entre os componentes para garantir uma efetiva transversalidade do enfoque de gênero no conjunto das ações do Projeto. Neste contexto, recomenda-se entre outras coisas, incluir capacitações de gênero com grupos mistos de beneficiários, como parte das atividades do Componente I e em estreita colaboração com o Componente II; identificar temas chave para as mulheres (e para as mulheres quilombolas) a serem abordados de maneira estruturada; definir metas claras com relação à contribuição que as atividades do Projeto podem aportar para o empoderamento social e econômico das mulheres e dos jovens rurais e avaliar os resultados atingidos, buscando mecanismos que mostrem o grau de envolvimento qualitativo de mulheres, jovens e quilombolas nas atividades do Projeto, em diálogo como a equipe de M&A. Ao mesmo tempo, recomenda-se alinhar a estratégia de gênero com a gestão do conhecimento, com o objetivo de sistematizar as boas práticas e lições aprendidas com as comunidades e utilizar estes insumos para orientar as intervenções futuras.

13. Juventude. Merece um destaque especial o trabalho desenvolvido com os jovens rurais. 02 eventos sobre Protagonismo Juvenil se realizaram em 2014-2015 e 04 Conferências sobre Juventude Rural tiveram lugar em 2015 em preparação de um grande Encontro de Jovens Rurais do Semiárido Brasileiro, que reuniu acerca de 300 jovens de vários estados do Nordeste. Como parte das atividades no âmbito das ações ambientais do Projeto, 27 jovens receberam capacitação técnica em Cadastro Ambiental Rural (CAR) entre 2015 e 2016 e a primeira turma de jovens viveiricultores foi formada em 2016 (20 jovens) graças à parceria com a Escola Técnica Redentorista em Campina Grande. Finalmente, um total de 310 jovens recebeu algum tipo de capacitação como parte de oficinas para o desenvolvimento de PP, atingindo o 26% da meta do Projeto (capacitação de 1,200 jovens). Por contra, o programa de bolsas de estudo previsto como parte do Componente I para beneficiar 4,000 jovens ainda não foi ativado por falta de recursos. Estas primeiras experiências de formação tem dado bons resultados, pelo que a missão pode avaliar nas visitas de terreno, em quanto ao nível de formação dos/as jovens capacitados/as; alguns jovens também começaram trabalhar para as comunidades vizinhas no CAR com resultados positivos em termos de aumento da renda. Porém, estes avanços não têm sido sistematizados, o que a missão recomenda que seja feito.

## Apêndice 11: Programação detalhada

28/11 2016 a 02/12/2016	Terça-feira, 06/12/2016	Quarta-feira, 07/12/2016
<p><b>Missão fiduciária avançada</b></p> <p><i>Participante:</i>  <i>Danilo Pisani - Especialista Fiduciário</i></p>	<p><b>Chegada da missão avançada</b></p> <p><b>Hotel:</b> Verdegreen</p> <p><b>Participantes:</b>  <i>Emmanuel Bayle - Especialista em Desenvolvimento Produtivo e Acesso a Mercados;</i></p> <p><i>Pedro Meloni - Especialista em análise de viabilidade, planos de negócios e projetos produtivos;</i></p> <p><i>Giulia Pedone - Especialista em Gênero, Etnia, Geração Comunidades Tradicionais e Focalização;</i></p> <p><i>Pablo Sidersky- Especialista em Assessoria Técnica e Assentamentos Rurais;</i></p> <p><i>Rodrigo Dias- Especialista em Planejamento e Monitoramento e Avaliação;</i></p> <p><b>Tarde: 15h</b>        Reunião da Consultora Giulia Pedone, com a Maria do Carmo, Assessora de gênero, geração/juventude e raça/etnia</p> <p>Local: POCASE</p>	<p><b>Saída ao campo e visita de campo de diagnóstico para mensuração do avanço do projeto na ponta Permanência até 10/12/2016</b></p> <p><b>Participantes:</b>  <i>Emmanuel Bayle, Pedro Meloni, Rodrigo Dias, Giulia Pedone, Pablo Sidersky</i></p> <p><b>Grupo 01 - Cariri Oriental:</b></p> <p>06:00 - Saída de João Pessoa para Soledade (204 Km – 2h50min)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita a Comunidade de Caiana em Soledade (Projeto Produtivo 2014)</li> <li>• Visita ao Assentamento Quixudí (Unidade de Aprendizagem) em Soledade</li> <li>• Comunidade Cardeiro (Plano emergencial) em Soledade</li> </ul> <p><b>Grupo 02 - Seridó:</b></p> <p>06:00 – Saída de João Pessoa para Cubati – 230 km (3hs)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita ao Assentamento São Domingos em Cubati (Projeto Produtivo 2014);</li> <li>• Comunidade Pedra Redonda em Pocinhos (Plano emergencial). (Cubati/Pocinhos: 60 Km – 1h)</li> <li>• Comunidade Antônio Ferreira em Juazeirinho (Plano Emergencial). (Pocinhos/ Juazeirinho: 56 Km – 1h)</li> </ul> <p><b>Pernoite em Campina Grande (Village Hotel)</b></p>

Quinta- Feira, 08/12/2016	Sexta- Feira, 09/12/2016	Sábado, 10/12/2016
<p><b>Grupo 01 - Curimataú:</b>            07:00 - Saída de Campina Grande para Algodão de Jandaíra (64 Km – 1h:15min)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita ao Assentamento Paulo Freire em Algodão de Jandaíra (Projeto Produtivo 2014)</li> <li>• Visita ao Assentamento Oziel Pereira em Remígio (Projeto 2015). (Algodão de Jandaíra/Remígio: 28Km – 30min)</li> </ul> <p><b>Grupo 02 Médio Sertão:</b>            07:00 – Saída de Campina Grande para Santa Luzia - 134 km (2hs)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita a Comunidade Saco do Goitis (UA e Projeto 2014) em Santa Luzia</li> <li>• Visita a Comunidade Carneira Veríssimo em Junco do Seridó (Projeto 2014). Santa Luzia / Junco do Seridó – 32 km (30 min)</li> </ul> <p><b>Pernoite em Campina Grande (Village Hotel)</b></p>	<p><b>Grupo 01 - Curimataú:</b>            07:00 – Saída para Nova Floresta - 121 km (2h)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita as ações do Plano Emergencial em Nova Floresta (Comunidade de Imbé e Projeto Produtivo 2015)</li> <li>• Comunidade Bom sucesso em Sossego. Nova Floresta/Sossego: 43 Km – 50min)</li> </ul> <p><b>Grupo 02 - Cariri Ocidental:</b>            07:00 – Saída de Campina Grande para Taperoá -122km (2 hs)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita ao Assentamento Sítio Juá em Taperoá (Projeto Produtivo 2014)</li> <li>• Visita a Comunidade quilombola Suçuarana em Livramento (Unidade de Aprendizagem). Taperoá/Livramento 33km (30min).</li> <li>• Comunidade Cardoso em São José dos Cordeiros (Plano emergencial). Livramento/ São José dos Cordeiros: 30Km – 50min</li> </ul> <p><b>Pernoite em Campina Grande (Village Hotel)</b></p>	<p><b>Retorno do campo para João Pessoa</b>  <b>Hotel: Verdegreen</b></p> <p><i>Participantes:</i>  <i>Emmanuel Bayle, Pedro Meloni, Rodrigo Dias, Giulia Pedone, Pablo Sidersky</i></p>

Domingo, 11/12/2016	Segunda- feira, 12/12/2016	Terça-feira, 13/12/2016
<p><b>Chegada dos demais componentes da missão</b>  <b>Hotel: VerdeGreen</b></p> <p><i>Leonardo Bichara Rocha – Oficial de Programas do FIDA no Brasil;</i></p> <p><i>Cintia Guzman – Especialista em Gestão do Conhecimento, Comunicação, Políticas Públicas e Disseminação;</i></p> <p><i>Diogo Nascimento – Especialista em Aquisições;</i></p>	<p><b>Manhã: 9h00</b>          Reunião interna da equipe FIDA no Hotel Verdegreen, para discussão sobre a missão de diagnóstico e nivelamento.</p> <p><i>Participantes:</i>  <i>Leonardo Bichara Rocha / Cintia Guzman / Diogo Nascimento / Pedro Meloni / Emannuel Bayle / Giulia Pedone / Pablo Sidersky / Rodrigo Dias</i></p> <p><b>Tarde:</b>          Workshop de abertura com toda a equipe do Procace: apresentação do Projeto e avanços em sua primeira metade</p> <p><b>Local:</b>          Auditório da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba- CINEP</p> <p><b>Endereço:</b>          (Av. Feliciano Cirne, 50 - Jaguaribe, João Pessoa), a poucas quadras da sede do PROCASE</p>	<p><b>Visita de campo final com todos os membros da missão, incluindo a equipe fiduciária.</b></p> <p><i>Participantes:</i>  <i>Leonardo Bichara Rocha / Cintia Guzman / Diogo Nascimento / Pedro Meloni/ Emannuel Bayle / Giulia Pedone / Pablo Sidersky / Rodrigo Dias</i></p> <p><b>Grupo 01</b>          06:00 - Saída de João Pessoa para São João do Tigre (180 Km – 2h:30m)          • Visita a Comunidade Cacimbinha - Casa das Rendeiras          • Visita a Coopertigre – Artesanato em Renda Renascença</p> <p><b>Grupo 02</b>          06:00 - Saída de João Pessoa para Junco do Seridó (243 Km – 3h:10min)          • Comunidade Bom Jesus (Projeto Produtivo 2014)          • Comunidade Negra Louceiras do Quilombo do Talhado em Santa Luzia (Projeto Produtivo 2015). Junco do Seridó/Santa Luzia: 30 Km – 30min)</p> <p><b>Pernoite em Campina Grande (Village Hotel)</b></p>



Quarta-feira, 14/12/2016	Quinta-feira, 15/12/2016	Sexta-feira, 16/12/2016
<p><b>Visita de campo final com todos os membros da missão, incluindo a equipe fiduciária.</b></p> <p><b>Grupo 1</b>          08:00 – Saída de Campina Grande para Barra de São Miguel (102 Km – 1h:50m)          • Assentamento Novo Campo</p> <p><b>Grupo 2</b>          08hs – Saída de Campina Grande para Monteiro (172 Km – 2h:20min)          • Comunidade Angiquinho I e II (Plano Emergencial e Projeto Produtivo 2016)</p> <p><b>Divisão dos grupos por interesse:</b>          Agenda de Visitas em Campina Grande          • 15:00 - Visita ao INSA em Campina Grande (necessita agendamento)          • 16:30 - <i>Visita a Embrapa Algodão em Campina Grande (necessita agendamento)</i>          • 18:00 - <i>Retorno para João Pessoa</i></p> <p><b>Agenda de Reunião em João Pessoa</b>          Reunião com instituições Parceiras (IDS, EMATER, SUDEMA, Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, CDRM, Orçamento Democrático, MST, MAB, UEPB, FAPESQ, INCRA)</p>	<p><b>Trabalho na UGP</b></p> <p><i>Participantes:</i></p> <p><i>Leonardo Bichara Rocha / Cintia Guzman / Diogo Nascimento / Pedro Meloni/ Emannuel Bayle / Giulia Pedone / Pablo Sidersky / Rodrigo Dias</i></p>	<p><b>Trabalho na UGP</b></p> <p><i>Participantes:</i></p> <p><i>Leonardo Bichara Rocha / Cintia Guzman / Diogo Nascimento / Pedro Meloni/ Emannuel Bayle / Giulia Pedone / Pablo Sidersky / Rodrigo Dias</i></p> <p><b>Chegada do último membro da missão</b></p> <p><i>Dario Rimedio –Oficial de Finanças do FIDA</i></p>

Sábado,17/12/2016	Domingo,18/12/2016	Segunda-feira,19/12/2016
<p><b>Manhã: 9:00</b></p> <p><b>Alinhamento para Memorando de Supervisão</b></p> <p><b>Local:</b> Sala Ipê Amarelo ( Hotel Verdegreen)</p> <p><i>Participantes:</i>  <i>Leonardo Bichara Rocha /Dario Rimedio /</i>  <i>Cintia Guzman / Diogo Nascimento / Pedro</i>  <i>Meloni/ Emannuel Bayle / Giulia Pedone /</i>  <i>Pablo Sidersky / Rodrigo Dias</i></p> <p><b>Local:</b> Sala Ipê Amarelo ( Hotel Verdegreen)</p> <p><b>Tarde</b></p> <p><b>Livre para preparação do Memorando</b></p>	<p><b>Livre para preparação do Memorando</b></p> <p><b>Local:</b> Sala Ipê Amarelo ( Hotel Verdegreen)</p>	<p><b>Manhã</b></p> <p>Finalização do Memorando e entrega das partes do Memorando para Leonardo e Rodrigo até 12h</p> <p><b>Local:</b> Sala Ipê Amarelo ( Hotel Verdegreen)</p> <p><b>Tarde</b></p> <p>16h00 - Consolidação e 1ª circulação do Memorando completo para a equipe do FIDA</p> <p>19h00 – Envio do Memorando para Leonardo e Rodrigo com últimos comentários e revisões</p> <p><b>Local:</b> Sala Ipê Amarelo ( Hotel Verdegreen)</p>

Terça-feira, 20/12/2016	Quarta-feira, 21/12/2016
<p><b>Manhã</b>  <b>09h00 – Envio do Memorando ao Secretário e UGP</b></p> <p><b>Local:</b> Sala Ipê Amarelo ( Hotel Verdegreen)</p> <p><b>Tarde</b>  <b>Reunião do grupo para balanço, PSR e possíveis resposta de dúvidas a UGP</b></p> <p><i>Participantes:</i>  <i>Leonardo Bichara Rocha / Dario Rimedio/ Cintia Guzman / Diogo Nascimento / Pedro Meloni/ Emannuel Bayle / Giulia Pedone / Pablo Sidersky / Rodrigo Dias</i></p> <p><b>Local:</b> Sala Ipê Amarelo ( Hotel Verdegreen)</p>	<p><b>Manhã</b>  <b>Assinatura do Memorando de Supervisão com o Secretário da SEDAP</b></p> <p><i>Participantes:</i>  <i>Leonardo Bichara Rocha / Dario Rimedio/ Cintia Guzman / Diogo Nascimento / Pedro Meloni/ Emannuel Bayle / Giulia Pedone / Pablo Sidersky / Rodrigo Dias</i></p> <p><b>13h00 - Saída de João Pessoa</b></p>

## Apêndice 12: Visita de campo de diagnóstico para mensuração do avanço do projeto na ponta



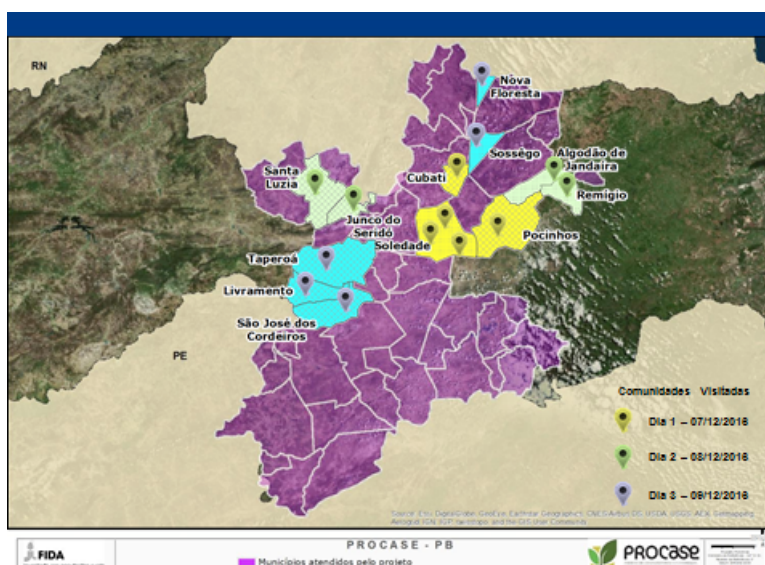
### Anexo 12: Visita de campo de diagnóstico para mensuração do avanço do projeto na ponta

**Participantes**  
 Emmanuel Bayle - Especialista em Desenvolvimento Produtivo e Acesso a Mercados  
 Pedro Meloni - Especialista em análise de viabilidade, planos de negócios e projetos produtivos  
 Giulia Pedone - Especialista em Gênero, Etnia, Geração Comunidades Tradicionais e Focalização  
 Pablo Sidersky - Especialista em Assessoria Técnica e Assentamentos Rurais  
 Rodrigo Dias - Especialista em Planejamento e Monitoramento e Avaliação



### DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental Comunidade Caiana - Soledade

Características:	
Projeto Procace 2014 (Conv. N° 024)	Melhoramento da produção beneficiamento e armazenamento de forragens para Caprinovinocultura
Famílias na comunidade	58
Famílias no Projeto	22 (8 mulheres)
Estágio	Metas cumpridas/Projeto em fase de conclusão
Investimento	R\$ 37.050



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Comunidade Caiana - Soledade**



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

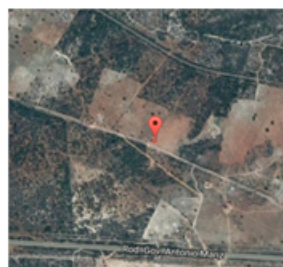
**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Comunidade Caiana - Soledade**



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Assentamento Quixudi - Soledade**

Características:	
Projeto Procace	Unidade de Aprendizagem – Produção e forragem irrigada
Famílias na comunidade	7
Famílias no Projeto	4
Estágio	Metas cumpridas/Projeto em fase de conclusão
Investimento	



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Assentamento Quixudi - Soledade**

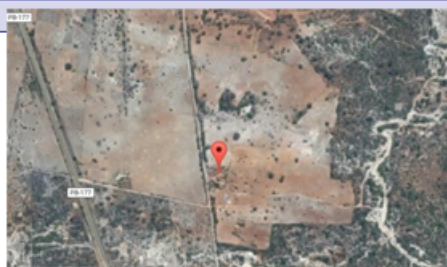


**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Assentamento Quixudi - Soledade**



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Cardeiro - Soledade**

<b>Características:</b>	
Projeto Procace	Plano Emergencial – Barragem subterrânea, poço amazona – 2 Jovens viveiristas
Famílias na comunidade	
Famílias no Projeto	7 (5 mulheres)
Estágio	
Investimento	



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Carneiro - Soledade**



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 1 – Cariri Oriental  
 Carneiro - Soledade**



**FIDA**  
 Investindo nas populações

**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 2 - Seridó  
 Comunidade Pedra Redonda - Pocinhos**

Características:	
Projeto Procace	Plano Emergencial
Composição	Reflorestamento, plantio de palmas, poço e irrigação
Famílias na comunidade	280 (agrupamento de comunidades) 60 na associação
Famílias no Projeto	19 (14 mulheres)
Estágio	Implantado
Investimento	



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 2 - Seridó  
 Comunidade Pedra Redonda - Pocinhos**



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 2 - Seridó  
 Comunidade Pedra Redonda - Pocinhos**



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 2 - Seridó  
 Assentamento São Domingos - Cubati**

Características:	
Projeto Procace 2014 (Conv. N° 019)	Ovinocultura + Plano Emergencial
Composição	Equipamento, construção das instalações e animais (80 matrizes e 2 reprodutores) / Poço + Palma (não plantada) via P. Emergencial.
Famílias na comunidade	30 (50 na associação)
Famílias no Projeto	16 (13 mulheres)
Estágio	Metas cumpridas/Projeto em fase de conclusão
Investimento	R\$ 70.700

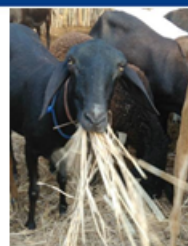




**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 2 - Seridó  
 Assentamento São Domingos - Cubati**



**DIA 1 – 07/12/2016 – GRUPO 2 - Seridó  
 Assentamento São Domingos - Cubati**



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 1 - Curimataú  
 Assentamento Paulo Freire – Algodão de Jandaira**

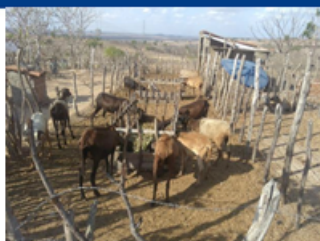
Características:	
Projeto Procace 2014 (Conv. N° 008)	Ovinocultura e Plano emergencial
Composição	Viveiro de mudas, moto siladeira, suporte forrageiro, aquisição de animais e cerca.
Famílias na comunidade	23
Famílias no Projeto	10 (5 mulheres)
Estágio	Em fase de conclusão / 4 animais por famílias (entregue) / plano emergencial não implementado (palma não entregue e plantaram da INSA / Poço não perfurado)
Investimento	R\$ 94.452,369



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 1 - Curimataú  
 Assentamento Paulo Freire – Algodão de Jandaira**



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 1 - Curimataú  
 Assentamento Paulo Freire – Algodão de Jandaira**



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 1 - Curimataú  
 Assentamento Oziel Pereira – Remigio**

Características:	
Projeto Procace 2015 (Conv. N° 048)	cozinha comunitária
Composição	Itens de cozinha, maquinários e construção da cozinha
Famílias na comunidade	30
Famílias no Projeto	8 (8 mulheres)
Estágio	Convênio Assinado/fase inicial
Investimento	R\$ 177.869,87



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 1 - Curimataú  
 Assentamento Oziel Pereira – Remígio**



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 1 - Curimataú  
 Assentamento Oziel Pereira – Remígio**



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 2 – Médio Sertão  
 Comunidade Saco de Goitis – Santa Luzia**

<b>Características:</b>	
Projeto Procace 2014 (Conv. Nº 010)	Quintais Produtivos - Unidade de Aprendizagem
Composição	
Famílias na comunidade	37
Famílias no Projeto	10 (2 mulheres)
Estágio	Em fase de conclusão
Investimento	R\$ 93.609,23





**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 2 – Médio Sertão  
 Comunidade Saco de Goitis – Santa Luzia**



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 2 – Médio Sertão  
 Comunidade Saco de Goitis – Santa Luzia**



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 2 – Médio Sertão  
 Comunidade Carneira Veríssimo – Junco do Seridó**

Características:	
Projeto Procace 2014 (Conv. Nº 010)	Fruticultura (Agroindústria)
Composição	Construção unidade de beneficiamento e equipamentos p/ polpa de frutas
Famílias na comunidade	Mais de 240 famílias.
Famílias no Projeto	33 (25 mulheres)
Estágio	No meio da implementação
Investimento	R\$ 190.233,17



**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 2 – Médio Sertão  
 Comunidade Carneira Veríssimo – Junco do Seridó**



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

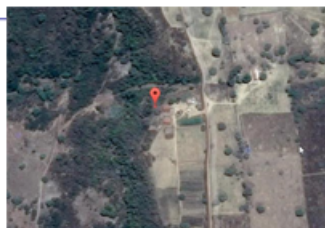
**DIA 2 – 08/12/2016 – GRUPO 2 – Médio Sertão  
 Comunidade Carneira Veríssimo – Junco do Seridó**



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 1 – Curimataú  
 Comunidade de Imbé – Nova Floresta**

Características:	
Projeto Procace 2015	Plano Emergencial e Produtivo – Caprinocultura
Composição	Barragem, palma e bomba d'água solar / Unidade de coleta de leite, unidade de resfriamento e 3 a 4 animais por família
Famílias na associação	+50
Famílias no Projeto	31
Estágio	Plano Emergencial implementado (8 famílias)
Investimento	R\$ 185.612



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 1 – Curimataú  
 Comunidade de Imbé – Nova Floresta**



**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 1 – Curimataú  
 Comunidade de Imbé – Nova Floresta**



**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 1 – Curimataú  
 Comunidade Bom Sucesso – Sossego**

Características:	
Projeto Procace	Plano Emergencial
Composição	Campo de palma, irrigação, barragem e bomba d'água solar
Famílias na comunidade	20
Famílias no Projeto	9
Estágio	Em fase de conclusão
Investimento	





**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 1 – Curimataú  
 Comunidade Bom Sucesso – Sossego**



**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 1 – Curimataú  
 Comunidade Bom Sucesso – Sossego**



**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
 Assentamento (PNCF) Sítio Juá – Taperoá**

Características:	
Projeto Procace 2014 (Conv. Nº 033)	Produtivo – Caprinocultura / Plano Emergencial
Composição	Ensiladeira, 96 matrizes e 5 reprodutores (fev 2016 – Atualmente o nº de animais dobrou), cisterna, poço e viveiro (ainda não ficaram prontos, por problemas com a empresa contratada)
Famílias na comunidade	40 (assentadas + agregadas)
Famílias no Projeto	32 (10 mulheres) – 2 jovens fizeram o curso de viverista
Estágio	Projeto em fase de conclusão
Investimento	R\$ 156.938,26 (1ª parcela 2015)

**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
 Assentamento (PNCF) Sítio Juá – Taperoá**



**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
 Comunidade Quilombola Suçuarana – Livramento**

Características:	
Projeto Procace 2015	Produtivo – Caprinocultura (leite) – 1º projeto da associação. Tem também uma UA (viveiro + palma) que receberam quando outro grupo desistiu (da UA).
Composição	Matrizes (PP) e viveiro
Famílias na comunidade	88
Famílias no Projeto	30 (maioria mulheres)
Estágio	PP - Sem início das atividades de campo. (É da 'safra 2015', mais recente). UA (viveiro e campo irrigado de palma e muitas outras espécies) já instalado.
Investimento	PP - R\$ 185.795,49



**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
 Comunidade Quilombola Suçuarana – Livramento**





**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
 Comunidade Quilombola Suçuarana – Livramento**



**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
 Comunidade Cardoso – São José dos Cordeiros**

<b>Características:</b>	
Projeto Procace	Plano Emergencial (com Barragem Subterrânea)
Composição	
Famílias na comunidade	24
Famílias no Projeto	7
Estágio	Em fase de conclusão
Investimento	

**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
 Comunidade Cardoso – São José dos Cordeiros**



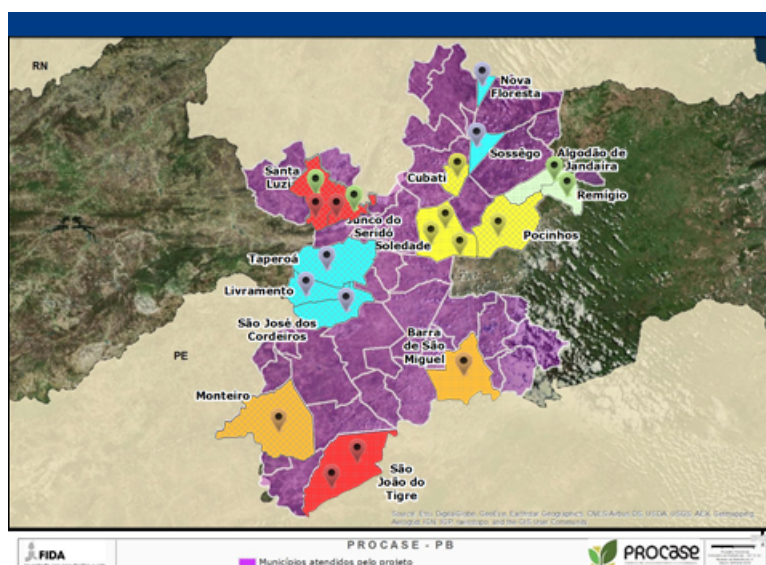
**FIDA**  
 Investindo nas populações rurais

**DIA 3 – 09/12/2016 – GRUPO 2 – Cariri Ocidental  
Comunidade Cardoso – São José dos Cordeiros**



**Visita de campo final com todos os membros da missão**

Agenda



### Apêndice 13:

## Informações gerais para projetos de unidades de beneficiamento de alimentos

1. A motivação para elaboração deste Anexo surgiu a partir das fragilidades detectadas no projeto da unidade de beneficiamento de frutas da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Carneira Veríssimo, no município de Junco do Seridó, no decorrer da visita de campo realizada durante esta missão.
2. Apenas alguns pontos específicos serão mencionados neste Anexo, como forma de auxiliar a equipe técnica do PROCASE a planejar ações estratégicas que possam ser realizadas para que os projetos que envolvem unidades de beneficiamentos de alimentos, que estão em andamento, possam ser legalizados e em seguida operacionalizados. Outros aspectos de igual, ou até mesmo de maior relevância devem ser contemplados durante o processo de elaboração do Plano de Negócio.
3. **Aspecto organizativo do grupo de interesse:** verificar o regime jurídico em que a entidade está enquadrada, por exemplo, associação ou cooperativa. É necessário constar no estatuto social da entidade a atividade que será desenvolvida, por exemplo, beneficiamento de frutas e comercialização de polpa de frutas, etc. Recomendamos que um contador seja consultado para avaliar cada caso.
4. **Elaboração do projeto da unidade de beneficiamento:** de acordo com o que se pretende produzir e área de abrangência em que se pretende realizar a comercialização (municipal, estadual ou nacional), deve-se identificar se o projeto deverá seguir as normativas do MAPA ou da ANVISA. Os dois órgãos possuem instruções normativas que buscam simplificar e desburocratizar o registro dos estabelecimentos (isto pode ser útil para projetos oriundos da agricultura familiar). Neste sentido, os projetos devem ser elaborados com base na legislação pertinente, evitando que durante ou após sua construção seja necessário realizar reparos ou adequações que resultam em gasto de tempo e materiais e consequente onerando o valor final da obra (é o caso deste projeto). Uma recomendação importante é submeter os projetos a uma avaliação pelo órgão competente antes do início da obra, possibilitando realizar os ajustes em planta, assegurando que a execução transcorra sem maiores problemas. Esteja atento à demanda de energia elétrica, água potável e sobre o tratamento dos efluentes e resíduos sólidos. Muitas dessas informações precisam ser conhecidas com antecedência para auxiliar na elaboração do processo de obtenção da licença ambiental.

5. **Tecnologia de produção:** identificar o tipo de tecnologia mais apropriada para o que se pretende produzir, levando em consideração o contexto no qual o futuro negócio estará inserido. Avaliar os equipamentos necessários quanto à sua finalidade e capacidade de produção, optando sempre que possível pelos mais simples e que necessitem menos de mão de obra qualificada para sua operação, manutenção e assistência técnica.

6. **Legalização:** uma vez construída a unidade de processamento, será preciso legalizá-la junto ao MAPA ou ANVISA, ou seja, obter o registro do estabelecimento ou o alvará sanitário, conforme o caso. Neste ponto, será preciso elaborar um processo com diversos documentos, tanto da entidade beneficiária, como documentos do próprio projeto (planta baixa, etc). Existem algumas diferenças nos procedimentos do MAPA e da ANVISA, e como informado anteriormente, se o projeto estiver enquadrado dentro de alguns critérios, por exemplo agricultura familiar, os processos podem ser um pouco mais simples. Portanto, a orientação aqui é que esta informação seja obtida diretamente com o órgão competente em seus escritórios (no município ou no estado). Além do registro do estabelecimento é necessário legalizar o produto junto ao órgão competente, MAPA ou ANVISA. Entre os documentos necessários, salientamos a necessidade do rótulo do produto que também deve seguir normas próprias.

7. **Assessoria técnica especializada e contínua e capacitações:** é necessário planejar meios de apoiar os empreendimentos com assessoria técnica de campo tradicional, enquanto produtores de matéria-prima, mas também para auxiliar no processo de gestão do negócio. Proporcionar capacitações em temas específicos, como cooperativismo, qualidade (BPF), acesso a mercado, acesso a capital de giro, custo, finanças, controle de estoque, entre muitos outros, é indispensável para formar gestores competentes. Uma diferença da AT destes projetos para a dos PPs é que na grande maioria das vezes as pessoas que vão atuar na gestão do negócio, não possui quase nenhum conhecimento sobre o assunto. O SEBRAE pode ser um parceiro importante para apoiar este tipo de empreendimento.

8. **Aspectos tributários:** este é um ponto onde se concentram muitas dúvidas. A contabilidade de uma cooperativa não é uma tarefa simples e deve ser tratada por especialistas em contabilidade. Como a questão tributária (tributos municipais, estaduais e federais) tem influência direta sobre o preço de comercialização dos produtos beneficiados, o momento de trabalhar estas informações é durante a elaboração do plano de negócio. Um contador experiente em contabilidade para cooperativas saberá orientar sobre como proceder quando as operações ocorrem no âmbito do ato cooperativo e do ato não-cooperativo, além de outras rotinas que devem ser seguidas para manter a cooperativa legalmente ativa.

9. **Outros pontos importantes:** i) utilização de código de barras no rótulo é opcional, entretanto é importante no momento da comercialização; ii) obtenção do Selo de Identificação dos Produtos da Agricultura Familiar (Sipaf) ou Selo Quilombos do Brasil, ambos obtidos junto ao MDA; iii) estrutura mínima de escritório, telefone e computador com acesso à internet; iv) meios para emissão de nota fiscal eletrônica (próprio ou através do contador).

10. Diante dos esforços necessários para preparar uma cooperativa para atuar de forma legal e organizada com a atividade de beneficiamento de alimentos, quando possível, pode ser interessante avaliar a alternativa de projetá-la para que possa atender um número maior de famílias organizadas em grupos distintos. A unidade de beneficiamento poderia ser uma prestadora de serviço para outras entidades e atuar no formato de rede de comercialização. Esta forma de operar pode ser uma boa alternativa para reduzir a ociosidade na capacidade de produção de muitas unidades de beneficiamento ou uma oportunidade para os pequenos empreendimentos que ainda não reúnem as condições necessárias para viabilizarem seu próprio empreendimento.

### **Links úteis:**

NOLETO, Rodrigo A. A Produção brasileira de alimentos e as dificuldades enfrentadas para sua regularização sanitária. Disponível em: <[http://www.cerratinga.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agroecologia\\_NormasSanit%C3%A1rias\\_imp.pdf](http://www.cerratinga.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Agroecologia_NormasSanit%C3%A1rias_imp.pdf)> Acesso em: 18 de dez. 2016.

PREZZOTO, Leomar L., BAVARESCO, Pedro A. e SILVA, João B. Manual de orientações para concepção de projetos agroindustriais da agricultura familiar. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Manual\\_de\\_orienta%C3%A7%C3%B5es\\_para\\_concep%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_projetos\\_agroindustriais.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Manual_de_orienta%C3%A7%C3%B5es_para_concep%C3%A7%C3%A3o_de_projetos_agroindustriais.pdf)> Acesso em: 18 de dez. 2016.